

LUIS FERNANDO ROSALINO

**PERFIL ECONÔMICO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DAS
CIDADES MÉDIAS PAULISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – campus de Presidente Prudente-SP, para a obtenção do título de Mestre em Geografia. (Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional)

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito

**PRESIDENTE PRUDENTE
2007**

Rosalino, Luís Fernando.
R699p Perfil econômico e mudanças na estrutura produtiva das cidades
médi­as paulistas / Luís Fernando Rosalino. - Presidente Prudente:
[s.n], 2007
xiii, 167 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Eliseu Savério Sposito
Banca: Everaldo Santos Melazzo, William Ribeiro da Silva
Inclui bibliografia

1. Cidade média. 2. Perfil econômico. 3. Atributo do modo de
produção. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de
Ciências e Tecnologia.

CDD(18. ed.) 910

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos que desde o princípio do meu ingresso na universidade auxiliaram, de várias maneiras, para seguir em frente. Amo vocês.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal a elaboração de uma análise do perfil econômico e das possíveis mudanças na estrutura produtiva das cidades médias paulistas de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, no período de 1994 a 2003, entendendo como perfil econômico a distribuição das atividades econômicas nas economias locais. A busca por esta temática está relacionada às mudanças ocorridas no meio de produção capitalista internacional no decorrer do século XX e às áreas que estas mudanças priorizaram. Estes processos impactam diretamente diversos níveis da produção e da circulação de mercadorias, priorizando localidades que ofereçam condições estruturais e conjunturais capazes de suprir as necessidades do processo produtivo que se desenha. As localidades selecionadas pelo capital são ou estão muito próximas às cidades mundiais, e/ou suas áreas metropolitanas. Outra motivação para o desenvolvimento desse trabalho foi a constatação de que as mudanças em curso não excluem, porém, não priorizam as cidades médias do Oeste paulista, que estão distantes da região metropolitana paulista, o que dificulta a observação dos desdobramentos produtivos que os teóricos das mudanças no meio de produção apontam para as áreas metropolitanas. Para auxiliar no entendimento do perfil econômico e verificação de mudanças na estrutura produtiva das cidades médias selecionadas, essa pesquisa busca elementos no processo de formação histórica do oeste paulista, destacando características semelhantes e/ou diferentes no processo de formação e, mesmo, de consolidação econômica destas cidades. Destacamos o setor secundário, em um primeiro momento, por conta da sua importância na formação urbana e produtiva das cidades médias e pelo processo de desconcentração industrial vivido pelo Estado de São Paulo, primordialmente, pela capital paulista no decorrer do século XX, o que entendemos ter sido uma importante oportunidade para as cidades médias estudadas se industrializarem. No estudo de casos focamos as variáveis número de empresas, renda média e número de empregados, selecionando os principais setores, categorias e atividades econômicas destas localidades. Os dados dos estudos de casos foram extraídos do banco de dados RAIS/CAGED elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A realidade local difere, em alguns aspectos, das teorias econômicas contemporâneas que analisam o modo de produção. O perfil econômico das cidades estudadas está fortemente ligado ao capital local, ao mercado consumidor local e às tendências da economia brasileira, como o achatamento dos salários e a concentração do número de micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Cidades médias. Perfil econômico. Desconcentração industrial. Mudanças no modo de produção.

ABSTRACT

The research has as main objective the elaboration of an analysis of the economic profile and of the possible changes in the productive structure of the medium cities from São Paulo State, that is, Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, in the period from 1994 to 2003, understanding as economic profile the distribution of the economic activities in the local economy. The search for this theme is related to the changes that happened in the international capitalist mean of production in the elapsing of the twentieth century and to the areas that these changes prioritized. These processes impact directly many levels of the production and of the merchandise circulation, prioritizing localities that offer structural and of the situation conditions able to supply the needs of the productive process that it is drawn. The localities selected by the capital are very close to the world cities or their

metropolitan areas. Another motivation to the development of this work was the verification that the changes in course do not exclude, however, do not prioritize the medium cities of the West from São Paulo State that are far from São Paulo State metropolitan areas, that hinders the observation of the productive splitting that the mean of production changes' theoretical ones indicate to the metropolitan areas. For aid in the understanding of the economic profile and in the verification of the changes in the productive structure of the medium cities selected, this research looks for elements on the process of historical formation of the West from São Paulo State, emphasizing the similar and/or different characteristics in the process of formation and, even, of economic consolidation of these cities. We emphasize the secondary sector, in a first moment, because of its importance on the urban and productive formation of the medium cities and because of the industrial disconcentration process lived by São Paulo State, primordially, by the capital from São Paulo in elapsing of the twentieth century, what we understand have been an important opportunity for the studied medium cities industrialize themselves. In the study of cases we focused the variables number of companies, income mean and number of employee, selecting the main sectors, categories and economical activities of these localities. The data of the studies of cases were extracted of the database RAIS/CAGED elaborated by Department of Labor and Job. The local reality differ, in some aspects, from contemporary economical theories that analyze the production way. The economic profile of the studied cities is strongly linked to the local capital, to the local consuming market and to the tendencies of the Brazilian economy, as the flattening of the wages and the concentration of the micro and small companies.

Key-words: Medium cities. Economic profile. Industrial disconcentration. Changes in the production way.

SUMÁRIO

Índice.....	8
Índice de figuras.....	9
Índice de tabelas.....	10
1 Introdução.....	15
2 O formação das cidades médias do oeste paulista. Especificidades na produção do espaço urbano.....	23
3 O processo de desconcentração industrial da região metropolitana paulista.....	34
4 Os estudos de caso.....	62
5 Os novos arranjos capitalistas e as economias locais.....	133
6 Conclusão.....	156
Referências Bibliográficas.....	163

ÍNDICE

1 Introdução	15
2 O formação das cidades médias do oeste paulista. especificidades na produção do espaço urbano	23
2.1 Franja Pioneira	24
2.2 A diversificação agrícola e o processo agroindustrial	27
3 O processo de desconcentração industrial da região metropolitana paulista	34
3.1 Processo de desconcentração da indústria metropolitana paulista	34
3.2 Razões para a interiorização da indústria paulista	39
3.3 As cidades médias do interior paulista e a agroindústria	43
3.4 Indícios atuais do processo de desconcentração industrial	54
4 Os estudos de casos	62
4.1 Metodologia de extração, compilação e descrição dos dados empíricos	62
4.2 Araçatuba	66
4.2.1 Número de Empresas	66
4.2.2.Renda Média	71
4.2.3 Número de trabalhadores	75
4.3 Bauru	80
4.3.1 Número de Empresas	80
4.3.2 Renda média	85
4.3.3 Número de trabalhadores	89
4.4 Marília	96
4.4.1 Número de Empresas	96
4.4.2 Renda Média	100
4.4.3 Número de Trabalhadores	104
4.5 Presidente Prudente	107
4.5.1 Número de Empresas	108
4.5.2 Renda Média	112
4.5.3 Número de Trabalhadores	115
4.6 São José do Rio Preto	118
4.6.1 Número de Empresas	118

4.6.2 Renda média	124
4.6.3 Número de trabalhadores	128
5 Os novos arranjos capitalistas e as economias locais	133
5.1 Sobre o sistema técnico atual	134
5.2 Renda e porte das empresas no Brasil	139
5.3 Os principais setores, categorias e atividades econômicas das cidades médias	146
6 Conclusão	156
Referências bibliográficas	163

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº	Título	Páginas
1 -	Colonização de parte do Sudeste e do Sul brasileiro	26
2 -	Produto Interno Bruto per Capita dos municípios paulistas em 2003	31
3 -	Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios paulistas em 2000	32
4 -	Fluxo Diário de Veículos – ano de 2004	41

ÍNDICE DE TABELAS

Nº	Páginas
1 - Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do interior do Estado de São Paulo: 1967-1980 (Valores em percentagem do VTI)	42
2 - Produção Agropecuária da Região Administrativa de São José do Rio Preto - safra 2002-2003	46
3 - Produção Agropecuária da Região Administrativa de Marília - safra 2002-2003	48
4 - Produção Agropecuária da Região Administrativa de Bauru - safra: 2002/2003	49
5 - Produção Agropecuária da Região Administrativa de Araçatuba - safra 2002-2003.	50
6 - Produção Agropecuária da Região Administrativa de Presidente Prudente - safra 2002-2003	51
7 - Porcentagem da taxa média de crescimento anual do PIB para o período de 1975/1996 (em %)	55
8 - Diferença entre as taxas de variação do PIB setorial local em relação aos setores do Brasil no período de 1975/1996 (em %)	56
9 - Número de empresas da indústria de transformação e % em relação ao Estado de São Paulo no período 1994/2003	58
10 - Pessoal ocupado na indústria de transformação e % em relação ao Estado de São Paulo	59
11 - Araçatuba: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003	66
12 - Araçatuba: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003	69
13 - Araçatuba: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 atividades para os anos de 1994, 1998 e 2003	70
14 - Araçatuba: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador de Araçatuba distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003 e divididos por setor	71
15 - Araçatuba: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas nos anos de 1994, 1998 e 2003	73

16 -	Araçatuba: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas nos anos de 1994, 1998 e 2003, segundo a CNAE/95 de 217 e 223 categorias	74
17 -	Araçatuba: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1999 e 2003	76
18 -	Araçatuba: Número de trabalhadores das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias, nos anos de 1994, 1998 e 2003	78
19 -	Araçatuba: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a seleção estabelecida anteriormente, para os anos de 1994, 1998 e 2003	79
20 -	Bauru: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003	81
21 -	Bauru: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003	83
22 -	Bauru: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003	86
23 -	Bauru: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador de Araçatuba distribuído durante os anos de 1994, 1999 e 2003 e divididos por setor	86
24 -	Bauru: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003	87
25 -	Bauru: Renda média das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 217 e 223 categorias, para os anos de 1994, 1998 e 2003	88
26 -	Bauru: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1998 e 2003	91
27 -	Bauru: Número de trabalhadores das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003	93
28 -	Bauru: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a CNA/95 de 217 e 223 categorias econômicas para os anos de 1994, 1998 e 2003	94
29 -	Marília: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003	97
30 -	Marília: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003	98
31 -	Marília: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994,	100

1998 e 2003

- Marília: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e
32 - renda média do trabalhador, distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003 e
 divididos por setor **101**
- 33 -** Marília: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas através da
 CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003 **102**
- 34 -** Marília: Renda média das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de
 217 e 223 categorias, para os anos de 1994, 1998 e 2003 **103**
- 35 -** Marília: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1998 e
 2003 **104**
- 36 -** Marília: Número de trabalhadores por atividades econômicas de acordo com a
 CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003 **106**
- 37 -** Marília: Número de trabalhadores por atividades de acordo com a CNA/95 de 217
 e 223 atividades econômicas para os anos de 1994, 1999 e 2003 **107**
- 38 -** Presidente Prudente: Número de empresas em cada setor segundo o porte da
 empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003 **109**
- 39 -** Presidente Prudente: Número de empresas e percentual em relação ao município
 das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003 **110**
- 40 -** Presidente Prudente: Número de empresas e percentual em relação ao município
 das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os
 anos de 1994, 1998 e 2003 **111**
- 41 -** Presidente Prudente: Número de empregados, número absolutos de salários
 mínimos pagos e renda média do trabalhador, distribuído durante os anos de 1994,
 1998 e 2003 e divididos por setor **112**
- 42 -** Presidente Prudente: Renda Média em salários mínimos das categorias
 selecionadas nos anos de 1994, 1998 e 2003 **113**
- 43 -** Presidente Prudente: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de
 1994, 1998 e 2003 **114**
- 44 -** Presidente Prudente: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de
 1994, 1998 e 2003 **115**
- 45 -** Presidente Prudente: Número de trabalhadores nas categorias econômicas
 selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias econômicas nos anos de
 1994, 1998 e 2003 **118**
- 46 -** Presidente Prudente: Número de trabalhadores por categorias de acordo com **119**

	CNAE/95 de 217 e 223 categorias econômicas para os anos de 1994, 1998 e 2003 ..	
47 -	São José do Rio Preto: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003	120
48 -	São José do Rio Preto: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003	122
49 -	São José do Rio Preto: Número de empresas e percentual em relação ao município utilizando a CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003 ..	123
50 -	São José do Rio Preto: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador, distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003, divididos por setor	124
51 -	São José do Rio Preto: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias econômicas nos anos de 1994, 1998 e 2003	126
52 -	São José do Rio Preto: Renda média das categorias selecionadas de acordo a CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003	127
53 -	São José do Rio Preto: Número de trabalhadores por porte das empresas nos ano de 1994, 1998 e 2003	128
54 -	São José do Rio Preto: Número de trabalhadores em categorias econômicas selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 atividades econômicas nos anos de 1994, 1998 e 2003	130
55 -	São José do Rio Preto: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a CNAE/95 de 217 e 223 categorias econômicas para os anos de 1994, 1998 e 2003	131

1 – INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é, em linhas gerais, a elaboração de uma análise do perfil econômico e das possíveis mudanças na estrutura produtiva das cidades médias paulistas de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, no período de 1994 a 2003. Entendendo como perfil econômico a distribuição das atividades econômicas nas economias locais.

As cidades médias selecionadas foram escolhidas pela semelhança histórica do processo de ocupação do Oeste paulista, em que estas cidades se inseriram, pela importância na rede urbana paulista, sendo estas cidades sedes de suas respectivas regiões administrativas no estado de São Paulo, e, por serem objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), grupo em que me insiro desde 2004.

O objetivo deste trabalho surge diante da compilação de informações extraídas do banco de dados RAIS/CAGED oferecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Utilizando tais informações realizou-se um estágio não obrigatório no ano de 2002, onde foram trabalhados, apenas para Presidente Prudente, indicadores de renda média, escolaridade da mão de obra, número de empregados e número de empresas desagregadas por setores e atividades da economia formal local, para o período 1985 – 2000.

No desenvolvimento do trabalho nos deparamos com uma série de explicações econômicas da última década do século XX e começo do século XXI, que apontam para outro momento histórico denominado por muitos como pós-fordismo, sustentado por processos como a pós-industrialização, a financeirização, a globalização, dentre outros. Ganha destaque a influência na esfera econômica e social do crescimento da informatização, das comunicações, dos fluxos financeiros e das novas técnicas e tecnologias.

Estes processos impactam diretamente diversos níveis da produção e da circulação de mercadorias em particular e da riqueza em geral, sobretudo, no que diz respeito às relações de trabalho, seja na renda, na qualificação ou em sua organização, no dinamismo de alguns setores ditos mais modernos, no padrão de localização das plantas industriais ou em seu formato, destacando não só o mercado consumidor ou as fontes de matérias-primas, mas também as características das localidades onde serão instaladas. A escala geográfica local ganha relevância à medida que o capital torna-se mais seletivo quanto aos territórios escolhidos para sua reprodução, ao mesmo tempo em que o global tornou-se palco das decisões inerentes à sua reprodução ampliada.

Do ambiente econômico apontado, podemos destacar a influência do conjunto de processos e políticas da prática neoliberal, que se propagaram rapidamente pelo globo no começo da década de 70, difundida a partir da Inglaterra de Thatcher e pelos Estados Unidos de Reagan, só implantado no Brasil com o governo Collor a partir de 1989, sendo amplamente utilizado durante toda a década de 90 e começo do século XXI. Como não poderia deixar de ser, este ambiente econômico passa a ser determinante para as mudanças na dinâmica econômica das cidades.

As novas formas de reprodução do capital valorizam em demasia o setor de serviços que não atingem o globo de forma una, mas selecionando localidades que possuem condições estruturais e conjunturais capazes de suprir as necessidades do processo produtivo que se desenha. Tais processos são mais visíveis em cidades intimamente ligadas aos mercados globais. No caso do Brasil e outras países do globo, essas áreas são preferencialmente as metrópoles, suas áreas metropolitanas e cidades muito próximas a elas¹. Localidades que possuem um amplo parque industrial e necessitam de serviços ligados ao capital produtivo, à informatização, lazer, educação, segurança, entre outros.

Aponta-se, acima, a idéia de que as cidades devem suprir as necessidades infra-estruturais e conjunturais para a reprodução capitalista e, mais do que isto, há o imperativo de que os meios para a mencionada reprodução devam se fazer presentes nelas, sendo que apenas desta forma a cidade poderá se engajar em novas perspectivas econômicas.

Como vimos, as tendências globais do capitalismo apontadas por autores como Sassen priorizam em demasia as cidades possuidoras de infra-estrutura que atenda ao sistema produtivo, mas não só, existe ainda a necessidade destas localidades possuírem um parque industrial importante e um mercado consumidor diversificado que necessite de acesso à serviços e mercadorias avançadas. Todavia, o panorama que se desenha para áreas metropolitanas pouco se encaixa com a realidade de uma parcela das cidades médias. O caso do Estado de São Paulo é emblemático, cidades do interior paulista, sobretudo as localizadas no Oeste do estado, não acompanharam o desenvolvimento industrial da capital e seu entorno, e ainda ficaram à margem do processo de desconcentração da indústria paulista². O que seria uma oportunidade de ampliar e diversificar o parque produtivo local e, talvez aí, criar ou aumentar as possibilidades de engendrar em seus territórios as tendências produtivas atuais.

Com as dificuldades de leituras e análises, baseada nas teorias econômicas contemporâneas mais aceitas, da realidade local com história e dinâmica econômica diferente

¹ SASSEN, 1998, p. 76 e 78.

² NEGRI, 1996, p. 171.

da priorizada pelo capital, decidimos ampliar nossas leituras, agregar nas nossas análises o estudo de parte da dinâmica econômica brasileira, aumentar nosso recorte temporal e o escopo de localidades. Decidimos abarcar as cidades médias do Oeste paulista.

Embora a discussão sobre cidades médias seja relativamente nova nos estudos geográficos, utilizaremos como bibliografia, textos elaborados por grupos de pesquisa como GASPERR e antigo SIMESPP, agora Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – CEMESPP – vinculados ao departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, e outros autores como Milton Santos (2003), Andrade e Serra (2001), Amorim Filho (2001), Pontes (2001) e alguns trabalhos de Sposito que nos revelaram pistas importantes sobre o temário. Deixando claro que priorizamos o enfoque econômico, não negando o urbanístico, o social, o cultural, entre outras esferas da realidade.

Ainda que não tenhamos a pretensão de elaborar um conceito de cidade média, conceito este ainda em franca discussão no meio geográfico, entendemos que as definições sobre cidades médias perpassam por alguns critérios quantitativos e outros qualitativos. Um deles é o parâmetro demográfico, utilizado recentemente por autores como Andrade & Serra (2001). Este critério não pode ser desprezado, principalmente quando são levantados dados sobre mercado consumidor local, como Amorim Filho (2001) ressalta:

[...] o critério demográfico (embora cômodo e não negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias.

[...]

[...] o critério da classificação baseada no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como ‘proxy’ do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infraestrutura existente e grau de concentração das atividades.(AMORIM FILHO, 2001, p. 2 e 3).

O critério demográfico é um bom indicativo para levantarmos o potencial de um mercado consumidor. Podemos aliar a esta análise, renda, escolaridade, dinâmica econômica, entre outros. É latente a dificuldade explicativa deste critério, que somente aliado à outros pode gerar bons resultados, mas ele, em particular, dá conta de explicar uma pequena parcela da realidade, sendo, a nosso ver, insatisfatório para definirmos uma cidade média. Acompanhando este raciocínio, concordamos também com Sposito (2001), que afirma:

Não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância.

As múltiplas formas de aglomeração urbana que se constituem, com intensidade crescente a partir da segunda metade do século XX, apresentam realidades urbanas que expressam integração do ponto de vista funcional,

ainda que, no caso brasileiro, o tamanho populacional tome como base os limites municipais (SPOSITO, 2001, p. 613 -614).

Em ambas as passagens, a autora problematiza a utilização do critério demográfico, inclusive sugerindo critérios qualitativos que ultrapassem e qualifiquem as classificações sobre porte de cidades. Entre os critérios sugeridos, destaca-se a importância do papel de uma cidade média para seu entorno e a função exercida por este município dentro da rede urbana.

Seguindo este referencial, torna-se importante destacar os aspectos internos da cidade, que influenciam e são influenciados pelas características regionais, e da rede urbana em que estas cidades se inserem. Sposito (2003) assegura:

Não se deve, no entanto, obedecer rigidamente a separação entre os estudos urbanos que busquem compreender os espaços internos das cidades e as redes urbanas, mas ao contrário, articular as suas múltiplas determinações. Os fortes indicadores de centralidade regional e de complexidade de comércio e serviços, principalmente os índices de informatização urbana [...] comparecem, para além do fator demográfico, como os indicadores fundamentais para se identificar uma cidade média, contextualizando-a no tempo e no espaço de referência. (SPOSITO, 2003, p.8)

Levando em conta os aspectos apresentados, destacamos a importância de entender não só a cidade dentro de um contexto urbano, historicamente e espacialmente constituído, como também referenciarmos seus aspectos intra-urbanos. Estes aspectos são vinculados à dinâmica regional e à função na divisão territorial do trabalho que a localidade desempenha. Sendo assim, é importante salientar a capacidade de centralidade que uma cidade média exerce. Este último fator é um dos determinantes para atrair e para criar capacidade de atração de fluxos diversos para uma cidade. Uma grande capacidade de centralidade pode criar subsídio para um mercado consumidor diversificado, com maior ou menor utilização de tecnologia, consumo de bens e serviços contemporâneos que busque acesso a mercados em diferentes escalas, pode aumentar o ritmo e crescimento das cidades, atraindo imigrantes, etc.

As características intra-urbanas são fundamentais para entendermos ou classificarmos as cidades, fundamentalmente as médias. Sposito (2003), em outra passagem, ressalta alguns critérios intra-urbanos para um melhor entendimento das cidades médias:

1) desempenho e dinamismo econômico, definido pela capacidade de agregação de valor das atividades produtivas localizadas na cidade, o que remete, imediatamente, à estrutura ocupacional da população economicamente ativa, principalmente aquela ligada ao setor secundário com alta qualificação e índice informacional;

2) a complexidade na relação entre pobreza urbana e concentração espacial da riqueza, critério que deve ser contextualizado no atual estágio da formação socioespacial brasileira;

3) evolução urbana recente, considerando-se a taxa de crescimento urbano e o dinamismo dos movimentos migratórios em direção à cidade e no seu contexto meso e macro-regional, mesmo que estejamos enfatizando os aspectos demográficos, anteriormente criticados como a grande e limitante referência para a compreensão da cidade média.

O primeiro critério de análise destaca a utilização de tecnologia e a qualificação da mão-de-obra no setor secundário e o segundo, a concentração da riqueza. Estes dois critérios são primordiais para avaliar o mercado consumidor local, as características do sistema produtivo local, a inserção de tecnologia, etc. Fornecendo informações que podem avaliar o poder de consumo, a possibilidade de diversificação de serviços ofertados, a necessidade de serviços ligados à produção, comunicação, transporte, entre outros. Criando possibilidades de inserção destas localidades no conjunto de territórios priorizados pelo modo de produção capitalista contemporâneo.

O terceiro critério diz respeito, entre outros aspectos, à centralidade e ao potencial do mercado consumidor local. Aspectos estes já discutidos.

Como ressaltamos anteriormente, não temos a pretensão de criar um conceito ou mesmo discutir teoricamente o que é uma cidade média. Contudo, concordamos e utilizaremos neste trabalho a visão de Elias (2006)³, que ressalta que cidades médias:

[...] são aquelas que comandam a produção regional em seus aspectos técnicos.

Análises que queiram ultrapassar o limiar dos parâmetros demográficos que apóiam classificações, no âmbito das quais se encontra o nível das cidades médias, têm que trabalhar com a compreensão das relações que se desenvolvem entre as cidades e entre essas e as áreas rurais, pela identidade ou pela diversidade de seus papéis urbanos. (ELIAS, 2006, p.25)

Neste trabalho entende-se que as cidades selecionadas comandam a produção regional através de uma forte relação entre estas cidades e as regiões que as circundam. Esta relação foi construída historicamente, por meio do implemento das funções administrativas, produtivas, pela diversificação do setor de serviços e comércio, entre outras. O que ajudou a assegurar, até o momento, a função de comando e a centralidade que estas cidades exercem.

³ O trabalho citado foi elaborado por um grupo de pesquisadores interessados em cidades médias do Brasil e apresentado ao MCT / CNPq, Edital 07/2006. Este grupo tem como coordenadora e proponente da proposta a professora Dr. Denise de Souza Elias e como vice-coordenadora a professora Dr. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

No segundo capítulo buscaremos semelhanças entre as cidades estudadas. Abordaremos o processo de colonização do Oeste paulista, discutindo a ocupação através da franja pioneira e alguns fatores que motivaram a inclusão desta região na lógica capitalista do final do século XIX e, principalmente, do século XX.

Dentro do processo de ocupação da região inserimos a discussão da diversificação produtiva e a formação do mercado consumidor local, levando em conta elementos como os imigrantes, o parcelamento do solo rural, a infra-estrutura ferroviária, a produção agrícola, entre outros. Destacando a derrocada do café, a ascensão da cultura do algodão, amendoim, gado, cítricos, biomassa, entre outros.

O desenvolvimento da agroindústria local ganha destaque neste segundo capítulo, principalmente no auxílio à formação do capital produtivo, na consolidação do mercado consumidor local e no auxílio à substituição da monocultura cafeeira e sua estrutura fundiária e social.

Através das ferramentas PIB per capita e IDH, buscamos dados que indiquem se o processo histórico de produção regional, que perpassa todo século XX, criou ou ajudou a criar semelhanças ou diferenças nas economias das cidades estudadas no começo do século XXI. Mesmo entendendo que estes indicadores sociais e econômicos são generalizadores.

O terceiro capítulo enfoca o processo de industrialização do interior paulista, buscando a continuidade histórica de formação de um parque produtivo nas cidades estudadas. Para tanto, focaremos o estudo no processo de desconcentração industrial pelo qual a região metropolitana paulista passou no decorrer da década de 1960, 70 e 80, por entendermos que este evento criou oportunidades para o surgimento e consolidação de um parque industrial nas cidades médias do interior paulista. Nesta perspectiva, destacamos o processo de interiorização da indústria no estado de São Paulo.

Ainda no capítulo três, levantaremos dados sobre o setor secundário de algumas cidades e regiões do estado de São Paulo, incluindo as localidades que são foco da nossa pesquisa. A base de dados que utilizamos neste capítulo é análogo a dos principais estudos sobre o processo de desindustrialização, utilizando variáveis semelhantes como a pessoal, ocupado na indústria de transformação, número de empresas da indústria de transformação e, incluímos novas, como PIB e PIB por setor de atividade econômica.

Para aprimorar a análise sobre o perfil econômico de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, seria necessário o acompanhamento e o levantamento de dados do setor terciário. Evidente que não desvinculamos o setor terciário do perfil econômico das cidades estudadas, mas este setor vem sendo analisado amplamente por

vários ramos científicos. Para esta pesquisa destacaremos, apenas, as principais atividades do comércio e serviços, faremos uma comparação com as atividades que sobressaem na escala global, nacional e local e tentaremos identificar algumas razões que levaram estas atividades a se sobressaírem.

Este trabalho prioriza os setores primário e secundário, destacando o setor primário por conta da forte presença deste setor na inserção e consolidação do capital nestas cidades; observamos a forte presença na história ou no parque produtivo de atividades de beneficiamento, comercialização ou assistência da e na produção rural.

O setor secundário ganha destaque neste projeto por alguns motivos. Assim como o setor primário, este setor auxiliou a diversificação produtiva, a sustentação e ampliação do mercado consumidor local, e se consolidou no decorrer do século XX com capital local. Uma situação nos chamou a atenção e também nos motivou a estudar a indústria local: a pequena participação destas cidades no PIB secundário do estado de São Paulo, mesmo depois do processo de desindustrialização da capital paulista.

Outro grande motivo para priorizarmos a indústria, diz respeito a um projeto de estágio não obrigatório realizado no ano de 2002, já mencionado. Este trabalho nos motivou a buscar explicações e comparações com outras cidades de formações históricas semelhantes à de Presidente Prudente.

O capítulo quatro traz a descrição das tabelas com os principais dados empíricos levantados pela pesquisa. Esta descrição, embora exaustiva, foi um excelente exercício para analisarmos e apresentarmos de forma simples os dados empíricos. Desta forma, podemos acompanhar o desempenho das três variáveis separadamente e para cada cidade em particular.

No capítulo cinco destacamos as teorias que analisam as mudanças e os desdobramentos do processo capitalista atual. Nosso objetivo, com isso, é entender ou ter pistas do comportamento das economias locais, buscando compreender a emergência de certos setores e se há a conformação dos principais setores das cidades de São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, com os principais setores apontados nas recentes teorias econômicas, ou se o comportamento econômico destas cidades está mais próximo das características da economia nacional.

As principais teorias que selecionamos dizem respeito, entre outros, às explicações sobre a ascensão do setor terciário em detrimento do setor industrial; às novas tecnologias e seus desdobramentos para a produção e para ampliação da terceirização, do trabalho informal e da prestação de serviços; à ascensão dos novos signos e símbolos do período técnico-

científico-informacional; e às principais atividades e ramos desta nova fase de acumulação do modo de produção.

No quinto capítulo enfocamos, ainda, o comportamento das empresas no país, principalmente quanto ao porte. Destacamos o comportamento das micro e pequenas empresas e das empresas de médio e grande porte. Para tanto, utilizamos trabalhos de órgãos públicos e textos científicos. Nosso objetivo com este exercício foi levantar informações sobre a concentração do número de empresas de micro e pequeno porte e, principalmente, comparar as principais atividades locais, nacionais e internacionais, para entendermos o comportamento da economia local.

De posse das informações empíricas e teóricas no decorrer da história, fizemos no quinto capítulo, uma análise dos dados empíricos das cidades estudadas. Analisamos o comportamento das variáveis, os principais setores econômicos, destacamos as principais atividades das cidades médias e comparamos-los com as atividades nacionais e internacionais que se sobressaem.

Para finalizar os trabalhos, temos as conclusões. Buscamos sintetizar as análises dos dados empíricos, salientando o perfil econômico das cidades médias selecionadas, e identificar possíveis mudanças na estrutura produtiva destas cidades médias.

2 – A FORMAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS DO OESTE PAULISTA. ESPECIFICIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

As cidades médias selecionadas para a pesquisa - Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto - foram escolhidas pela semelhança histórica do processo de ocupação do Oeste paulista, em que estas cidades se inseriram, pela importância na rede urbana paulista, sendo estas cidades sedes de suas respectivas regiões administrativas no estado de São Paulo, e, por serem objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), grupo em que me insiro desde 2004.

As semelhanças entre as cidades podem ser constatadas desde os primórdios de suas colonizações. O processo de ocupação da região Oeste do Estado de São Paulo data de primórdios do séc. XX com o avanço da franja pioneira⁴. Suas funções na divisão territorial do trabalho com a produção de café e, em maior importância, depois da década de 1930, na produção de alimentos, na pecuária e com o algodão, são muito semelhantes, servindo de ponto de apoio à reprodução do capital agrário; apoio à balança comercial brasileira com a exportação de matérias primas; importante zona de especulação imobiliária pelo parcelamento do solo, tendo como principal mercado consumidor o trabalhador livre local e imigrante.

Neste processo, o capital produtivo começa a se estabelecer voltado para a transformação de matérias primas agrícolas, sendo o café o produto de maior interesse. Depois da crise de 1929 e a conseqüente baixa do café, outras culturas agrícolas tiveram sua importância destacada para a região, dentre elas temos o algodão, o gado bovino, o amendoim, a cana-de-açúcar e, com o passar do tempo, a citricultura, lembrando que embora o café tenha perdido o status de cultura hegemônica, este produto continua sendo cultivado no Oeste paulista.

É neste processo de diversificação da produção agrícola que a agroindústria começa a se desenvolver e se estabelecer como principal ramo manufatureiro das cidades médias estudadas.

⁴ Entendemos que a noção de franja pioneira encontrada na obra de Monbeig (1984) é mais pertinente que a de frente pioneira no processo de ocupação do interior paulista.

2.1. *Franja pioneira*

Há dois conceitos utilizados por Monbeig (1984) para relatar um processo de incorporação pelo capital de uma área natural. O primeiro conceito é o de “frente de ocupação” que, segundo o autor, dá a idéia de um processo de ocupação organizada, que ocorre de forma uniforme, sendo aparada em sua retaguarda por uma ampla infra-estrutura para os trabalhadores, como se tivesse a organização, a estratégia de um *front* de um exército (p.165). Outro conceito é o de “franja pioneira”, utilizado pelo autor para explicar o processo de ocupação do Oeste paulista. Este conceito, inicialmente elaborado por Browman, dá conta de uma ocupação pouco organizada, com manchas de vegetação nativa, não ocupadas, envolvidas por pastagens e culturas, seguindo, no máximo, o traçado provável das estradas de ferro e, mais tarde, pelas rodovias. “É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas” (p.165). Em comum, as cidades médias do Oeste paulista passaram pelo mesmo processo de ocupação, fazendo parte da expansão da franja pioneira.

Como motivadores do processo de ocupação destacam-se a necessidade de expandir as lavouras de café; a decadência da produção cafeeira do Vale do Paraíba; o declínio da extração mineral em Minas Gerais; e o capital especulativo, fortalecido pela política de emissão de moeda pelo governo nacional, a fim de possibilitar o pagamento do trabalhador livre e financiar a Guerra do Paraguai. Com isto, a compra e a venda de terras tornaram-se um atrativo, e a franja pioneira garantiu mais um elemento para progredir⁵.

Como primeiros migrantes para povoar a região, temos indivíduos de Minas Gerais⁶ e, mais tarde, os produtores das antigas áreas cafeeiras do estado de São Paulo. Os caminhos escolhidos para as incursões no território foram os leitos de rios e córregos. Mais tarde, esses caminhos serviram para delimitar as áreas das fazendas quando do seu registro.

As áreas que se configuram como propriedades rurais e que foram destinadas ao plantio do café encontravam-se nos espigões, que eram as áreas mais indicadas para o plantio da cultura, pois minimizava os riscos de estiagem devido à elevação dessas áreas em relação ao seu entorno.

A necessidade de proteger as lavouras de café do risco de estiagem é, sem dúvida, um importante motivador para a ocupação dos espigões, que também foram escolhidos pelas empresas ferroviárias para o traçado das linhas férreas que ligariam a capital paulista e o porto

⁵ Op. cit., p. 107.

⁶ MONBEIG, 1984, p. 133, 135 e 136.

de Santos ao interior do estado, lembrando que os traçados das rodovias e ferrovias também seguiam outros motivadores, como antigos caminhos. É neste contexto que as cidades em voga são fundadas. Negri (1996) afirma que:

Em Bauru e no Oeste Pioneiro, regiões recém abertas ou em processo de abertura, as cidades novas davam suporte para uma atividade agrícola relativamente recente, basicamente no comércio e nos transportes, não havendo uma indústria de transformação, mas apenas pequenas unidades produtivas circunstanciais, de apoio à construção civil ou à agricultura local. (NEGRI, 1996, p.27).

As funções urbanas exercidas pelas principais cidades da franja pioneira são claramente, nos seus primórdios, de transporte e como entrepostos comerciais, pois segundo Monbeig (1984), “o trilho e a estrada de rodagem criam os sítios favoráveis às fundações urbanas. A facilidade das relações com as velhas zonas e com os desbravamentos opera uma verdadeira seleção entre patrimônios, para transformá-los em cidades” (p.347). Estes patrimônios selecionados operam a importante função de ligação entre as áreas produtoras e as zonas antigas do estado de São Paulo.

Mesmo com privilégios de localização e com conexão às estradas de ferro e às rodovias, não era garantido a nenhuma cidade o desenvolvimento e nem uma importante função na rede urbana. Na verdade, a função que a cidade desempenhava na rede de comunicação e/ou na franja pioneira garantia-lhe ou lhe garantiu um papel de destaque. Monbeig destaca duas funções importantes que alguns patrimônios e cidades desempenhavam na franja pioneira, sendo que as “bocas de sertão”, “[...] se situam na orla das zonas em que começa a penetrar o povoamento” (p.348), serviram, dentre outras coisas, como ponto de convergência da produção agrícola de uma determinada região; e as cidades denominadas “pontas de trilhos” foram os pontos terminais provisórios das principais ferrovias do Oeste paulista, desempenhando o importante papel de ponto de escoamento da produção, ponto de embarque e desembarque de passageiros e, em alguns casos, ponto de manutenção do maquinário.

Todas as cidades médias estudadas foram, por alguns anos, “bocas de sertão” ou “pontas de trilhos”⁷, o que lhes ajudou a garantir, nesse momento histórico, suas funções de comando nas regiões em que pertencem. Foram nessas cidades que o capital produtivo se instalou e que se criaram as condições para a instituição de entrepostos comerciais de destaque, tanto comercializando os produtos da franja pioneira como os vindos da capital paulista. Também foi nessas localidades que o aparato burocrático do Estado veio se instituir,

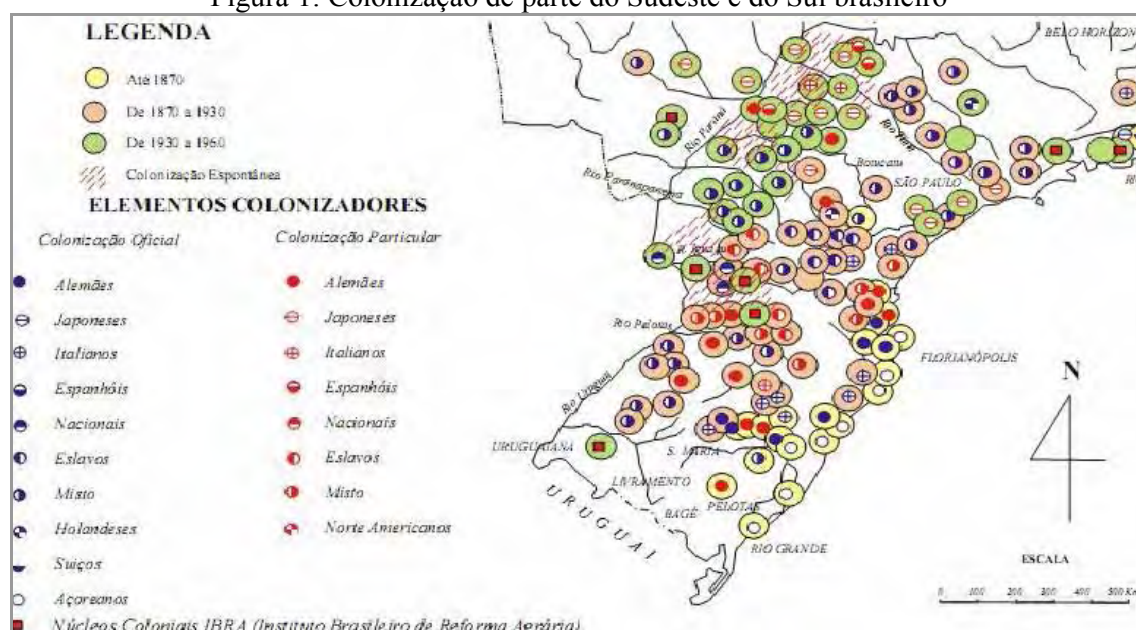
⁷ MONBEIG, 1984, p. 349; WHITACKER, 2003, p. 48.

possibilitando/consolidando às cidades médias atuais a função administrativa⁸, implementando o fator de comando existente, fator este que já se fazia presente com a posição estratégica que as cidades desempenhavam na rede de comunicação do interior e pelo setor comercial e agroindustrial que começa a se implantar nestas localidades. Ressalta-se que o principal produto deste período é o café, que só vai perder sua hegemonia no começo dos anos 30 do século XX.

A crise do café do final da década de 1920 e começo da de 1930 com certeza vai atingir essas cidades, pois o café era o grande produto destas localidades, sobretudo para os grandes fazendeiros que tinham seus investimentos voltados para esta cultura. Para minimizar os efeitos da crise, o Oeste paulista contou com a diversificação de culturas⁹, possível por alguns fatores, entre eles, o pequeno produtor rural que arrendava as terras ainda recobertas pela vegetação nativa, derrubava as matas e formava as lavouras de café; para se manter na terra, plantavam diversas culturas para fins de alimentação e venda do excedente. A diversificação produtiva do campo contou ainda com a criação de gado¹⁰.

Os pequenos produtores rurais da região Oeste paulista contavam com um contingente importante de imigrantes que influenciaram a formação e diversificação produtiva local.

Figura 1: Colonização de parte do Sudeste e do Sul brasileiro



Fonte: Silveira 2003.

Organizador: Luis Fernando Rosalino

⁸ MONBEIG, 1984, p. 367.

⁹ SALLUM Jr., 1982; WHITACKER, 2003, p.50.

¹⁰ MONBEIG, 1984, p. 302-307.

De acordo com a Figura 1¹¹, que retrata a distribuição espacial dos imigrantes no Brasil, se deslocaram para as regiões das cidades médias do Oeste paulista, principalmente, italianos, japoneses, alemães e espanhóis. Estes povos migraram para a região em um período de recessão do café, entre os anos de 1930 e 1960. Não é objetivo deste trabalho analisar as razões dos fluxos migratórios que chegaram ao Brasil. Para tanto, ver Silveira (2003), que analisa a influência destes povos na formação territorial do Sul do Brasil.

Importante destacar as características que estes povos levaram para as áreas em que colonizaram. Silveira (2003) aponta seis características importantes:

- 1) grau de consumo superior aos escravos e a maioria dos luso-brasileiros; 2) trabalho familiar; 3) conhecimentos técnicos repassados por gerações; 4) hábitos econômicos equilibrados (trabalho persistente e consumo sóbrio); 5) forte vontade de independência; 6) uma forte ideologia do trabalho. (SILVEIRA, 2003, p. 184).

O autor destaca importantes características para a formação e consolidação do mercado consumidor local. A presença de imigrantes fortaleceu a renda local de diversas formas, entre elas, pelo maior consumo de mercadorias, o que implementou o setor comercial local e pelo trabalho familiar, o que muda a relação com a terra, aumentando a produtividade e exigindo uma diversificação da produção e geração de excedente para sustento da família.

2.2. A diversificação agrícola e o processo agroindustrial

Os pontos abordados há pouco ajudaram a estabelecer a diversificação agrícola. Este cenário, aliado ao mercado consumidor local e à implantação das agroindústrias ligadas ao algodão, à seda, ao amendoim, à pecuária, entre outras, ajudam a explicar os motivos pelos quais as cidades selecionadas prosperaram após a crise de 1929. A especulação imobiliária e/ou a crise financeira dos grandes produtores rurais do café ajudou a estabelecer um processo de parcelamento da terra rural, atraindo novos habitantes à região. Assim, o mercado consumidor local ganhou relevância, auxiliando no processo da diversificação produtiva regional.

A exceção no processo de consolidação do mercado local e na estruturação econômica fica por conta de Bauru, que tem uma função de destaque na malha ferroviária

¹¹ A figura 1 foi extraída da tese de Silveira (2003), p. 63, mas modificada de acordo com os interesses deste trabalho.

nacional, pois ramificavam desta localidade as principais ferrovias da margem esquerda do rio Tietê. As ferrovias Paulista e Sorocabana passavam por Bauru e a Noroeste do Brasil¹² partia de Bauru até as barrancas do Rio Paraguai, em Corumbá.

A função ferroviária de Bauru garantiu um importante parque de reparo das linhas e do maquinário das ferrovias, trazendo consigo um grande número de empregados. Tornou-se um ponto estratégico para o embarque e desembarque de passageiros, o que garantiu, desde o começo do séc. XX, o incremento dos setores comerciais e de serviço, através dos viajantes ou mesmo do mercado consumidor local. A indústria de peças e acessórios também foi relevante neste momento histórico para a economia local.

A infra-estrutura e os ramos anexos à ferrovia entram em crise com a mudança do modal de transporte, pois a partir da “JK” (Juscelino Kubitschek de 1956 a 1960) privilegia-se o modal rodoviário e o transporte ferroviário entra em estagnação com a falta de investimentos e a não ampliação da malha férrea. As décadas seqüentes são marcadas pela decadência das ferrovias por conta da falta de investimentos públicos, o que levou à diminuição da extensão das linhas férreas¹³. Este cenário gerou desdobramentos negativos para a economia de Bauru¹⁴. Com a depressão da infra-estrutura ferroviária a cidade fica dependente do seu mercado e estrutura produtiva local.

Os dados históricos de formação das cidades pioneiras são relevantes para afirmarmos um processo muito semelhante de ocupação entre as cidades selecionadas. Mesmo as de fundação mais antigas foram criadas por conta da expansão da franja pioneira, motivada pelo anseio de multiplicar os lucros do capital monopolista cafeeiro e do capital especulativo imobiliário. Depois da crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, temos o parcelamento do solo rural e o aumento da população local.

As relações de semelhança entre estas cidades além de serem encontradas em seus processos de colonização, também são encontradas em seus processos de formação do setor industrial. Autores como Sposito (1991), Dundes (2001), Mourão (1994) e outros, relatam a formação da indústria nas cidades da franja pioneira, com destaque para Presidente Prudente e Marília, como vemos a seguir:

Assim sendo, as cidades paulistas foram fundadas ou redinamizadas a partir de uma expansão agrícola (sobretudo, das áreas de plantio de café), mas já significativamente influenciadas por novas determinações: a agricultura diversificada e a indústria nascente, como se o processo de urbanização

¹² LOSBAK, 2004, p. 26.

¹³ SILVEIRA, 2003, capítulo III.

¹⁴ LOSBAK, 2004, p. 28.

tivesse a sua matriz econômica no campo, visto que se conformava a rede urbana a partir do avanço do complexo cafeeiro. (SPOSITO, 1991, p.70).

A ocupação de terras da Alta Paulista, onde se localiza Marília surge na transição da economia agroexportadora do café para a economia industrial... A atividade industrial vai surgir na cidade pela transformação do algodão.

[...]

O início do processo de industrialização da cidade tem sido associado à instalação das máquinas de beneficiamento de algodão, principalmente após 1936, quando chegam as grandes unidades de capital de fora, nacional e estrangeiro, como a SANBRA, Anderson Clayton e a Matarazzo. (MOURÃO, 1994, p. 57).

No início da década de 30, entretanto, a cultura cafeeira desenvolvida na região já declinava em virtude da crise de superprodução de 1929. Deste modo, em meados dessa década, o algodão começou a ser cultivado na região, substituindo gradativamente a cultura do café.

[...]

Essas duas culturas (algodão e amendoim) tiveram importância econômica e social na região, pois proporcionaram um avanço no desenvolvimento urbano regional, sobretudo em Presidente Prudente, principal centro de comercialização da produção e onde estavam instaladas grandes beneficiadoras desses produtos (Matarazzo, Anderson Clayton, Lótus, SANBRA, entre outras). (DUNDES, 2001, p. 71).

Fica claro que os processos históricos de formação da indústria são tão semelhantes que em alguns momentos se confundem. As cidades desenvolveram este setor via capital local¹⁵, principalmente após a saída das empresas de capital externo da região no decorrer do século XX. Importante destacar que as agroindústrias são as principais atividades industriais do Oeste paulista, principalmente com as atividades têxteis e alimentícias. Nota-se a forte presença do beneficiamento do algodão, cultura encontrada em toda a região e, em um primeiro momento, beneficiado por empresas nacionais e multinacionais.

Com a derrocada do algodão, novas alternativas agrícolas surgem. Assim, regiões como as de Marília e Presidente Prudente ainda apostam na extração de óleos vegetais com a ascensão da cultura do amendoim¹⁶. São José do Rio Preto continua com o processo de diversificação agrícola com o milho, a laranja, o arroz, a cana-de-açúcar, as seringueiras e, com maior destaque, a pecuária¹⁷. Para atender a agroindústria local¹⁸, Bauru segue a mesma linha de diversificação agrícola com a produção pecuarista e com a produção do milho, do algodão e do amendoim. Infelizmente carecemos de dados para discorrer sobre a produção agrícola de Araçatuba, embora o epíteto de “terra do boi gordo” possa nos dizer alguma coisa. O problema é: a partir de que época?

¹⁵ DUNDES, 2001, p.72; MOURÃO, 1994, p.58.

¹⁶ MOURÃO 1994, p.85; DUNDES, 2001.

¹⁷ WHITACKER, 2003, p.53.

¹⁸ DOMINGUES, 1983, p. 101.

Tanta semelhança nos perfis econômicos das cidades médias estudadas nos remete, ainda que superficialmente, a pensar na lógica capitalista produtiva do decorrer do século XX. Em um primeiro momento temos a produção de algodão e a extração de óleos com o esmagamento de seu caroço. Esta evolução do algodão só ocorreu por conta do café e para atender o mercado externo, pois o período de guerras levou grandes países produtores de algodão a sacrificar suas lavouras. A derrocada do algodão se deu pela perda de produtividade da cultura na região, sobretudo pelo esgotamento do solo. Entra em cena então, nas décadas de 60 e 70, a extração de óleo do amendoim, que compete com a soja sulista, mas que acaba entrando em derrocada. Os processos e elementos narrados auxiliaram na diversificação da produção agropecuária do Oeste paulista. No decorrer do século XX ganha destaque a produção de cereais, cítricos, agroenergéticos e intensifica a criação pecuarista.

Como vimos tal diversificação atendeu o capital produtivo em escala local, com as agroindústrias; e nacional, visando atender o aumento do consumo urbano e no intuito de criar divisas para o país¹⁹. A lógica capitalista permeia as semelhanças econômicas das zonas produtoras de matérias primas, a divisão do trabalho produziu territórios semelhantes, e só os diferentes usos, dos signos e símbolos elaborados em cada etapa do capital, por uma sociedade pontualmente localizada, pode levar à heterogeneidade e às vantagens competitivas locais.

Não negamos a diversificação industrial dessas cidades; é evidente que as atividades industriais de menor expressão se diferenciam. Talvez consigamos no final da pesquisa mostrar que alguns ramos industriais não ligados à agroindústria tenham destaque, quanto o número de empregados, ao número de empresas, e a renda média. Contudo, até a década de 1970 encontramos a primazia da agroindústria de capital local e com grande semelhança entre as cidades.

Buscando entender as dinâmicas econômicas locais, colocamos em voga o processo de desindustrialização ocorrida no Estado de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Este tema será abarcado adiante, pois analisar este processo nos ajudará na obtenção de indícios da sequência histórica no processo de industrialização das cidades destacadas na pesquisa.

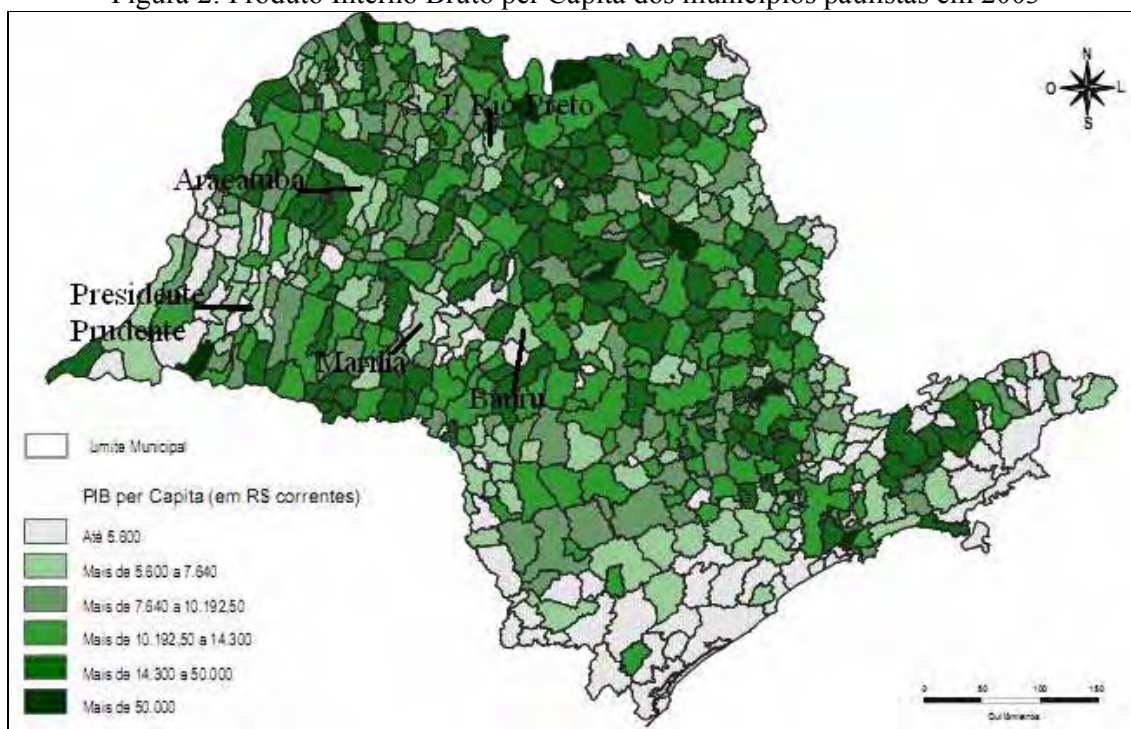
As semelhanças históricas de formação do Oeste paulista são latentes. No entanto, essas cidades começam a se diferenciar por vários motivos, entre eles, pelos diferentes imigrantes, diferentes formas de produção do solo, qualidade e quantidade da malha de transportes. Para buscar indícios desta diferenciação na atualidade ou ainda das semelhanças entre as cidades médias estudadas, buscamos um retrato da renda local através do PIB

¹⁹ WHITACKER, 2003, p.57.

(Produto Interno Bruto) per capita e de algumas características sociais através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de cada município. Sabemos que são índices generalizadores que podem, ou melhor, camuflam as desigualdades entre as classes sociais.

A figura 2 apresenta o PIB per capita no ano de 2003. As cidades médias selecionadas então em intervalos semelhantes de PIB per capita de R\$5.600 a R\$7.640. Este é um intervalo modesto se compararmos ao intervalo mais elevado que corresponde a municípios com PIB per capita acima de R\$50.000. Importante notar que no entorno das cidades médias estudadas encontramos municípios com melhor desempenho, principalmente próximos a São José do Rio Preto, Araçatuba e Bauru. Se relacionarmos isso à centralidade exercida por uma cidade média, há a possibilidade de aumento das vendas comerciais locais. Entendemos que o PIB per capita não é o melhor indicador, uma vez que ele camufla, entre outros aspectos sociais e econômicos, a concentração de renda, mas achamos interessante pelas perspectivas econômicas que este indicador cria. A área entre Marília e Bauru chama a atenção também por ter um considerável número de municípios com baixo PIB per capita, já que na porção central do estado de São Paulo não há muitos municípios nesta situação. Mais uma vez, não temos elementos para explicar tal fato.

Figura 2: Produto Interno Bruto per Capita dos municípios paulistas em 2003

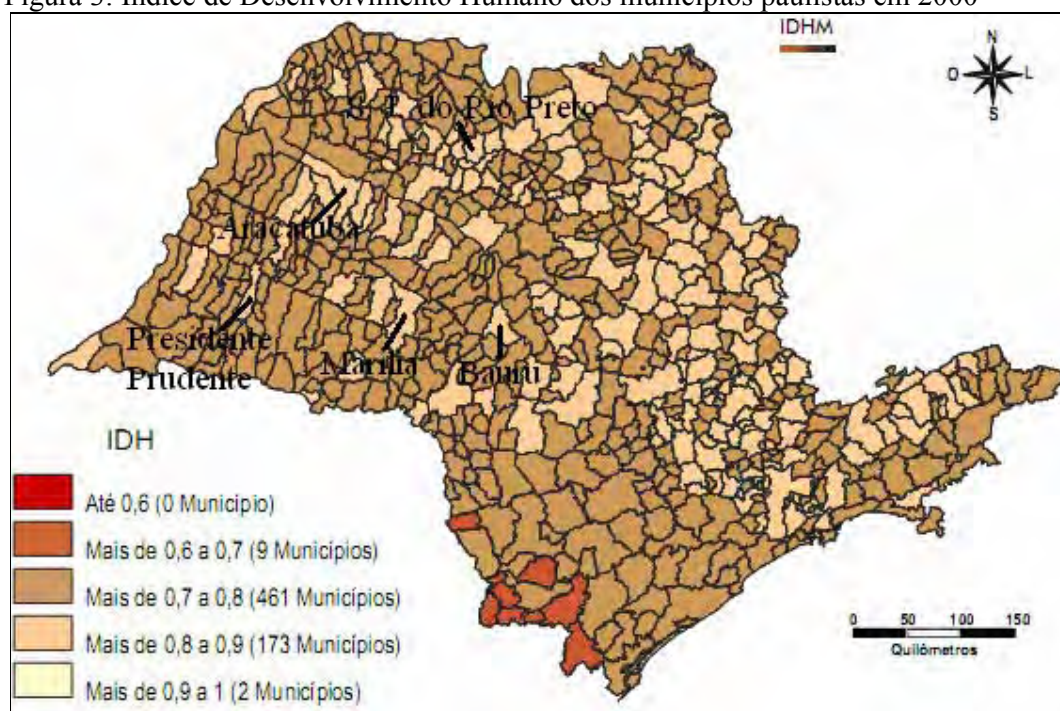


Fonte: Fundação Seade; PNUD

Organizador: Luis Fernando Rosalino

Buscando relacionar o produto interno bruto per capita dos municípios com escolaridade, longevidade e poder de compra, lançamos mão da figura 3, que traz o IDH elaborado pela Fundação Seade, baseado nos dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para todos os municípios paulistas no ano de 2000. Assim como no mapa anterior, podemos constatar que as cidades médias pesquisadas estão em intervalos semelhantes, todavia, agora fazem parte de um intervalo relevante, positivo. Este intervalo abarca municípios de 0,8 a 0,9 em uma escala que vai até 1, ficando atrás apenas de municípios de 0,9 a 1 na escala de IDH.

Figura 3: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios paulistas em 2000



Fonte: Fundação Seade; PNUD
Organizador: Luis Fernando Rosalino

No mapa as cidades médias selecionadas se destacam em suas regiões, principalmente em Presidente Prudente, Marília e Bauri, por conta do grande número de municípios, circunscritos a estas cidades, com IDH menor que 0,800. As regiões de São José do Rio Preto e Araçatuba possuem uma quantidade grande de municípios com IDH de 0,800 a 0,900. Relacionando as figuras 2 e 3, e levando-se em conta que na formulação do IDH encontramos indicadores como poder de compra, podemos notar indícios de bom poder de compra nas cidades médias estudadas e nos municípios ao seu entorno.

As semelhanças entre as cidades selecionadas para esta pesquisa são muitas, passando pelo seu histórico de formação, suas funções na colonização do estado, nas culturas agrícolas produzidas até meados do século XX, no IDH e no PIB per capita de cada município. Contudo, as diferenças são evidentes quando observamos a diversificação agropecuária, a ser tratada mais a frente, e as diferenças regionais, começando com os PIBs per Capita e com o IDH dos municípios ao entorno das cidades médias estudadas.

Durante o histórico de formação da dinâmica econômica estadual, alguns processos poderiam auxiliar na diversificação das cidades médias e suas regiões, sobretudo na diversificação da produção industrial, diminuindo, inclusive, a dependência da agroindústria. Destacaremos no capítulo 3 o processo de Desconcentração Industrial do Estado de São Paulo. Neste processo histórico foram criadas possibilidades para a penetração, rumo ao interior do Estado de São Paulo e para outras regiões do país, da indústria instalada na capital paulista.

3 – O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA PAULISTA

Na busca por apreender a dinâmica econômica das cidades médias do interior paulista, entendemos ser necessária uma análise calcada nos processos históricos de formação da indústria paulista, tais como a formação da indústria no Estado de São Paulo e/ou processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana paulista, no sentido do interior do estado. No entanto, não nos aprofundaremos ou mesmo tangenciaremos os primórdios da indústria paulista²⁰, a não ser o processo de industrialização do interior. Para tanto, focaremos o estudo no processo de desconcentração industrial pelo qual a região metropolitana paulista passou no decorrer das décadas de 70 e 80, por entendermos que este evento criou oportunidades para o surgimento e consolidação de um parque industrial nas cidades médias do interior paulista. Não obstante, tentaremos levantar indícios que nos ajude a verificar ou refutar a continuação do processo de interiorização da indústria paulista, ainda que utilizemos uma base de dados distinta dos principais estudos sobre este processo, mas com as mesmas variáveis e incluindo algumas novas.

3.1. Processo de desconcentração industrial paulista

Durante toda a década de 1990 foi elaborada uma leva de trabalhos que visavam estudar o processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, com números que precisavam as décadas de 1970 e 1980, nos quais os autores buscaram comprovar a migração da indústria para o interior paulista e demais regiões do país. Alguns trabalhos serviram de base à análise deste processo, dentre eles as obras de Negri, Tartaglia e Lencioni, autores os quais entendemos ser necessários para tal fim.

A década de 1960 marca os primeiros debates sobre uma alternativa para os problemas ocorridos pela concentração da indústria nacional e do dinamismo econômico de ilhas no território, pouco articuladas com o restante do país. Aliado à pouca irradiação econômica destas ilhas, juntam-se os preocupantes desdobramentos da falta de políticas sociais e urbanas dos principais centros econômicos brasileiros.

²⁰ Para tanto ver NEGRI, 1996; MAMIGONIAN, 1976; entre outros.

A cidade de São Paulo e sua região metropolitana, como maior pólo econômico nacional, careceram de políticas públicas para um crescimento urbano que minimizasse problemas ambientais e sociais, que se somaram aos problemas econômicos, geraram a perda de competitividade da região metropolitana de São Paulo, primordialmente por conta da constituição do que Negri entendeu ser “deseconomias de escala” ou “custos da aglomeração urbana”. Na lista de problemas estavam dificuldades de locomoção, tanto de mercadorias como de pessoas; deterioração, falta e/ou má localização de equipamentos públicos e de serviços como educação, saneamento básico e saúde; problemas ambientais tais como qualidade do ar, ocupação irregular de mananciais e qualidade da água; o forte movimento sindical; a especulação imobiliária; a diminuição da qualidade de vida e seus desdobramentos.

Motivados pela perda de competitividade, pela pressão social e pelo nascente movimento ambientalista, o governo do estado e a União criaram a partir dos anos 1960 uma série de restrições à instalação de novas plantas industriais na capital e sua região metropolitana, incentivando a migração de indústrias para o interior paulista e outras regiões do país, uma vez que a concentração industrial foi identificada como uma das raízes dos problemas urbanos da metrópole. Como já citado acima, o município da capital e seu entorno apresentavam outros problemas econômicos, sociais e ambientais. Contudo, o Estado, em suas diversas esferas, focou sua atuação na concentração industrial desta região.

Dentre as principais medidas despendidas para minimizar a característica concentradora da região metropolitana paulista, temos, no âmbito da União, as políticas de incentivo à investimentos em outras regiões do país, principalmente pelo intermédio das superintendências regionais e dos desígnios instituídos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970. Os incentivos passavam por facilidades na obtenção de créditos; isenção de impostos; produção de infra-estrutura; criação e contribuição para o surgimento de tecnopolos como os de São Carlos (Universidade Federal de São Carlos), de São José dos Campos (CTA e ITA), em Campinas (CTI) e em Piracicaba (CENA); investimentos no setor produtivo, como a construção e ampliação das refinarias de petróleo no interior do estado de São Paulo (Refinaria do Planalto Paulista, em Paulínia; Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão e a Refinaria Henrique Lages, em São José dos Campos), produção de Refinarias no Sul e Nordeste do país, criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, a ampliação da Cosipa, em São Paulo e de outras siderúrgicas em outras regiões do país, e a Embraer, em São José dos Campos, para falar de alguns investimentos no setor produtivo no interior paulista e em outras regiões; disseminação de infra-estrutura para telecomunicações como a ampliação da rede de telefonia no interior paulista e em outras

parcelas do território nacional; além de criar ou melhorar as estradas que ligam o estado de São Paulo ao restante do país. Medidas proibitivas também foram realizadas na esfera judiciária federal como o aprimoramento da legislação ambiental, com todos seus problemas de implementação e fiscalização. Outras duas políticas federais foram cruciais para o desenvolvimento da indústria no interior paulista: a primeira foi o incentivo para ampliação das exportações na década de 1980 e a segunda o Programa Nacional do Alcool em meados da década de 1970.

No âmbito estadual, as principais medidas foram: a criação de instituições fiscalizadoras e com poder punitivo, como a CETESB – Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição de Águas; criação de fóruns de debate sobre a questão; formulação e implantação de uma política de desenvolvimento urbano e regional que contava com a criação e/ou recuperação da malha viária, duplicação de rodovias que ligam a capital ao interior, modernização da malha ferroviária, operacionalização da hidrovía Tiête-Paraná, e mais tarde, implantação de ampla rede de fibra ótica; ampliação da rede de ensino superior, sobretudo, com a disseminação de campi da Universidade do Estado Paulista (UNESP) em diversas cidades do interior paulista e, ensino técnico com as Fatecs; aprimoramento, incentivo, contribuição e criação de tecnopolos como o de Campinas (UNICAMP), o de São José dos Campos, o de São Carlos (USP) e Piracicaba (Esalq-USP); elaboração de leis ambientais modernas; entre outras medidas que favoreceram os fluxos de informações, mercadorias, pessoas e capitais, implementando em todo o estado a infraestrutura condizente com as necessidades do sistema de acumulação vigente.

Os principais objetivos da União e do governo estadual eram de munir o interior paulista e as demais regiões do país de infraestrutura que atendesse o capital produtivo criando, assim, possibilidade de atração de novas plantas industriais ou mesmo migração das empresas da região metropolitana paulista, minimizando os efeitos da concentração econômica em uma pequena parcela do território nacional.

Na escala municipal, a grande maioria dos municípios do estado de São Paulo, o que inclui as cidades pesquisadas, utilizou como ferramentas para o incentivo à instalação de estabelecimentos industriais em seus territórios, a doação de terrenos; isenções de impostos e taxas municipais; criação de infraestrutura; terraplanagem; e em alguns casos, ressarcimento do capital investido. O principal objetivo dos municípios era a geração de empregos através da atração de plantas industriais exógenas ao capital local.

As principais medidas ou as mais eficazes para facilitar e direcionar o processo de desconcentração industrial, na ótica de Negri, partem do governo estadual, através da

construção ou melhoria das rodovias que ligam o interior à capital, possibilitando a consolidação de “corredores” ou eixos de transporte munidos de infra-estrutura contemporânea para a troca de mercadorias, idéias, capitais e locomoção de pessoas. Assim, a indústria paulista pode seguir as tendências locais imperadas pelo capital transnacional, ou seja, desvinculação do processo produtivo do processo de comando, estratégia esta, utilizada em organizações empresariais que atuam em diferentes escalas e ramos, mas que buscam eficiência competitiva. Se, por um lado, a região metropolitana perde unidades fabris para o interior, caracterizando um processo de desconcentração industrial, por outro, esse processo segue a lógica capitalista e configura um desejado redirecionamento das unidades produtoras para o interior do estado, concentrando a tomada de decisões na capital, onde se encontram a principal infra-estrutura e os serviços necessários para desempenhar papel de comando na escala estadual, nacional e na América Latina.

Não vamos problematizar a adoção das medidas tomadas nas diferentes escalas de governança; para tanto, ver Negri (1996) e Lencioni (1994). Torna-se importante destacar a diferença entre estes dois autores. Negri acredita ter ocorrido um processo de desconcentração industrial calcado na perda de pessoal ocupado na indústria de transformação, da diminuição do valor de transformação industrial, além de queda nos números de estabelecimentos industriais da região metropolitana, o que caracterizaria um processo de desindustrialização. O autor é enfático em salientar que o maior beneficiado deste processo foi o interior paulista, uma vez que, observando o comportamento das mesmas variáveis, agora para o interior e no mesmo recorte temporal (décadas de 70/80), tiveram crescimento acima da média nacional e, logicamente, superior à Região Metropolitana paulista. O autor destaca, como responsável por este processo, a caracterização da deseconomia de escala na região metropolitana paulista, sendo o interior do estado de São Paulo uma região com possibilidades de atender aos anseios do capital produtivo, sobretudo, após o conjunto de medidas aplicadas pelas diferentes escalas de governo.

Para Lencioni, ocorreu um movimento de reestruturação urbano-industrial da metrópole paulista, caracterizado pela dispersão das unidades industriais no estado de São Paulo e fora dele, porém sob a égide do comando da capital paulista, ou seja, uma saída desejada e incentivada de unidades fabris para o interior paulista, enquanto que a capital amplia sua função de gestão e de mediadora dos fluxos de capitais e informações com o exterior. Este movimento, segundo a autora, é motivado pelas novas formas de produção capitalista.

Se a concentração das atividades econômicas, sobretudo a concentração industrial, é que estruturou o aglomerado metropolitano, hoje é a dispersão industrial o elemento fundamental na reestruturação da metrópole de São Paulo.

Tomamos como referência a dispersão espacial da indústria para o interior paulista procurando demonstrar que esta relocação industrial expressa a expansão do aglomerado metropolitano, que redefine a primazia da capital, não como a capital do capital, no sentido da produção, mas, sobretudo, como a capital da gestão. (LENCIONI, 1994, p. 54).

A tese defendida pela autora aponta alguns processos complexos para a geografia. Contudo, nos prenderemos ao processo de “dispersão e relocação industrial”. Lencioni utiliza as mesmas variáveis utilizadas por Negri para fundamentar sua tese. Um dos pontos comuns são os números de empregados e de valor adicionado da indústria de transformação. Negri (1988) mostra que no período de 80/85 foram criados, no interior, 87 mil postos de trabalho, enquanto que a metrópole findou com 144 mil empregos, sendo que a proporção de postos de trabalho criados no interior paulista é maior do que o da metrópole no período de 1975 a 1985; enquanto o primeiro criou 51,3% dos postos de trabalho no estado a região metropolitana criou 48,7%, “indicando a recente tendência à maior geração de empregos industriais no Interior do que na Metrópole desde a década de 70”, como afirma Lencioni (1994). Outro número apontado por Negri (1988) e enfatizado por Lencioni diz respeito ao valor adicionado da indústria de transformação. No período de 70/85 os números da região metropolitana passaram de 67,4% para 52,8% e os do interior de 32,6% para 47,3%.

A grande diferença entre o pensamento dos autores diz respeito ao processo de desindustrialização ou não da região metropolitana, como já salientamos. Negri corrobora com a tese de desindustrialização baseado nas variáveis: número de empregados, valor adicionado da indústria de transformação e no número de estabelecimentos na indústria de transformação. Lencioni refuta a idéia de desindustrialização, ainda que admita a dispersão dos estabelecimentos industriais. Todavia, a autora enfatiza a centralização da função de mando do capital territorializado na capital de São Paulo. Para enfatizar este processo, a autora lança mão de dados sobre as fusões, associações e da absorção no segmento da indústria de transformação, além de fenômenos mais recentes como a subcontratação e o desmembramento do capital produtivo das funções de comando. A reprodução do capital instituída pelas recentes práticas capitalista de produção, possibilitadas pelo arcabouço técnico-informacional vigente, prioriza a esfera local, enquanto que sua reprodução ampliada é centralizada na capital paulista, entre outras formas, através do setor de serviços, setor

financeiro e das sedes dos principais conglomerados econômicos nacionais, multinacionais e transnacionais.

A metrópole de São Paulo se desconcentra como negação dos mecanismos de concentração e afirma a sua centralidade. Por isso, negamos o emprego da palavra descentralização para descrever o processo de dispersão da indústria no Interior paulista. Pois, este processo – longe de ser um processo de descentralização industrial, a rigor é um processo de centralização. (LENCIONI, 1994, p.59).

Para Lencioni, o que está em andamento é um processo de dispersão da metrópole e ampliação de suas funções de gestão. Assim, o crescimento de regiões, como a de Campinas, “... não significam processos autônomos de metropolização. Ao contrário, são manifestações constitutivas da expansão do espaço metropolitano paulista...” (p.59).

Não discordamos da idéia de que a capital paulista tenha papel preponderante no comando e gerenciamento do capital, seja ele especulativo, produtivo ou de qualquer outro caráter, seja na escala estadual ou nacional e até internacional. Contudo, e não entrando no debate sobre os desdobramentos da tese de Lencioni para a rede urbana do país e mesmo do comportamento espacial da metrópole paulista. Entendemos ser mais coerente a tese de Negri, pois a perda de mão de obra de unidades industriais, de geração de valor adicionado na indústria de transformação, e como ainda veremos da diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) da região metropolitana de São Paulo, são fatores importantes para caracterizar o processo de desindustrialização desta região. Processo este acompanhado por uma dispersão da indústria no território nacional, com a primazia do interior paulista, devido ao crescimento da sua dinâmica industrial em comparação com as demais regiões do país.

3.2. Razões para a interiorização da indústria paulista

O capital não atinge o território de forma única, pois são priorizadas localidades que possibilitam ganhos de produtividade e, em consequência, que estejam munidas dos requisitos básicos para a reprodução capitalista. No território paulista pôde-se, pelo menos até a década de 1980, espacializar o comportamento do capital produtivo por conta da escolha de outras localidades para novas plantas industriais, fossem elas migrantes da região metropolitana ou de novos investimentos produtivos. Os autores já citados observam aí, em consenso, um raio de distância das principais localidades que se beneficiaram do processo de desconcentração.

Lencioni (1994, p. 56) afirma que “a política de descentralização industrial significou, sobretudo, dispersão abrangendo um raio de cerca de 150 km a partir da capital e, indo além desta distância, ao longo dos principais eixos rodoviários”. Negri (1996), ao analisar tal processo, aponta o que chamou de “tendências naturais” da desconcentração:

[...] os principais eixos de penetração industrial, definidos pelo sistema de transportes, através das rodovias que faziam a ligação metrópole-interior. Os eixos considerados foram a Via Anhanguera em direção à Região de Ribeirão Preto, a via Washington Luiz no sentido da região de São José do Rio Preto, a rodovia Castelo Branco, que cortava a região de Sorocaba, e a via Dutra, para o vale do Paraíba, fazendo a ligação com Rio de Janeiro. Desta forma, detectaram-se as “tendências naturais” do processo de expansão industrial no sentido capital-interior. (NEGRI, 1996, p. 170 e 171).

Fica muito claro que o processo de desconcentração industrial vivido pela capital e sua região metropolitana não atinge o território paulista de forma homogênea. As áreas privilegiadas pelo capital para sua expansão dentro do território paulista não ultrapassaram 150 km da capital. Algumas localidades que são atendidas pelos principais eixos de desenvolvimento, encontrados na figura 3, tiveram a oportunidade de receber as plantas industriais migrantes da Capital, pelo fato de fazerem parte das principais rodovias sentido Capital – Interior. Contudo, não foi isto o que ocorreu.

Figura 4: Fluxo Diário de Veículos – ano de 2004

linhas aéreas, ou seja, que estão em territórios de grande fluidez, não terem sido destino para empresas que saíram da capital paulista sentido interior.

Não vamos esgotar as respostas para uma indagação tão complexa, mas entendemos que temos indícios para algumas respostas satisfatórias, começando pelo que já expomos acerca do pensamento de Lencioni, quando apontamos a concentração e diversificação dos serviços localizados na capital e, por conseguinte, a necessidade destes serviços para melhor competitividade das empresas. Outro fator é pela proximidade desejada da maior aglomeração urbana do país, principalmente em setores da indústria de bens de consumo, ou seja, necessidade de estar perto do mercado consumidor.

Outro fator que achamos importante é apontado por Negri, destacamos a busca de pólos de disseminação de tecnologia no interior. Os investimentos federais e estaduais na rede de universidades públicas e o fomento à pesquisa geraram, no interior, pólos tecnológicos que atraem investimentos produtivos. Municípios como os de Campinas, São José dos Campos, São Carlos e Piracicaba foram destinos de setores como metal-mecânico, de telecomunicações, aeroespaciais, informática, químico, transporte, bélico, eletrônico, entre outros. Como já apontado, ocorreram no interior paulista investimentos públicos produtivos que também atraíram alguns setores econômicos como, por exemplo, as indústrias do setor petroquímico, que buscaram a proximidade com as refinarias localizadas no estado. A tabela 1 mostra o comportamento de alguns setores industriais no período de 1967 a 1980, e por ela comprovamos a interiorização de alguns ramos industriais.

Tabela 1. Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do interior do Estado de São Paulo: 1967-1980 (Valores em percentagem do VTI)

Setores/Anos	1967	1970	1975	1980
Indústria Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	37,7	35,4	42,7	45,7
1. Químico	17,2	12,6	19,3	24,3
2. Minerais Não-Metálicos	5,6	7,0	6,6	5,7
3. Metalurgia	6,0	7,6	8,3	7,7
4. Outros	8,9	8,2	8,5	8,0
Indústria Predominantemente Produtora de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	14,9	15,4	25,0	26,3
1. Mecânica	5,9	6,8	11,7	12,4
2. Material de Transporte	4,2	4,9	5,7	5,7
3. Material Elétrico e de Comunicações	4,0	2,0	4,4	4,5
4. Outros	1,1	1,7	3,2	3,7

Fontes: 1. IBGE – Censos Industriais de 1970, 1975 e 1980

2. IBGE – Pesquisa Industrial de 1967

Organizador: Barjas Negri (1996)

A distância da capital paulista, a não configuração como pólos tecnológicos, a não recepção de investimentos produtivos públicos já seriam, a nosso ver, respostas plausíveis para responder por que os municípios de São José do Rio Preto, Bauru, Presidente Prudente, Marília e Araçatuba não foram destinos dos capitais produtivos que buscaram, a partir da década de 1970, localidades mais competitivas que a capital. Acreditamos ainda, que as localidades que fazem parte do raio de 150 km da capital paulista e nos eixos rodoviários que serviram de receptáculo para as indústrias interiorizadas, se apresentaram como alternativas até a década de 1980, suficientes para atender às necessidades de qualidade de vida, de desenvolvimento tecnológico e de proximidade do maior mercado consumidor do país, requisitos desejados pelo capital produtivo na busca de ganhos de competitividade outrora oferecidos pela Região Metropolitana de São Paulo.

Importante ressaltar mais um ponto no processo de desenvolvimento industrial do interior: a partir dos anos 1970, a agricultura passa por profundas mudanças relacionadas à produção e processamento de seus derivados, sendo ainda, alvo de políticas públicas que visaram, entre outros objetivos, equilibrar a balança comercial brasileira.

3.3. As cidades médias do interior paulista e a agroindústria

No processo de interiorização da indústria dever-se-á levar em conta o desenvolvimento da agroindústria, aspecto amplamente ressaltado por Negri e Tartaglia. Aspecto este, preponderante se relacionarmos o histórico de formação das cidades estudadas com suas dinâmicas econômicas e a formação de seus parques industriais.

No final dos anos 1950 e durante toda a década de 1960 a agricultura brasileira passa pelo que se denominou “Revolução Verde”. Este processo apresentou um novo arcabouço técnico para a produção agropecuária, observou-se a mecanização desde a produção da matéria prima até o processamento desta. Criou-se a “indústria para a agricultura” com a produção de implementos agrícolas e insumos, e a “indústria da agricultura”, responsável por processar a matéria prima agrícola²¹. Ampliou-se a dependência do campo para com as atividades urbanas e o estado de São Paulo, com uma das redes urbanas mais consolidadas e amplas do país, só podia se beneficiar.

²¹ TARTAGLIA, 1988.

Não foram apenas os planos econômicos voltados para a exportação, ou a infraestrutura para alicerçar a agroindústria, ou a versatilidade do complexo agroindustrial, ou a capitalização no campo que dinamizaram a agricultura do estado de São Paulo. Esses fatores contribuíram para a dinamização da agroindústria do interior paulista nas décadas de 1970 e 1980, e Tartaglia ainda aponta que:

Do ponto de vista da dinâmica regional da agricultura paulista e considerando o movimento de expansão da indústria pelo interior do estado, podemos afirmar que a diversificação crescente e a modernização da atividade agrícola, ou seja, sua industrialização, e a crescente integração com os ramos industriais voltados para a agricultura definem o padrão de desenvolvimento desta dinâmica. (TARTAGLIA, 1988, p. 75).

Sem sombra de dúvida, a urbanização se junta aos diversos fatores apontados na constituição das condições necessárias para o bom desempenho da agricultura paulista. Mais que isso, as especificidades da urbanização das diferentes regiões do estado tornam-se fator culminante e culminado na especialização agrícola destas regiões do interior paulista.

A primazia do complexo agroindustrial frente aos antigos métodos de produção, processamento e comercialização levam para as regiões agrícolas, principalmente o interior do estado de São Paulo, um amplo conjunto de atividades industriais voltadas para processar e para produzir as mercadorias do campo. Tartaglia (1988) aponta que a agropecuária do Estado de São Paulo se sobressaiu em relação aos demais estados, por conta de fatores históricos como, por exemplo, a infra-estrutura que remontava ao complexo cafeeiro e mais recentemente, ao complexo açucareiro; a diversificação da produção, sendo os setores mais fortes o abate de animais e conservas de carne, laticínios, beneficiamento de café e cereais, refino de óleos vegetais e fabricação de açúcar, produção de suco; crédito federal e estadual voltado para as culturas de café, cana-de-açúcar, soja, trigo, milho e arroz, culturas disseminadas no estado; estado com a agropecuária mais diversificada; São Paulo fora o estado que mais absorveu as mudanças no campo, tendo na década de 1980, “... quase o dobro dos estabelecimentos que utilizavam insumos químicos quando comparado ao restante do Brasil” (p. 64); e por estas razões ocorreu relevante aumento da produtividade, incluindo aí, a pecuária e a avicultura paulista com a melhoria do rebanho e incremento de tecnologia em toda cadeia produtiva.

Para caracterizar as diferentes regiões do estado, Tartaglia se utiliza da regionalização elaborada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que divide o estado em oito Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs). Destacando as principais regiões agrícolas do estado temos as DIRAs de Campinas, Ribeirão Preto e, como

prolongamento destas, a de São José do Rio Preto. A principal diferença entre estas DIRAs para as demais regiões agrícolas é a grande utilização da área agricultável com lavouras e criações. Deste modo, as principais características destas DIRAs estão no importante rebanho bovino e criação de aves e nas maiores lavouras de cana-de-açúcar, laranja, café, algodão e frutas. Apontando como motivos do bom desempenho, segundo o autor, o fato de serem as mais capitalizadas, melhor mecanizadas, apresentarem a melhor infra-estrutura de transporte, energia, a maior rede urbana do interior e com o complexo agroindustrial mais avançado do país. Quanto às demais DIRAs, “muito embora possuam uma agropecuária que utilize modernas técnicas de produção, não têm as mesmas características e dinâmicas do conjunto agrícola” (p. 70).

Outro importante fator para dinamizar a agricultura do estado foi o Programa Nacional do Alcool, que teve e tem em São Paulo sua maior plataforma produtiva. Junto às usinas açucareiras encontramos um leque de atividades industriais que levaram a uma ampla cadeia produtiva. Segundo Negri, o estado teve bom desempenho por aproveitar a infra-estrutura da produção de açúcar, adaptando-a para produzir álcool; a disponibilidade de recursos para o setor; a já capitalizada agricultura paulista e; ter a indústria metal-mecânica capaz de atender a demanda por maquinário ligado ao complexo do açúcar e álcool. A princípio, a região de Ribeirão Preto foi amplamente beneficiada por conter os requisitos já destacados. Todavia, Tartaglia apontou que no final dos anos 80 ocorre uma evolução da cultura de cana-de-açúcar nas DIRAs de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba e Marília.

Assim, a agropecuária e a agroindústria do interior paulista atendem as demandas dos novos hábitos alimentares impostos pela urbanização, a necessidade de gerar divisas para sustentar as importações nacionais, os ganhos qualitativos e quantitativos para competir no mercado externo e a versatilidade para produzir em escala uma fonte de energia capaz de substituir, competir e/ou baratear os combustíveis fósseis, amenizando as possibilidades de um novo choque do petróleo como na Crise do Petróleo dos anos 1970.

Para melhor caracterizarmos as regiões estudadas no período da década de 1970 e 1980 partiremos ainda, da regionalização utilizada por Tartaglia e de sua afirmação que “após 1960, a regionalização da agricultura consolidou-se nas suas grandes linhas” (p.72). Assim, as principais culturas e rebanhos na safra 1979/1981 da DIRA de São José do Rio Preto eram o café (com 25% da área plantada desta cultura no estado), laranja 23%, algodão 11%, arroz 27% e outros produtos como soja, milho e mamona possuíam destaque, além do rebanho bovino que foi o maior do estado nesta safra. A DIRA de Marília apresentou destaque com o

trigo (com 85,6% da área plantada desta cultura no estado), a soja 32%, café 16% e o amendoim com 24%.

As DIRAs de Bauru, Presidente Prudente e de Araçatuba, segundo o autor, fazem parte de outro patamar marcado pelo avanço das pastagens após a onda cafeeira e algodoeira dos primórdios da colonização da região, sendo que na região prudentina encontramos 60% da região tomada pelo pasto, e como principais lavouras temos o amendoim com 37% da área cultivada no estado, o algodão com 15%, a mamona com 53,6%, o café com 13% e o tomate com 21%. Na DIRA de Araçatuba 68% da região contava com pastagens, que atendia a 15% do rebanho do estado; apenas as lavouras de tomate e milho tinham certo destaque na produção paulista. A DIRA de Bauru também contou com expressiva participação da pastagem que ocupou 57% da área do território regional e o rebanho bovino era da ordem de 6,5% do estado; a lavoura de cana-de-açúcar correspondia a 13% da área cultivada, a mamona correspondia a 15,3% e o café a 9% da área cultivada desta cultura no Estado de São Paulo.

Para melhor caracterizar a evolução histórica da agropecuária regional, lançaremos mão dos dados do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003. Este estudo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) caracteriza a dinâmica agrícola de regiões administrativas estaduais. Estamos utilizando esta nova regionalização por dois motivos principais, o primeiro foi o fim de estudos baseados nas DIRAs, pois esta regionalização não é mais utilizada desde a década de 1980 pela Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O segundo motivo diz respeito à atualidade dos dados e a periodicidade em que os dados são difundidos. Uma nova versão deste estudo do SEADE pode ser encontrada anualmente, com uma defasagem de apenas três anos; a regionalização utilizada é das regiões administrativas do estado de São Paulo e faz-se a verificação da produção dos principais produtos durante o ano todo. No total, são cinco verificações anuais (setembro, novembro, fevereiro, abril e junho) e os dados são levantados pelo Instituto de Economia Agrícola – IEA e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Cati.

De posse deste estudo, escolhemos as cinco principais atividades das cinco regiões administrativas sediadas pelas cidades médias estudadas, ressaltando-se que entendemos que as principais culturas são aquelas que possuem destaque quanto à produção e a área cultivada em relação ao estado de São Paulo. Devido à importância atribuída à cana-de-açúcar, faremos o levantamento desta cultura nas cinco regiões administrativas estudadas, independentemente do seu desempenho em relação ao estado, ou seja, um levantamento particular da cana-de-açúcar. Quanto à criação de animais, a única variável selecionada será a quantidade produzida. Em relação à pastagem, a variável levantada será a área destinada a este fim.

Tabela 2: Produção Agropecuária da Região Administrativa de São José do Rio Preto - safra 2002-2003

Principais Produtos	Área (ha)	Quantidade (t)	Área %	Produção %
Vegetais				
Algodão (caroço)	20.519	53.285	30,1	29,7
Arroz (casca)	4.596	7.709	13,1	9,8
Laranja	122.464	2.222.740	17,0	16,7
Limão	17.134	477.967	46,7	51,6
Milho	123.410	527.349	11,3	11,4
Uva	338	28.245	3,4	15,9
Animais				
Aves para Corte	-	62.540		5,9
Carne Bovina	-	178.823		16,1
Leite (1.000 l)	-	307.784		16,2
Mel	-	450		22,3
Cera	-	106		56,4
Pastagem				
Artificial	1.338.109	-	15,7	
Natural	103.438	-	6,5	

Fonte: Fundação SEADE: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Organização: Luis Fernando Rosalino

Em São José do Rio Preto, a cultura que ocupou a maior área, sem contarmos a cana, foi o *milho*, com 123.410 ha, o que correspondeu a 11,3% da área ocupada por esta cultura no estado de São Paulo. Nesta região, a produção foi de 527.349 toneladas, o que representou 11,4% da produção estadual desta cultura; depois, temos a *laranja*, com 122.464 ha, que representou 17% da área ocupada no estado por esta cultura. Foram produzidas, ao todo, 2.222.740 toneladas de laranja, representando 16,7% da produção paulista; depois temos o *algodão*, com 20.519 ha que correspondeu a 30,1% da área cultivada desta cultura no estado foram produzidas 53.285 toneladas, que representou 29,7% da produção estadual; temos ainda o *limão*, com 17.134 ha ou 46,7% da área estadual destinada a esta cultura. A produção regional foi de 477.967 toneladas, o que representou expressivos 51,6% do limão produzido no estado e; o *arroz*, com 4.596 ha ou 13,1% da área cultivada com esta cultura no estado, a produção do arroz foi de 7.709 t. correspondendo a 9,8% da produção estadual. Com destaque, temos ainda a *uva*, cuja área cultivada foi de 338 ha correspondendo a 3,4% da área estadual destinada a uva, sua produção representou 15,9% da uva produzida no estado de São Paulo, ou seja, aproximadamente 28.000t.

Na produção animal temos a *cera*, com 106 toneladas ou significativos 56,4% da produção estadual; a produção de *mel* foi de 450 toneladas, o que valeu 22,3% da produção estadual de mel; de *leite*, foram produzidos 307.784.000 litros, o que representou 16,2% da

produção paulista; a produção regional de *carne bovina* foi de 178.823 toneladas ou 16,1% do produzido no estado de carne bovina; a produção de *aves para corte* chegou a 62.540 toneladas, não chegando a corresponder a 6% da produção estadual de aves. As áreas destinadas à *pastagens artificiais* são, em 2003, de 1.338.109 ha ou 15,7% da área estadual destinada a este fim, para pastagens naturais 103.438 ha, o que não passou de 6,5% da área destinada à *pastagens naturais* do estado.

Para findarmos a Região Administrativa de São José do Rio Preto temos a *cana-de-açúcar*, que ocupou a maior área em cultivo da região administrativa. Ao todo foram 248.838 ha destinados à cana, representando 8,8% da área destinada a esta cultura no estado; a produção regional foi de 19.169.130 toneladas, o que rendeu 8,4% da produção estadual.

Tabela 3: Produção Agropecuária da Região Administrativa de Marília - safra 2002-2003

Principais Produtos	Área (ha)	Quantidade (t)	Área %	Produção %
Vegetais				
Amendoim (casca)	25.536	51.504	37,5	34,1
Mamona	130	268	17,0	19,4
Mandioca	11.040	283.392	35,7	38,6
Milho	206.085	821.425	18,8	17,7
Soja	185.233	491.636	29,5	29,5
Trigo	20.735	47.477	40,0	40,5
Animais				
Carne Bovina	-	117.243		10,6
Casulo	-	190		40,4
Leite (1.000 l)	-	107.356		5,7
Ovos (1.000 dz.)	-	353.346		45,3
Mel	-	106		5,3
Pastagem				
Artificial	907.997	-	10,7	
Natural	88.493	-	5,6	

Fonte: Fundação SEADE: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Organização: Luis Fernando Rosalino

Na Região Administrativa de Marília temos mais uma vez o *milho* como sendo a cultura com maior área, fora a cana e as pastagens. Ao todo, foram destinados 206.085 ha ao milho ou 18,8% da área cultivada com esta cultura no estado; a produção foi de 821.425t, representando 17,7% da produção de milho do estado; temos a *soja* com 185.233 ha, o que representou 29,5% da área estadual destinada a esta cultura; a produção ficou em 491.636 toneladas representando 29,5% da produção estadual de soja; o *amendoim (casca)* ocupou 25.536 ha, o que lhe valeu expressivos 37,5% da área cultivada com esta cultura; a produção

foi de 51.504 toneladas e representou 34,1% da produção estadual de amendoim (casca). A principal produção regional em relação ao estado é de *trigo*, ao todo a região produziu 47.477 toneladas, que representou 40,5% da produção estadual desta cultura; a área destinada ao trigo foi de 20.735 ha, o que representou 40% da área paulista destinada a esta cultura. Temos ainda a *mandioca* que também tem grande importância regional; foram utilizados 11.040 ha para esta cultura, representando 35,7% da área estadual que produz mandioca; a produção chegou a 283.392 toneladas, gerando 38,6% da produção desta cultura no estado de São Paulo. A última cultura selecionada foi a *mamona* que, embora não tenha uma das cinco principais áreas destinada a ela na região, ocupou 130 ha e produziu 268 toneladas, o que rendeu 19,4% da produção estadual no ano de 2003.

A principal produção animal em relação ao estado foi de *ovos*, com 353.346.000 dúzias, que rendeu à região 45,3% de todo o ovo produzido no estado; outra produção importante é de *casulos*, com 190 toneladas ou 40,4% da produção local; foram produzidas 117.243 toneladas de *carne bovina* ou 10,6% da produção paulista de carne bovina; a produção de *leite* foi de 107.356.000 litros, que representou 5,7% da produção estadual; a produção de *mel* foi de 106 toneladas, o que valeu 5,3% da produção estadual de mel. As *pastagens artificiais* ocuparam 907.997 ha, chegando a 10,7% da área estadual para este fim; as pastagens naturais ocuparam 88.493 ha, o que representou 5,6% das pastagens naturais paulistas.

A cana-de-açúcar ocupou 230.317 ha da região; em 2003, esta área representou 8,2% das áreas cultivadas com cana no estado. A produção regional foi de 18.484.614 toneladas, o que representou 8,1% da produção de cana-de-açúcar paulista.

Tabela 4: Produção Agropecuária da Região Administrativa de Bauru - safra: 2002/2003

Principais Produtos	Área (ha)	Quantidade (t)	Área %	Produção %
Vegetais				
Café Beneficiado	15.712	12.272	6,9	7,2
Cana-de-Açúcar	283.308	22.405.728	10,1	9,8
Laranja	36.780	820.472	5,1	6,1
Mamona	93	179	12,2	13,0
Tangerina	3.463	82.427	9,5	11,1
Animais				
Aves para Corte	-	64.434		6,1
Carne Bovina	-	95.461		8,6
Casulo	-	130		27,6
Leite (1.000 l)	-	79.090		4,2

Mel	-	108		5,3
Pastagem				
Artificial	725.465	-	8,5	
Natural	102.583	-	6,5	

Fonte: Fundação SEADE: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Organização: Luis Fernando Rosalino

Na Região Administrativa de Bauru não encontramos nenhuma cultura com grande destaque em relação ao estado de São Paulo. As principais culturas selecionadas foram: a *laranja*, ocupando 36.780 ha, chegando a 5,1% da área destinada a esta cultura no estado; a produção foi de 820.472 toneladas representando 6,1% da produção estadual; a área destinada ao *café beneficiado* foi de 15.712 ha, o que representou 6,9% da área estadual destinada a esta cultura, a produção chegou a 12.272 toneladas ou 7,2% da produção estadual; a *tangerina* ocupou 3.463 ha, que para o estado representou 9,5% da área destinada a esta cultura; foram produzidas 82.427 toneladas de tangerina, chegando a 11,1% da produção paulista; a *mamona* foi cultivada em 93 ha ou 12,2% da área estadual destinada a mamona; a produção foi de 179 toneladas, o que valeu à região 13% da produção de mamona do estado de São Paulo.

Na produção animal temos a produção de *casulos*, com 130 toneladas ou 27,6% da produção estadual; de *carne bovina* foram produzidos 95.461 toneladas, representando 8,6% da produção paulista; a produção de *aves para corte* chegou a 64.434 toneladas chegando a 6,1% da produção estadual; a produção de *leite* foi de 79.090.000 litros o que lhe valeu 4,2% da produção estadual de leite; a última produção animal selecionada foi a de *mel*, com 108 toneladas e produzindo 5,3% do mel do estado de São Paulo. As *pastagens artificiais* ocuparam 725.465 ha em relação ao estado e significou 8,5% das pastagens artificiais paulistas; as *pastagens naturais* ocuparam 102.583 ha, representando 6,5% da área destinada a este fim em todo estado.

A *cana-de-açúcar* ocupou uma área de 283.308 ha. Este número garantiu à R.A. de Bauru 10,1% da área destinada à cana no estado; a produção foi de 22.405.728 toneladas, o que representou 9,8% da produção estadual. Com certeza, a cana-de-açúcar foi a cultura privilegiada quanto ao espaço, perdendo, nesta região, apenas para as pastagens.

Tabela 5: Produção Agropecuária da Região Administrativa de Araçatuba - safra 2002-2003

Principais Produtos	Área (há)	Quantidade (t)	Área %	Produção %
Vegetais				
Café Beneficiado	5.380	5.256	2,4	3,1
Cana-de-Açúcar	230.958	18.918.698	8,2	8,3

Feijão	28.367	34.427	12,8	11,1
Milho	97.174	425.087	8,9	9,2
Soja	26.274	74.007	4,2	4,4
Tomate	2.134	159.795	17,6	20,9
Animais				
Carne Bovina	-	162.092		14,6
Carne Suína	-	2.293		1,7
Casulo	-	9		1,8
Leite (1.000 l)	-	229.392		12,1
Ovos (1.000 dz.)	-	70.718		9,1
Pastagem				
Artificial	1.149.960	-	13,5	
Natural	14.070	-	0,9	

Fonte: Fundação SEADE: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003
Organização: Luis Fernando Rosalino

Na Região Administrativa de Araçatuba a cana-de-açúcar aparece entre as cinco principais atividades quanto à área ocupada e à produção. Contudo, assim como na R.A. de Bauru deixaremos o desempenho desta cultura para o final. Sem a cana, o *milho* é a maior cultura em área, ocupando 97.174 ha, o que representou 8,9% da área estadual destinada ao milho; a produção foi de 425.087 toneladas o que rendeu 9,2% da produção estadual; temos o *feijão* com 28.367 ha ocupando 12,8% da área destinada ao feijão no estado; a produção foi de 34.427 toneladas, que significa 9,2% do feijão produzido no estado; a *soja* ocupou 26.274 ha, que equivaleu a 4,2% da área paulista destinada a esta cultura; a produção chegou a 4,4% da soja paulista em um montante de 74.007 toneladas; produzindo *tomate*, temos 2.134 ha, representando 17,6% da área paulista destinado a este fim; a produção tomateira foi de 159.795 toneladas, rendendo à região 20,9% da produção de tomate do estado de São Paulo.

A produção animal teve como destaque o *leite*, com 229.392.000 litros. Este número é 12,1% da produção leiteira do estado paulista; a *carne bovina* também teve bom desempenho, a produção regional foi de 14,6% da estadual, ao todo foram 162.092 toneladas; temos ainda a produção de ovos com 70.718 dúzias ou 9,1% do produzido no estado; a produção de *casulos* foi de nove toneladas, que representou 1,8% da produção paulista; ainda com pequena participação junto ao estado, temos a produção de *carne suína* com 2.293 toneladas ou 1,7% do produzido no estado desta variedade de carne. As *pastagens artificiais* ocupavam notáveis 1.149.960 ha, o que representou os não menos impressionantes 13,5% da área destinada a este fim no estado; a *pastagem natural* ocupou 14.070 ha, não chegando a representar 1% junto ao estado.

A cana-de-açúcar ocupou 230.958 ha, representando 8,2% da área cultivada com esta cultura no estado de São Paulo; a produção foi de 18.918.698 toneladas, rendendo 8,3% da produção estadual. A R.A. de Araçatuba foi a única até o momento em que a porcentagem do que é ocupado foi menor do que a que se produziu, o que achamos ser indício de uma melhor produtividade nesta região, embora não possamos afirmar se foi por avanços técnicos ou por qualidade do solo.

Tabela 6: Produção Agropecuária da Região Administrativa de Presidente Prudente - safra 2002-2003

Principais Produtos	Área (ha)	Quantidade (t)	Área %	Produção %
Vegetais				
Algodão (caroço)	9.357	17.977	13,7	10,0
Amendoim (casca)	8.965	13.815	13,2	9,2
Mamona	312	391	40,9	28,4
Mandioca	5.978	129.112	19,3	17,6
Soja	66.536	193.449	10,6	11,6
Animais				
Carne Bovina	-	209.797		18,9
Casulo	-	68		14,4
Leite (1.000 l)	-	186.814		9,9
Ovos (1.000 dz.)	-	34.802		4,5
Cera	-	6		3,3
Pastagem				
Artificial	1.733.567	-	20,3	
Natural	52.944	-	3,3	

Fonte: Fundação SEADE: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003
Organização: Luis Fernando Rosalino

A R.A. é a de Presidente Prudente e suas principais culturas regionais são: a produção de *soja*, com 66.536 ha, ocupando 10,6% da área estadual destinada a este fim; a produção ficou em 193.449 toneladas, o que significou 11,6% da soja paulista; a cultura do *algodão* ocupa a segunda maior área, com 9.357 ha, o que correspondeu à 13,7% da área estadual destinada a esta cultura; a produção foi de 17.977 toneladas o que valeu 10% da produção algodoeira paulista; o *amendoim (casca)* ocupou 8.965 ha, correspondendo a 13,2% da área paulista para este fim; a produção, em compensação, foi de apenas 9,2% da produção estadual, o que em números absolutos representou 13.815 toneladas; a *mandioca* ocupou 5.978 ha, representando 19,3% da área paulista para cultivo de mandioca; a produção foi de 129.112 toneladas, correspondendo à 17,6% da produção estadual desta cultura; a *mamona* ocupou 312 ha o que representou expressivos 40,9% da área paulista de cultivo de mamona, a produção ficou em 391 toneladas, o que valeu não mais que 28,4% da mamona paulista.

Os cinco principais produtos animais são, em primeiro lugar, a *carne bovina*, com 209.798 toneladas; esta produção chega a significativos 18,9% da produção estadual, a maior produção entre as R.A.s destacadas; a produção de *casulos* rendeu 68 toneladas, representando 14,4% da produção estadual desta criação; a produção de *leite* foi de 186.814.000 litros, chegando a quase 9,9% da produção estadual de leite; de *ovos* foram produzidos 34.802.000 dúzias, chegando à 4,5% da produção estadual desta mercadoria; a região produziu 6 toneladas de cera, o que representou 3,3% da produção estadual.

Impressionante é a área destinada às pastagens, pois apenas de *pastagens artificiais* esta região destinou 1.733.567 ha, representando 20,3% das áreas estaduais para este fim; as pastagens naturais ocuparam 52.944 ha, não passando de 3,3% da área estadual deste tipo de pasto. É, em disparada, a R.A. com maior área em pastagens.

A cana-de-açúcar ocupou, na R.A. de Presidente Prudente, a menor área entre as regiões estudadas; ao todo foram 115.609 ha, o que rendeu diminutos 4,1% da área total do estado destinado à cana-de-açúcar; a produção foi de 9.158.372 toneladas, o que rendeu 4% da produção canavieira estadual.

Relacionando as áreas de pastagens e a produção de carne bovina e de leite, podemos apontar com pior produtividade a R.A. de Presidente Prudente e com melhor aproveitamento a de São José do Rio Preto. Aliás, a R.A. de Presidente Prudente possui, em disparada, a maior área destinada à pastagens das regiões selecionadas e a maior produção de carne bovina. Nota-se também uma grande diferença entre a produção de carne e a produção de leite, perfil este que pode ser encontrado também nas R.As de Bauru e Marília. Outra constatação foi a de que em todas as R.As selecionadas as pastagens ocupam a grande maioria das áreas, sendo inclusive muito superior à cana-de-açúcar.

Embora as pastagens ocupem as maiores áreas, a cultura da cana-de-açúcar vem em seguida; apenas duas R.A.s destinam menos de 200.000 ha a esta cultura; as que menos plantam cana são a de Presidente Prudente e de Marília. A R.A. de Bauru é a que possui a maior área plantada e a maior produção.

A diversificação produtiva entre as R.As é visível, pois a maior parte das culturas se repetem em, no máximo, duas regiões, com exceção à soja, ao milho e à mamona, que são encontradas em três regiões; aliás, o Oeste paulista corresponde à mais de 60% da produção estadual de mamona, à mais de 40% da produção de soja do estado, à quase 40% da produção de algodão, à mais de 40% da produção de amendoim (casca), 38% da cana-de-açúcar estadual, 56% da mandioca, apenas a R.A. de Rio Preto produz mais da metade do limão produzido no estado e a R.A. de Marília corresponde à mais de 40% do trigo paulista. Na

produção animal, o Oeste paulista produz quase 69% da carne bovina estadual, que corresponde à mais de 84% dos casulos produzidos no estado, à aproximadamente 47% do leite paulista, 60% da produção de ovos, 32% do mel estadual e a R.A. de São José do Rio Preto produz mais de 56% da cera elaborada no estado de São Paulo.

Desde já reconhecendo a dificuldade de comparação entre regionalizações diferentes, com metodologias de agrupamento de municípios diferente, mas que privilegiam as principais cidades da região, o que nas duas classificações significa dizer que destacam as cidades médias estudadas, tentaremos relacionar a produção agrícola encontrada nas DIRAs e a encontrada nas R.As.

Importante notar que, nestes mais de 20 anos o café deixou, em muitas das regiões administrativas estudadas, de figurar entre os principais produtos. A cana-de-açúcar se manteve entre as principais culturas regionais, sobretudo, quanto à área cultivada. A produção de carne bovina e leite também se mantiveram com destaque.

Estas constatações confirmam a afirmação de Tartaglia, “após 1960, a regionalização da agricultura consolidou-se nas suas grandes linhas”. Notamos poucas alterações nas culturas que dominavam as regiões das cidades abarcadas no estudo. De posse deste panorama da produção agropecuária regional e dos principais setores econômicos, esperamos entender a agroindústria local.

3.4. Indícios atuais do processo de desconcentração industrial

O amplo arcabouço teórico produzido para explicar o processo de desconcentração industrial da metrópole, nos remete a números das décadas de 1970 e 1980, devido à data de confecção dos trabalhos. Trazemos para o debate um recorte temporal recente e novas variáveis, como o PIB (Produto Interno Bruto) médio dos principais municípios do interior paulista, dos municípios sediados pelas cidades estudadas e da Região Metropolitana Paulista, dividido em setores, com destaque para o setor secundário de cada localidade, além das variáveis já utilizadas nos estudos anteriores, como pessoal ocupado, número de empresas, no intuito de corroborar, principalmente de forma empírica, com os estudos do processo de desconcentração industrial da metrópole paulista e de interiorização da indústria paulista.

Para uma análise comparativa, buscaremos levantar o desempenho das cidades de Santos, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e da Região Metropolitana de São Paulo (contando com o município da capital paulista) e da Região Metropolitana de

Campinas²², de acordo com a classificação de IPEA/IBGE/Nesur-IE-Unicamp (1999) e com os estudos de Andrade & Serra (2001). Essas cidades e as regiões metropolitanas foram escolhidas por serem apontadas pelos principais autores que escrevem sobre o assunto, como destino das indústrias que migraram da capital, destino de novos investimentos em plantas industriais que se instalaram no Estado de São Paulo e regiões com desempenho destacado no setor agrícola.

Para o estudo da variável PIB utilizaremos a Região Metropolitana de Campinas. Vale lembrar que não estamos entrando no mérito se esta região se configura ou não como uma metrópole, mas achamos interessante apontar o desempenho do PIB da segunda região mais industrializada do estado.

Importante lembrar que, a análise do PIB neste tópico da pesquisa é distinta da análise do capítulo 2. Naquele momento, estávamos verificando as semelhanças regionais e, agora, estamos relacionando o PIB com o desempenho econômico das regiões selecionadas. Assim, nos PIBs das cidades médias selecionadas na pesquisa (tabela 7), observamos desempenhos muito parecidos para os períodos de 1975/1980, 1980/1985, 1985/1996 e 1975/1996.

Tabela 7: Porcentagem da taxa média de crescimento anual do PIB para o período de 1975/1996 (em %)

Cidades e regiões metropolitanas/períodos	1975/80	1980/85	1985/96	1975/1996
RM de São Paulo	5,14	-1,94	2,68	2,14
RM de Campinas	5,35	1,89	-1,00	1,17
Santos	6,93	1,47	-1,63	1,09
São José dos Campos	11,86	7,53	-4,40	2,06
Jundiaí	6,54	-1,20	1,16	1,84
Ribeirão Preto	8,97	3,36	3,31	4,64
Sorocaba	14,04	2,23	0,65	4,08
Araraquara/São Carlos	9,86	-0,08	2,12	3,37
São José do Rio Preto	9,20	1,38	6,51	5,89
Bauru	7,21	1,54	5,86	5,13
Araçatuba	3,65	5,98	5,14	4,98
Marília	3,84	1,45	6,14	4,46
Presidente Prudente	5,31	-2,79	7,09	4,23

Fonte: Andrade & Serra (2001)

Organizador: Luis Fernando Rosalino

²² A região metropolitana campineira é utilizada pelo estudo de Andrade e Serra e se baseia no trabalho desenvolvido pelos órgãos IPEA/IBGE/Nesur-IE-Unicamp (1999) e na Lei complementar nº 870/2000. As cidades contempladas no estudo como Região Metropolitana de Campinas são: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

A tabela 7 mostra que no primeiro intervalo histórico todas as localidades obtiveram PIBs positivos e expressivos, embora algumas como Araçatuba e Marília tenham crescido abaixo de 4%. Destacamos os crescimentos de Sorocaba, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Araraquara/São Carlos e Ribeirão Preto, pois tiveram crescimentos acentuados próximos ou acima de 9%, em um período onde o movimento de desconcentração industrial era manifesto e incentivado. Das cidades médias selecionados pela pesquisa, São José do Rio Preto e Bauru sobressaem em relação às demais.

No intervalo de 1980/1985, verifica-se claramente um movimento de queda nos PIBs da maior parte das localidades selecionadas, com exceção de Araçatuba, o único município a aumentar seu produto interno bruto. Nota-se ainda que, a Região Metropolitana paulista e os municípios de Presidente Prudente, Araraquara/São Carlos e Jundiaí apresentam decréscimos e as demais cidades médias apontam baixo desempenho em relação ao período anterior. Lembramos que neste período, diferente do anterior, o país já se encontrava em crise econômica grave, inclusive decretando moratória da dívida pública.

O terceiro período marca o bom desempenho das cidades médias do Oeste paulista pois todas apresentaram crescimento acima de cinco pontos percentuais, enquanto que o restante dos municípios e as regiões metropolitanas apresentaram fraco desempenho, alguns até com expressivo decréscimo, não recuperando as perdas do período anterior. Este período marca um aumento dos incentivos estatais para produção agropecuária, embora, o programa Pró-álcool passa por um processo de estagnação, uma vez que o preço do petróleo se estabiliza em patamares menores que nos períodos de Crise da década de 1970.

Foi pequeno o aumento do PIB das cidades selecionadas e da Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas no recorte temporal delimitado por Andrade & Serra. O maior crescimento nos 21 anos foi o de São José do Rio Preto e não ultrapassou 6% no período. Não há grandes disparidades nos PIB das cidades, com exceção das regiões metropolitanas, paulista e campineira, e dos municípios de Santos e Jundiaí, que apresentaram crescimentos inferiores aos demais municípios. O desempenho dos PIBs confirma o melhor comportamento das cidades médias do Oeste paulista sobre as regiões metropolitanas, e da maior parte das cidades que outrora foram tidas como absorvedoras de investimentos produtivos. O que se nota é um aumento superior nos PIBs de cidades pouco industrializadas e/ou com importante setor agrícola, destacando, assim, o papel da agroindústria na economia destas regiões. Importante ressaltar também que, as cidades que não estão no raio de 150 km da capital e não estão nos tidos corredores ou eixos de penetração (áreas apontadas como preferenciais para os

investimentos produtivos) tiveram desempenho semelhante ou melhor do que as áreas privilegiadas, por assim dizer, pelo capital produtivo. Nota-se que São José do Rio Preto, que faz parte do eixo rodoviário da via Washington Luiz, mas que está muito longe do raio de 150 km da capital, foi a cidade média que mais cresceu durante o período.

Na busca de melhor entender o desempenho das regiões metropolitanas e municípios selecionados e compararmos os desempenhos das cidades médias do Oeste paulista, utilizaremos os dados de Andrade & Serra (2001), que comparam o desempenho do PIB de cada setor local em relação ao comportamento dos setores econômicos do país. Salientamos que os dados apresentados no estudo mencionado acima são em relação aos mesmos setores do país e não em relação ao estado de São Paulo.

Tabela 8: Diferença entre as taxas de variação do PIB setorial local em relação aos setores do Brasil no período de 1975/1996 (em %)

Cidades/setores	Primário	Secundário	Terciário
RM de São Paulo	-0,79	-0,53	0,17
RM de Campinas	-0,48	-0,47	-0,46
Santos	-1,05	-0,76	-0,55
São José dos Campos	-0,53	-0,38	0,20
Jundiaí	-0,66	-0,29	-0,11
Ribeirão Preto	0,05	1,17	0,70
Sorocaba	-0,52	0,57	0,70
Araraquara/São Carlos	1,26	0,31	0,09
São José do Rio Preto	1,03	4,05	0,78
Bauru	-0,27	2,94	0,49
Araçatuba	-0,29	4,27	0,04
Marília	-0,67	1,47	0,50
Presidente Prudente	-0,57	1,64	0,22

Fonte: Andrade & Serra (2001)

Organizador: Luis Fernando Rosalino

Observando os números do setor primário destaca-se, claramente, o comportamento negativo dos PIBs, ou seja, na maioria das localidades selecionadas o desempenho do setor primário foi inferior ao crescimento do mesmo setor do país; as únicas exceções foram os municípios de São José do Rio Preto, Araraquara/São Carlos e Ribeirão Preto, municípios onde o setor sucro-alcooleiro tem destaque. Podemos afirmar, também, que o desempenho do setor primário de outros estados foi superior ao de São Paulo, sendo os responsáveis por

e elevar o PIB do setor primário nacional. Estes dados mostram, ainda, que o desempenho do setor primário das cidades médias estudadas foi inferior ao registrado no país, embora São José do Rio Preto tenha tido crescimento positivo e as outras quatro cidades médias tenham decréscimo inferior a 1% em relação ao Brasil, um decréscimo pequeno.

Em relação ao setor terciário, que comporta o setor de serviços e comércio, nota-se um fraco desempenho de todas as localidades em relação ao país, pois são raras as que apresentam crescimento acima de meio ponto. Mais uma vez, o destaque fica para São José do Rio Preto, que apresentou maior crescimento e que traz consigo Ribeirão Preto, Sorocaba, Bauru e Marília.

Analisar o setor secundário por último tem uma razão. Este setor foi enfocado como sendo o responsável por mudanças importantes na dinâmica econômica do estado de São Paulo e de algumas regiões dele. Observamos que as regiões com maior concentração industrial apresentam desempenho negativo, o que entendemos estar relacionado com o processo de desconcentração industrial e com a migração de investimentos para outras partes do país. Notamos que os cinco municípios estudados tiveram melhor desempenho que o país, inclusive, com melhor desempenho em relação às regiões do estado de São Paulo.

Pontuando o desempenho da indústria de transformação, setor destacado para as análises do processo de desconcentração industrial, levantamos dados do período 1994/2003 para as variáveis, número de empresas (tabela 9) e número de empregados (tabela 10). Entendemos que este recorte temporal pode nos trazer indícios, ou mesmo auxiliar novas pesquisas para refutar ou manter o processo de desconcentração industrial da região metropolitana paulista na década de 1990 e começo do século 21. Entendemos que o ano de 1999 seria o ideal para a confecção das tabelas, pois configuraria períodos iguais de tempo. Porém, mudanças metodológicas no banco de dados RAIS/CAGED no ano de 1999, impossibilitam a análise comparativa com o restante da série histórica. Por este motivo trazemos o ano de 1998.

Tabela 9: Número de empresas da indústria de transformação e % em relação ao Estado de São Paulo no período 1994/2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Estado de São Paulo	70.905	100	75.280	100	79.630	100
RM de São Paulo	39.633	55,90	38.893	51,66	38.392	48,21
RM de Campinas	4.874	6,9	5.530	7,35	6.373	8,00
Santos	627	0,88	549	0,73	451	0,57
São José dos Campos	479	0,68	580	0,77	654	0,82
Jundiaí	633	0,90	755	1,00	779	0,98

Ribeirão Preto	1.037	1,46	1.047	1,39	1.132	1,42
Sorocaba	740	1,04	874	1,16	1.057	1,33
Araraquara/São Carlos	699	1,00	824	1,09	892	1,12
São José do Rio Preto	774	1,09	927	1,23	1.105	1,39
Bauru	472	0,67	543	0,72	586	0,74
Araçatuba	308	0,43	385	0,51	390	0,49
Marília	285	0,40	361	0,48	402	0,50
Presidente Prudente	360	0,51	363	0,48	389	0,49

Fonte: RAIS/CAGED

Organizador: Luis Fernando Rosalino

O número de empresas aumentou aproximadamente em nove mil unidades no Estado de São Paulo no período todo. A região metropolitana de São Paulo, embora não tenha perdido muitas unidades fabris, reduziu sua participação a menos de 50% no final do recorte temporal. Já a região metropolitana campineira apresenta aumento no número de indústrias de transformação, o que aumentou ainda mais a concentração de empresas nesta região. Quanto às cidades selecionadas, apenas Santos, Ribeirão Preto e Presidente Prudente contavam com uma participação menor no montante de unidades industriais no ano de 2003 em relação à 1994, embora se verifique um aumento do número de empresas em 2003 em relação aos demais anos.

O restante das cidades apresentou crescimento, sendo que São José do Rio Preto e Sorocaba apresentaram o melhor desempenho, acumulando números absolutos muito próximos a Ribeirão Preto; aliás, São José do Rio Preto apresenta mais indústrias que a cidade de São José dos Campos. Apesar do bom desempenho do interior, nota-se a pequena participação individual das cidades selecionadas. Com menor participação em 2003 temos: Presidente Prudente e Araçatuba, que representavam apenas 0,49% das empresas do Estado de São Paulo; Marília obtém números muito próximos a estas cidades; Bauru possui apenas 0,74% das empresas paulistas; e São José do Rio Preto tem maior destaque com aproximadamente 1,4% das indústrias do estado de São Paulo. Notamos a pequena participação destas cidades junto à indústria de transformação em relação ao estado, mesmo com o bom desempenho observado na tabela 8.

O número de empregados da indústria de transformação apresenta movimento diferente do número de estabelecimentos, pois nota-se claramente, através dos dados da tabela 10, a tendência de queda do número de empregados da indústria em todo o estado. Não podemos precisar os motivos desta queda, mas é fato que a indústria paulista passou por um

intenso processo de modernização na década de 1990, a fim de tornar-se competitiva, tanto no mercado externo, como na disputa do mercado interno após a abertura comercial.

Tabela 10: Pessoal ocupado na indústria de transformação e % em relação ao Estado de São Paulo

	1994	%	1998	%	2003	%
Estado de São Paulo	3.122.330	100	2.471.119	100	1.926.916	100
RM de São Paulo	1.750.214	56,05	1.288.361	52,14	913.842	47,43
RM de Campinas	243.259	7,80	206.260	8,35	179.865	9,33
Santos	12.862	0,41	7.837	0,32	5.569	0,29
São José dos Campos	46.916	1,50	47.177	1,90	39.892	2,07
Jundiaí	52.339	1,68	36.706	1,49	29.507	1,53
Ribeirão Preto	26.843	0,86	20.469	0,83	15.443	0,80
Sorocaba	46.753	1,50	40.478	1,64	35.588	1,85
Araraquara/São Carlos	34.350	1,1	28.594	1,16	28.116	1,46
São José do Rio Preto	19.963	0,64	16.706	0,68	13.293	0,69
Bauru	16.312	0,52	14.719	0,60	11.428	0,59
Araçatuba	9.013	0,29	11.092	0,45	5.307	0,28
Marília	12.594	0,40	10.811	0,44	10.016	0,52
Presidente Prudente	7.604	0,24	5.885	0,24	8.559	0,44

Fonte: RAIS/CAGED

Organizador: Luis Fernando Rosalino

A maior parte das cidades seguiu a trajetória dos números estaduais. A única exceção foi a cidade de Presidente Prudente que quase dobrou sua participação junto ao estado, chegando à participação de 0,44% com 8.559 empregados na indústria de transformação em 2003, ano em que a cidade obteve sua maior participação no estado, embora não seja um montante significativo. Aliás, assim como no número de estabelecimentos, as cidades selecionadas não possuem participação expressiva no estado.

A tabela 10 aponta para um aumento da participação das cidades médias do interior em relação ao estado, com exceção de Araçatuba. Assim, se por um lado se reduziu o número de empregados na indústria estadual, como já destacado, por outro lado, as cidades médias do interior aumentaram ou mantiveram estáveis suas participações no estado.

A indústria de transformação nas cidades médias do Oeste paulista mostra que há a diminuição do pessoal ocupado neste setor, seguindo as tendências do estado. A exceção é a indústria prudentina, que aumentou seu número de trabalhadores, sendo a única cidade média, no interior paulista, a ocorrer este movimento.

Não achamos que os dados apresentados sejam suficientes para afirmar a continuação do processo de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo, nem que aquele raio de 150 km tenha aumentado em direção às cidades médias enfocadas. Mas podemos afirmar que os maiores índices de crescimento do PIB foram das cidades de São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente e que o setor que mais cresceu em relação ao país foi justamente o secundário. Contudo, estas cidades seguem as tendências do estado de São Paulo, com a diminuição do número de trabalhadores, com exceção à Presidente Prudente, e aumento do número de estabelecimentos.

Para acompanhar estes movimentos lançamos mão de dados mais verticalizados em relação às cidades médias estudadas. Estes dados foram extraídos do banco de dados RAIS/Caged e são dados empíricos da economia formal dos municípios que serão descritos e analisados no capítulo 4 e 5. Destacamos no capítulo 4 a descrição dos dados absolutos e de porcentagens elaboradas com os referidos dados, para todas as cidades em separado, começando com os dados de Araçatuba, depois Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

4 – OS ESTUDOS DE CASO

4.1. Metodologia de extração, compilação e descrição dos dados empíricos

Como fonte principal das informações empíricas, utilizamos o banco de dados em CD-ROM RAIS/CAGED (Relação Anual de Informações Sociais e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), elaborado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Estes bancos de dados de caráter nacional, segundo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, têm por objetivo: controlar a atividade trabalhista no país e provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho. No caso da pesquisa em questão, utilizaremos a RAIS. Ficam obrigados a responder a RAIS de acordo com a Portaria MTE 540 de 18 de dezembro de 2002: inscritos no CNPJ com ou sem empregados; todos os empregadores, conforme definidos na CLT; todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no país; empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados; cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas; empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base; órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal; condomínios e sociedades civis; empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base; filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Para a utilização deste banco de dados utilizaremos o programa SGT micro 6.0 e SGT micro 7.0, nas tabulações simples e avançadas e nos cruzamentos. Através da RAIS serão obtidas as informações sobre renda média, número de empregados e número de empresas. Será gerando uma série histórica com início em 1994 e concluída em 2003. As variáveis serão compiladas através de três desagregações econômicas, a primeira corresponde aos grandes setores de atividade econômica, com seis setores econômicos, são eles: Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca, Construção Civil, Indústria, Comércio, Serviços, e Outros/Ignorados. O segundo corresponde à divisão de atividade econômica segundo a classificação CNAE/95 – Classificação Nacional de Atividade Econômica - com 59 grupos de atividades econômicas, elaborada pelo IBGE. A terceira e última desagregação denominada classe de atividade econômica, também elaborada pelo IBGE e de acordo com a classificação CNAE/95, possui 217 categorias até o ano 2000. Após este ano, esta

classificação passa a contar com 223 categorias. Portanto, apenas no ano de 2003 contaremos com a reformulação da classificação. Tal reformulação se dá, inclusive, nas denominações das atividades. Para esta pesquisa resolvemos utilizar a nomenclatura encontrada na CNAE/95 a partir de 2001, ou seja, a mais atualizada. Mesmo com a mudança, entendemos não haver prejuízo na elaboração das variáveis, pois, embora os anos de 1994 e 1998 tenham denominações diferentes da de 2003, elas não se alteram no agrupamento dos dados no banco de dados. Por exemplo, uma atividade que até 2000 foi denominada como Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos em lojas não especializadas, passa a ser caracterizada após 2000 como Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos.

Nosso intuito de utilizar as classificações mencionadas é pormenorizar as atividades econômicas para obtermos dados mais próximos da realidade. Assim, começamos nossas análises e descrições dos macro-setores, verticalizando até a CNAE/95 de 223 categorias, mais próxima às atividades encontradas nas ruas.

A classificação das categorias será realizada de forma a hierarquizar as atividades com maior dinamismo no decorrer da série histórica em análise. Entendemos que as atividades mais dinâmicas correspondem às com melhor desempenho no ano sob análise. Por exemplo, selecionaremos apenas as atividades com maior número de empregados na variável número de empregados. Consideramos desde já as falhas e generalizações que uma classificação pode gerar. Buscaremos por meio dos números absolutos provenientes das variáveis, renda média, número de trabalhadores e número de unidades empresariais, criar porcentagens levando em conta os setores com os melhores desempenhos, e posteriormente gerar porcentagens acumuladas. A hierarquia será elaborada para permitir o agrupamento das categorias mais representativas em cada município, analisando as alterações no período considerado.

Importante ressaltar que serão destacadas para apresentação em tabelas com os dados das classificações CNAE/95 e nas descrições de dados, as cinco atividades com melhor desempenho para cada ano de acordo com cada variável. Algumas atividades perdem destaque a medida que seu desempenho, em números absolutos, diminuem.

As variáveis já mencionadas serão construídas baseadas nos dados RAIS/CAGED, utilizando tanto para extração como para cruzamento de informações com o programa SGT micro 6.0 e SGT micro 7.0, de tal modo que os cruzamentos e os dados serão específicos a cada variável. Assim sendo, a variável número de empresas será compilada pelo cruzamento dos dados sobre a classificação CNAE/95 nas duas classificações já mencionadas e pela

classificação IBGE dos seis grandes setores, com o número de empresas para cada ano. Chegaremos ao número de empregados cruzando as classificações já mencionadas, com o número de empregados para cada ano. Por fim, a renda média, que será coligida de forma indireta pelo cruzamento das classificações mencionadas, número total de salários mínimos pagos em cada classificação econômica no ano escolhido, dividido pelo número de empregados deste mesmo setor no mesmo ano. A renda média é medida em salários mínimos, com seus valores referentes a cada ano analisado.

No período histórico selecionado, a RAIS passou por um aprimoramento metodológico. Em um primeiro momento, acuramos uma melhora qualitativa, uma vez que, categorias de agrupamento da CNAE/95 pouco objetivos como Outros e Ignorados, diminuem sua participação a partir de 1994. Nos anos seguintes, estes agrupamentos, inclusive, deixam de aparecer na listagem de categorias selecionadas em cada ano. Observando o comportamento dos dados, porém, levantamos junto ao orientador a hipótese de que, a partir do ano de 1999, pode ter ocorrido outra mudança metodológica na apuração dos dados da RAIS, já que, ocorrem sobressaltos relevantes nos dados coligidos no ano de 1999 em relação a 1994 e a 2003. Infelizmente não obtemos informações nem junto à empresa DATAMEC, distribuidora do banco de dados, nem do Ministério do Trabalho, que poderiam explicar estes sobressaltos. A alternativa encontrada foi mudar o ano de análise. Assim ao invés de 1999 selecionamos o ano de 1998. Se por um lado, os intervalos entre os anos ficam disformes, por outro, podemos acompanhar o movimento das variáveis.

Apesar das constatações e hipóteses levantadas até o momento, a metodologia utilizada para analisarmos as variáveis se baseia em observar os números absolutos das classificações econômicas já destacadas, selecionando as categorias mais relevantes em comparação com a economia dos municípios de Araçatuba, Bauru e Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Entendemos que as categorias mais relevantes para a variável *número de empresas* sejam aquelas que concentrem o maior número de firmas. Para a variável renda média, entendemos que as categorias que oferecem maiores remunerações médias a seus empregados sejam as mais relevantes; e por fim, entendemos que as categorias que concentrem o maior número de empregados sejam as mais relevantes na variável número de trabalhadores. Para fins de acompanhamento do desempenho das atividades principais, vamos apontar nas tabelas os números destas atividades em todos os anos, mesmo que destaquemos apenas os cinco principais desempenhos.

Ainda, como ferramenta de agrupamento, compilação e descrição de desempenhos, lançaremos mão da divisão de empresas por porte (micro, pequenas, médias e grandes), de

acordo como o SEBRAE: microempresas no comércio e serviços possuem até 09 empregados e na indústria até 19 empregados; empresas de pequeno porte no comércio e serviços possuem de 10 a 49 empregados e na indústria de 20 a 99 empregados; empresas de médio porte no comércio e serviços possuem de 50 a 99 empregados e na indústria de 100 a 499 empregados; empresas de grande porte no comércio e serviços possuem mais de 99 empregados e na indústria mais de 499 empregados. A classificação utilizada não contempla setores como agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca e construção civil. Os números destes setores então contemplados no que nós chamamos de outras empresas. Todavia, na análise das categorias com melhor desempenho, não levaremos em conta apenas esta classificação por porte. As análises mais significativas ficarão a cargo da verificação dos números pormenorizados através das categorias econômicas, selecionadas através da classificação CNAE/95 de 59 categorias e a de 217 categorias até o ano 2000 e de 223 categorias a partir do ano de 2001.

Nossa intenção era levantar junto a internet em sites de busca, de associações classistas ou nos sites das cidades estudadas o nome comercial das principais atividades de cada variável. Estas informações não foram encontradas com segurança a ponto de vincularmos as atividades principais de cada cidade com os nomes comerciais. Conseguimos achar nomes importantes como os hipermercados Carrefour e Pão de Açúcar; empresas alimentícias e de bebidas como Nestlé, Marilan, Bunge, bebidas Wilson, Arco-íris; usinas de açúcar e álcool como Aralco, usina Alcoazul, usina Alto Alegre; lojas de departamentos como Pernambucanas, Casas Bahia; nas atividades do setor financeiro encontramos vários bancos e financeiras de capital nacional; na educação superior encontramos várias unidades da Unip, Unesp, Toledo, Fib, Usc, Univem, Unimar, Famema, Unoeste, Unirp, Unilago, Unorp, Famerp; encontramos as prefeituras dos municípios estudados; nas atividades de atenção à saúde encontramos vários hospitais particulares e públicos; entre outros.

O problema de vincularmos os nomes com as variáveis está na falta de informações. Não encontramos nos sites o número de empregados das unidades sediadas nos municípios, nem a renda média paga aos empregados. Sendo assim, não podemos afirmar, por exemplo, o nome comercial das duas grandes indústrias de Araçatuba.

Devido às dificuldades encontradas nos prenderemos aos nomes dos setores e das principais atividades encontradas em cada cidade média de acordo com a CNAE/95 e o banco de dados RAIS/CAGED.

4.2. Araçatuba

4.2.1 Número de Empresas

A série histórica contempla os anos de 1994, 1998 e 2003. Notamos que no primeiro intervalo de 1994 a 1998 ocorreu um aumento do número de empresas na cidade de Araçatuba, passando de 2.923 para 3.826 empresas um aumento de aproximadamente 30,9%. Dividindo a série histórica em mais um período que vai de 1998 a 2003, nota-se um crescimento dos números desta variável, que passam de 3.826 para 4.433 empresas, configurando um aumento de 15,9%. Levando em conta o período todo, ou seja, de 1994 a 2003, observa-se um aumento do número de empresas, passando de 2.923 empresas para 4.433, um aumento de pouco mais de 51,6%. Embora o primeiro período possua um ano a menos, nota-se que no segundo período o ritmo de crescimento do número de empresas diminui, apontando para uma desaceleração no interstício de empresas.

Para entendermos em que porte de empresas esta desaceleração se apresenta com mais vigor, ou dito de outra forma, se este movimento ocorre em toda a economia local, trabalhamos o porte das empresas, destacando a classificação pelo porte (micro/pequenas, médias e grandes empresas) de acordo com o SEBRAE.

Araçatuba – Tabela 11: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	308	380	390	12	9	7	0	3	2
Comércio	1.120	1.488	1.898	14	11	9	4	2	4
Serviços	789	1.255	1.403	16	16	11	10	15	18
Total	2.217	3.123	3.691	42	36	27	14	20	24
% total	75,85	81,63	83,26	1,44	0,94	0,61	0,48	0,52	0,54

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Para analisar o desempenho dos grandes setores por porte dividimos a série histórica em três períodos de 1994 a 1998, de 1998 a 2003 e de 1994 a 2003, de acordo com a tabela 11. Vamos ao primeiro período. Em 1994, o município de Araçatuba possuía 2.217 micro e

pequenas empresas ou 75,8% do montante de empresas da cidade. No ano de 1998 este número aumentou, passando para 3.123 micro e pequenas empresas, concentrando ainda mais o número de empresas deste porte, os números chegam a aproximadamente 81,63%, acrescentado ao município no período 40,6% de micro e pequenas empresas aproximadamente. O aumento ocorre nos três grandes setores. A indústria observa seu maior crescimento na quantidade de micro e pequenas empresas, saindo de 308 para 380 estabelecimentos, um aumento de 23,4%, o setor do comércio apresenta 32,85% de aumento, seus números de micro e pequenas empresas em 1994 eram de 1.120 estabelecimentos e em 1998 estes números chegam a 1.488 estabelecimentos. No setor de serviços encontramos o maior crescimento do número de micro e pequenas empresas, os números passam de 789 para 1.255 estabelecimentos, um aumento de mais de 59,1%.

Neste período, as médias empresas apresentaram um desempenho diferente das micro e pequenas, os setores da indústria e comércio apresentaram queda em seus números o primeiro passou de 12 empresas em 1994 para nove no ano de 1998, o setor do comércio passou de 14 empresas para 11 empresas, a exceção foram os serviços que mantiveram o número de 16 empresas em 1994 e em 1998. As empresas de grande porte também apresentaram desempenho pouco favorável, pois a indústria passou de nenhum estabelecimento para três empresas, no setor comercial verificamos que em 1994 a cidade possuía quatro empresas de grande porte em 1998 eram apenas duas. Para finalizar este período temos as empresas do setor de serviços que passaram de 10 empresas de grande porte para 15 no ano de 1998.

Podemos concluir que o aumento do número de empresas, observado em parágrafos anteriores, diz respeito, sobretudo, ao aumento de empresas de micro e pequeno porte em detrimento do crescimento de empresas de médio e grande porte, uma vez que o aumento de empresas na cidade como vimos foi da ordem de 30,9%, já o aumento de micro e pequenas ultrapassa 40,6%, as empresas de médio porte regrediram e as empresas de grande porte se mantiveram sem alterações. Podemos concluir, ainda, que a ampliação dos números de empresas cabe às micro e pequenas do setor de serviços, já que seu crescimento ultrapassou os demais setores em análise.

O restante das empresas que contemplam setores como agricultura, construção civil e agrupamentos próprios da classificação CNAE/95 como, por exemplo, o grupo *não informados* e os *ignorados*. No período em análise observa-se uma modesta ampliação passando de 650 empresas em 1994 para 657 empresas no ano de 1998, lembrando que são empresas de todos os portes. É interessante destacar que a queda na representatividade destes

setores foi relevante, pois no ano de 1994 eles correspondiam a 22,2% do total de empresas do município de Araçatuba, em 1998 este percentual é de 16,9%.

No segundo período notamos um crescimento inferior ao período anterior. Como vimos, no ano de 1998 o município de Araçatuba possuía 3.123 estabelecimentos de micro e pequeno porte, contra 3.691 empresas no ano de 2003, o que correspondia para este ano a 83,2%. O aumento de um ano para o outro está em torno de 18,2%. No período em questão, observamos aumento em todos os setores analisados. A indústria apresenta aumento acanhado de 2,6% em seus estabelecimentos de micro e pequeno porte, ou seja, passou de 380 estabelecimentos para 390. No setor de serviços, observa-se aumento de 11,8% nos estabelecimentos de mesmo porte, o setor passa de 1.255 estabelecimentos para 1.403 estabelecimentos de micro/pequeno porte. Contudo, o setor que mais abre empresas é do comércio, o aumento é de aproximadamente 27,5% nos estabelecimentos de micro e pequeno porte, em números absolutos o setor sai de 1.488 empresas em 1998 e chega em 2003 a 1.898 estabelecimentos.

As empresas de médio porte apresentaram queda nos números em todos os setores: no setor industrial passaram de nove para sete empresas, no comércio de 11 para nove e os estabelecimentos dedicados aos serviços passaram de 16 para 11 empresas no ano de 2003. As grandes empresas tiveram desempenho melhor, no comércio houve acréscimo de duas grandes empresas chegando a quatro estabelecimentos, e nos serviços observamos um aumento de três estabelecimentos chegando a 18 empresas com 100 ou mais empregados no ano de 2003, a exceção ficou por conta dos estabelecimentos industriais que regrediram em uma unidade no período.

Durante toda a série histórica, ou seja, de 1994 a 2003 temos os seguintes desempenhos para micro e pequenas empresas: estas passaram de 2.217 estabelecimentos para 3.691, um aumento de 66%, que se concentrou no primeiro período. Os estabelecimentos industriais passaram de 308 para 390, o que corresponde a um aumento de 26,6%, os estabelecimentos comerciais eram 1.120 e chegaram a 1.898 no ano de 2003, aumentando aproximadamente 69,5%, já o setor de serviços apresentou o melhor desempenho, tinha 789 estabelecimentos e passou a 1.403 aumentando em 77,8% o número de seus estabelecimentos de micro e pequeno porte.

Analisando o número das médias empresas verificamos uma queda de 42 empresas em 94 para 27 em 2003. Em empresas deste porte todos os setores apresentaram queda, a indústria perdeu cinco estabelecimentos, passou de 12 para sete estabelecimentos, o comércio que possuía 14 estabelecimentos de porte médio termina a série histórica com nove empresas,

o setor de serviços em 1994 possuía 16 empresas e em 2003 eram 11. As empresas de grande porte que no ano de 1994 correspondiam a 14 empresas em todos os setores, passando a 24 estabelecimentos no ano de 2003. Apenas dois setores tiveram desempenho favorável, o primeiro foi à indústria que passa de nenhum estabelecimento para dois, e o segundo foi o dos serviços, que possuía 10 estabelecimentos em 94 e passa para 18 em 2003. O setor comercial manteve quatro estabelecimentos de grande porte no recorte temporal.

Para uma análise mais refinada do comportamento do número de empresas no município de Araçatuba nos anos de 1994, 1998 e 2003 vamos utilizar a divisão de categorias segundo a classificação CNAE/95 de 59 categorias.

Araçatuba – Tabela 12: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	871	29,8	1.167	30,50	1.470	33,2
Comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	165	5,6	222	5,8	333	7,5
Saúde e serviços sociais	134	4,6	294	7,7	326	7,4
Serviços prestados principalmente as empresas	128	4,4	213	5,6	206	4,6
Alojamento e alimentação	119	4,1	185	4,8	204	4,6
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	435	14,9	548	14,3	574	12,9
Total do município	2.923	100	3.826	100	4.433	100

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A principal atividade quanto ao número de empresas é, sem dúvida, o *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*, durante todo o recorte temporal esta atividade foi a que mais concentrou empresas, em 2003, esta atividade possuía 33,2% das empresas formais do município. Com números inferiores de empresas temos as atividades *comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis* e *saúde e serviços sociais*, nota-se que estas atividades ampliam seu destaque durante os anos analisados. Na atividade *serviços prestados principalmente as empresas* perderam algumas unidades de 1998 a 2003, o que diminui sua participação na economia local em 1%, permanecendo entre as cinco principais atividades durante a série histórica. A atividade de *alojamento e alimentação* contou com de 119 estabelecimentos em 1994 e em 2003 com 204 estabelecimentos ou 4,1% das empresas municipais. Outra atividade que se destaca é *agricultura, pecuária e serviços relacionados*, esta atividade foi uma das principais

durante toda a série histórica chegando em 2003 com seu melhor desempenho, ao todo eram 574 empresas que correspondiam a 12,9% dos estabelecimentos municipais.

Para melhor entender quais atividades foram responsáveis pelos movimentos descritos acima, dividiremos a economia local em mais atividades. Assim, chegamos à tabela 13.

Araçatuba – Tabela 13: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 atividades para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista de outros produtos	520	17,8	668	17,5	887	20
Pecuária	136	4,7	262	6,8	399	9,0
Atividades de atenção à saúde	126	4,3	281	7,3	308	6,9
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	180	6,2	240	6,3	305	6,9
Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores	52	1,8	90	2,4	183	4,1
Produção mista: lavoura e pecuária	252	8,6	232	6,1	86	1,9
Total do município	2.923	100	3.826	100	4.433	100

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

As três atividades comerciais que aparecem na tabela 13 são agregadas de acordo com a CNAE/95, segundo esta classificação faz parte das atividades de *comércio varejista de outros produtos*; *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados* e; *comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores*, a comercialização de: medicamentos, produtos farmacêuticos, perfumaria, utensílio domésticos, moveis, ferramentas, vidros, materiais de construção em geral, produtos para escritório artigos esportivos, ornamentais, armas e munições, joalheria e relojoaria, artigos de informática, entre outros.

A atividade de *atenção à saúde* aumenta seu destaque no decorrer da série histórica, são contempladas nesta atividade atendimento hospitalar e ambulatoriais em geral, clínicas e consultórios de todas as especializações, serviços de tratamento em geral, serviços de diagnósticos e terapêuticos, entre outros, apenas em humanos.

A tabela 13 aponta duas atividades relacionadas ao setor primário, são elas *pecuária* e *produção mista: lavoura e pecuária*. Esta última atividade aponta em 2003 uma redução dos estabelecimentos, contudo, nota-se que o número de atividades relacionadas à pecuária aumenta durante toda a série histórica, o que nos remete a pensar que a pecuária no município

de Araçatuba ganha destaque em detrimento das lavouras. Neste caso a atividade pecuária diz respeito a criações em geral, de escargot a bovinos, passando a aves em geral.

4.2.2.Renda Média

A cidade de Araçatuba possuía, em 1994, um total de 39.309 empregados, todas as atividades econômicas despenderam um montante de 178.046,17 salários, dividindo o número de salários pelo número de empregados chegamos a uma renda média de aproximadamente 4,53 salários médios por trabalhador. Em 1998, a renda média passou a 4,69 salários e em 2003 observa-se queda nos rendimentos da massa assalariada de pouco mais de um salário mínimo chegando a 3,5 salários. Se analisarmos os dados absolutos os números impressionam, no ano de 98 eram 48.606 trabalhadores para um montante de 227.846,06 salários, já no ano de 2003 eram 31.277 trabalhadores para 109.433,23 salários. Deixaram de circular no mercado formal no ano de 2003 mais da metade dos salários mínimos pagos no ano anterior, uma queda de 108%. Do princípio ao fim da série histórica a queda é menos rigorosa mais não menos importante, de 1994 a 2003 deixaram de circular na cidade de Araçatuba quase 70.000 salários mínimos uma queda de 61,4% e a renda média de cada trabalhador caiu 1,03 salários mínimos. Não podemos deixar de lembrar que são salários mínimos com seus valores para cada ano.

Araçatuba – Tabela 14: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador de Araçatuba distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003 e divididos por setor

	nº de empregados			nº absoluto de salários mínimos pagos			Renda média		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	9.715	11.552	5.809	39.031,88	52.555,91	19.006,64	4,02	4,55	3,27
Construção civil	3.203	6.084	7.71	14.382,14	41.677,46	2.400,26	4,49	6,85	3,11
Comércio	8.794	9.469	8.281	34.192,65	32.758,41	19.793,73	3,89	3,46	2,39
Serviços	12.959	18.207	14.681	70.249,98	92.739,44	64.072,91	5,42	5,09	4,36
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	3.013	3.292	1.735	8.424,52	8.110,90	4.159,69	2,80	2,46	2,40
Outros/Ignorado	1.625	2	X	11.765	3,94	X	7,24	1,97	X
Total	39.309	48.606	31.277	178.046,2	227.846,06	109.433,2	4,53	4,69	3,50

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

De acordo com a tabela 14 no ano de 1994, apenas o setor de serviços com renda média de 5,4 salários pagava a seus empregados acima da média do município para o ano em análise. A construção civil se aproximava com 4,5 salários médios, os demais setores tiveram desempenhos menos expressivos, a indústria quatro salários, o comércio 3,9 salários e a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 2,9 salários médios foi o setor que menos pagou no ano selecionado. As atividades relativas ao agrupamento *ignorados* pagavam a seus empregados 7,8 salários e as atividades do agrupamento não informados pagavam 2,3 salários.

Em 1998, os setores da indústria e principalmente da construção civil apresentaram aumento, em contrapartida os demais setores apresentaram queda nos rendimentos oferecidos a seus empregados. A construção civil passou a apresentar a melhor renda média com 6,85 salários mínimos, seguido pelo setor de serviços com 5,1 salários, este dois setores mantendo rendimentos acima da média do município. A indústria chegou bem perto de oferecer rendimentos semelhantes aos números do município, mas apresentou renda média de 4,55 salários mínimos, o comércio de 3,46 salários e a agropecuária continua a ser a que menos paga a seus trabalhadores algo em torno de 2,46 salários mínimos. O agrupamento Outros/Ignorados perde sua expressividade, mas ainda aparece no ano de 1998; no ano de 2003 este agrupamento não possui números.

No ano de 2003, como vimos, a renda média municipal chega a seu patamar mais baixo, todos os setores sem exceção apresentam queda nos rendimentos pagos a seus empregados, inclusive em comparação ao princípio do recorte temporal. O setor de serviços continua sendo o que paga os melhores salários, puxando para cima a média, os rendimentos deste setor ficaram em 4,35 salários, contudo do ano de 1994 para 2003 a queda foi de aproximadamente 1,06 salários ou uma queda na renda do trabalhador de 19,7%. A construção civil que pagava a seus funcionários 4,5 salários em 94 chega em 2003 pagando 3,1 salários, uma queda de 31,1%, a indústria, segue a tendência dos outros setores e em 2003 pagou 3,3 salários, a queda foi de 18,7% de 1994 a 2003. O comércio, por sua vez, pagou em 2003 aproximadamente 2,3 salários e se tornou o setor que pior remunerou seus empregados, a queda do começo da série histórica até o fim foi de 38,6%. Para finalizar o desempenho dos setores temos a agropecuária, em 2003 este setor pagou algo próximo a 2,4 salários, a queda foi de 15,5%, sendo a menor queda entre os setores da cidade de Araçatuba. Nota-se que a indústria apresenta a menor queda nos rendimentos.

Pormenorizando a análise, levantaremos as principais categorias quanto ao pagamento das melhores rendas médias nos anos do recorte temporal. Assim, as cinco categorias com melhores rendimentos, para cada ano, serão listadas na tabela 15.

Araçatuba – Tabela 15: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Intermediação financeira	15,9	16,1	11,6
Eletricidade, gás e água quente	X	12,7	8,9
Administração pública, defesa e seguridade social	3,9	6,3	6,2
Seguros e previdência complementar	7,4	4,3	6,2
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4,0	3,2	4,7
Pesquisa e desenvolvimento	6,9	14,2	1
Captação, tratamento e distribuição de água	5,8	9,25	6,3
Fabricação de produtos do fumo	11,6	8,0	1,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	11,0	2,7	2,2
Ignorado	7,6	2	X
Renda média do município	4,5	4,7	3,5

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Como principais setores: *intermediação financeira* com 15,9 salários mínimos em 1994, passando a 16,1 salários mínimos em 1998, no ano seguinte constata-se uma relevante queda de 4,5 salários mínimos nos rendimentos médios destes trabalhadores. No ano de 1994 a *fabricação de produtos do fumo* foi uma das atividades que mais remunerou seus empregados chegando a média de 11,6 salários mínimos, em 1998 nota-se uma importante queda nos rendimentos médios passando a oito salários mínimos, no ano seguinte não encontramos esta atividade dentro da lista das principais atividades municipais. A *fabricação de celulose, papel e produtos de papel* aparece com destaque apenas na lista do ano de 1994 oferecendo a seus empregados 11 salários mínimos. A atividade de *seguros e previdência complementar* foi com 7,4 salários mínimos uma das principais atividades no ano de 1994, deixa de aparecer no ano de 1998, mas volta a lista no ano de 2003 oferecendo a seus empregados 6,2 salários mínimos. O agrupamento *ignorados* possuiu relevância no ano de 1994, sua renda média girou em torno de 7,6 salários mínimos, mas essa categoria econômica deixa de figurar na lista nos anos seguintes.

No ano de 1998 temos não só as atividades já apontadas acima, mas também *eletricidade, gás e água quente* que aparece no ano seguinte, em 1998 esta atividade remunera em média seu empregados com 12,7 salários mínimos, no ano de 2003 os rendimentos caem

nesta atividade para 8,9, mas é a segunda atividade com melhor pagamento médio do município. A atividade de *pesquisa e desenvolvimento* pagou a seus empregados 14,2 salários mínimos e deixou de se aparecer nos levantamentos de 2003 e não apareceu em 1994. Ainda em 1998 temos a atividade *captação, tratamento e distribuição de água* que pagou a seus empregados 9,25 salários mínimos.

O ano de 2003 apresenta as atividades com menor remuneração média da série histórica selecionada, seguindo o movimento descrito anteriormente. Atividades que figuram apenas no ano de 2003 são a *administração pública, defesa e seguridade social*, oferecendo a seus empregados 6,2 salários mínimos e, a atividade de *fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool* pagando a seus empregados 4,7 salários mínimos. Conhecendo a localização da infra-estrutura de fabricação e refino de petróleo e derivados, de produção de energia nuclear, e o histórico de produção agrícola do município, podemos afirmar que na a produção de álcool é a única atividade encontrada no município de Araçatuba e que paga a renda média referida na atividade anterior.

Utilizando a CNAE/95 que indica até o ano de 2000 217 atividades e, a partir de 2001, 223 categorias econômicas, tentaremos pormenorizar ainda mais os ramos econômicos que melhor ofereciam os melhores vencimentos médios a seus empregados, conforme podemos notar na tabela 16.

Araçatuba – Tabela 16: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas nos anos de 1994, 1998 e 2003, segundo a CNAE/95 de 217 e 223 categorias

	1994	1998	2003
Produção e distribuição de gás através de tubulações	5,8	X	13,6
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	9,5	8,7	12,7
Intermediação monetária - depósitos a vista	16,3	16,7	12
Produção e distribuição de energia elétrica	X	12,7	8,6
Seguros de vida e não-vida	7,4	4,4	6,9
Laticínios	11,4	10,4	6,3
Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	6,9	14,2	X
Relações exteriores, defesa, justiça, segurança e ordem pública	11,8	13,9	X
Comércio atacadista de produtos agropecuários "in natura"	2,8	13,7	X
Fabricação de produtos diversos de metal	2,5	12,8	3,7
Fabricação de produtos do fumo	11,6	8,0	X
Fabricação de embalagens de papel ou papelão e fabricação de papelão corrugado	11	2,7	X
Renda média do município	4,5	4,7	3,5

Fonte: RAIS/CAGED
Organização: Luis Fernando Rosalino

As atividades selecionadas em 1994 foram: *intermediação monetária - depósitos a vista* com 16,3 salários, aliás, esta atividade aparece novamente em 1998 pagando a seus empregados 16,7 salários mínimos e em 2003 oferecendo 12 salários mínimos. Pertencem a esta atividade bancos comerciais, de múltiplas funções e cooperativos, caixas econômicas. A atividade de *relações exteriores, defesa, justiça, segurança e ordem pública* com 11,8 salários aparece na lista de 1994 e com 13,9 salários mínimos aparece na lista de 1998. Encontramos nesta atividade prefeituras e prestadoras de serviços relacionados às relações exteriores, defesa, justiça, segurança e ordem pública. Também em 1994 temos à *fabricação de produtos do fumo* com 11,6 salários, *laticínios* com 11,4 salários, *fabricação de embalagens de papel ou papelão e fabricação de papelão corrugado* com 11,0 salários.

Para o ano de 1998 encontramos além das atividades já mencionadas a *pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais* pagando a seus empregados 14,2 salários mínimos, *comércio atacadista de produtos agropecuários "in natura"* pagando vencimentos médios de 13,7 salários mínimos e *fabricação de produtos diversos de metal* com 12,8 salários mínimos, encontramos nesta atividade a fabricação de máquinas e equipamentos de diversos usos.

Em 2003 encontramos a *produção e distribuição de gás através de tubulações* oferecendo a maior renda média entre as atividades do município com 13,6 salários mínimos, mostrando um dos efeitos para a economia local do ramal do Gasoduto Brasil-Bolívia. Como segunda melhor atividade em remuneração média temos a *fabricação de produtos químicos inorgânicos* com 12,7 salários mínimos, nesta atividade encontramos a fabricação de fertilizantes, adubos, gases entre outros. Temos ainda a *produção e distribuição de energia elétrica* pagando 8,6 salários mínimos e depois a atividade de *seguros de vida e nao-vida* pagando em média 6,9 salários mínimos.

4.2.3 Número de trabalhadores

O recorte histórico será dividido em três períodos, semelhante ao que fizemos com a variável *número de empresas*. O primeiro período compreende o ano de 1994 a 1998, de 1998 a 2003 e toda a recorte temporal, ou seja, de 1994 a 2003.

No primeiro período observamos pequeno aumento no número de empregados na cidade de Araçatuba, no ano de 1994 haviam 39.309 empregados na cidade e no ano seguinte 41.495, um aumento de pouco mais de dois mil empregos ou, ainda, um acréscimo de 5,5%. O crescimento da mão-de-obra ocorrido no primeiro período não foi observado no período seguinte. No ano de 2003 pouco mais de dez mil vagas foram fechadas, dos 41.495 empregados de 1999 restaram 31.277 empregados no ano de 2003, uma queda de aproximadamente 24,6%. O terceiro período mostra que do começo ao fim do recorte temporal foram fechadas 20,4% das vagas.

Araçatuba – Tabela 17: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1999 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	4.830	4.853	3.178	4.885	4.052	1.438	0	2.647	1.193
Comércio	6.804	8.217	7.064	1.158	944	583	832	308	634
Serviços	5.686	7.723	6.225	1.363	1.434	771	5.910	9.050	7.685
total	17.320	20.793	16.467	7.406	6.430	2.792	6.742	12.005	9.512
% total	44,1	42,8	52,6	18,8	13,2	8,9	17,2	24,7	30,4

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Buscando uma análise mais refinada, dividiremos os setores da indústria, comércio e serviços por porte de empresas (tabela 16, acima) para descobrirmos em que porte de estabelecimento estão alocados o maior número de trabalhadores; assim, em 1994 a maior parte dos empregados encontrava-se em empresas de micro e pequeno porte, ao todo eram 17.320 funcionários que correspondiam a 44,1% dos funcionários do município. O comércio foi o setor que mais empregava em empresas deste porte ao todo eram 6.804 empregados, o setor de serviços possuía 5.686 empregados e a indústria 4.830 empregados. Médias empresas empregavam 7.406 funcionários ou 18,8% do todo, em estabelecimentos deste porte a indústria era o setor que mais empregava com 4.885 funcionários, um número maior que das micro e pequenas, em seguida com números mais modestos temos o setor de serviços com 1.363 empregados e o comércio com 1.158 empregados. As grandes empresas possuíam 6.742 empregados ou 17,2% dos funcionários da cidade, a maioria destacada dos trabalhadores em empresas deste porte estava no setor de serviços, ao todo eram 5.910 empregados, além dos

serviços apenas o comércio possuía empregados em grandes empresas, no ano de 1994 eram 832 empregados. Neste ano temos, também, 7.841 empregados em estabelecimentos da construção civil, agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca e no agrupamento outros/ignorados.

No ano de 1998, a maior parte dos postos de trabalho continua em empresas de micro e pequeno porte, eram 20.793 funcionários o que correspondeu a 42,8% dos trabalhadores, o setor comercial repetiu o desempenho e empregou 8.217 funcionários, seguido pelos serviços com 7.723 funcionários e a indústria com 4.853 funcionários, nota-se que todos os setores obtiveram aumento em seus quadros, ainda que o aumento do número de trabalhadores na indústria seja irrisório. As empresas de porte médio perderam trabalhadores, no ano de 1998 eram ao todo 6.430 funcionários, a indústria continua sendo aquela com maior número de empregados com 4.052, os serviços vêm na sequência com 1.434 empregados e o comércio passou a 944 empregados, apenas o setor de serviços apresentou ganho de pessoal ocupado neste porte de empresa. As grandes empresas por sua vez, passaram a contar com 12.005 empregados ou 24,7% do total do município, a maior parte dos trabalhadores estava no setor de serviços ao todo eram 9.050 trabalhadores neste setor, a indústria passou a contar com três empresas deste porte que distribuíam em seus quadros 1.193 funcionários e o setor de comércio contava com 308 empregados. Trabalhadores de outros setores eram 9.378 e correspondiam a 19,3% dos empregados do município.

Por fim, no ano de 2003 as empresas de micro e pequeno porte mantêm seus postos de maiores empregadoras com 16.467 trabalhadores. Nota-se uma redução em comparação com os anos de 1994 e 1999. Em 2003, o setor que mais empregava continuava sendo o comércio com 7.064 trabalhadores; em seguida os serviços com 6.225 trabalhadores. Em comparação com 1994 estes dois setores ganharam empregados em detrimento da indústria que contava com 3.178 empregados e outros setores que contavam com apenas 2.506 trabalhadores. Para ser mais preciso, a construção civil passou de 3.203 trabalhadores em 1994 para 771 trabalhadores em 2003, a agropecuária de 3.013 trabalhadores para 1.735 trabalhadores no final do recorte temporal, lembrando que estes dois últimos setores não foram divididos por porte de empresas, estes são seus números totais. As empresas de médio porte também perderam funcionários, ao todo eram 2.792 trabalhadores em 2003, onde a indústria possuía 1.438 trabalhadores, os serviços 771 trabalhadores e o comércio 583 trabalhadores. No final da série histórica, as grandes empresas possuíam 9.512 trabalhadores e passaram a ser o segundo porte de empresas que mais possuía funcionários, o setor de

serviços mais uma vez concentrava estes trabalhadores ao todo eram 7.685, a indústria possuía 1.193 trabalhadores e o comércio 634 trabalhadores.

Dividindo os grandes setores em 59 categorias segundo a CNAE/95 (Tabela 18), listaremos as atividades que mais empregaram.

Araçatuba – Tabela 18: Número de trabalhadores das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias, nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	6.065	6.748	5.847
Administração pública, defesa e seguridade social	3.362	3.067	4.285
Saúde e serviços sociais	1.480	1.856	1.981
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3.007	3.291	1.734
Comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	916	1.675	1.691
Fabricação de produtos alimentares e bebidas	1.225	3.244	1.405
Serviços prestados principalmente as empresas	943	3.985	1.262
Construção	3.203	6.084	771
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	2.089	2.155	161
Total do município	39.309	48.606	31.277

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Em toda a série histórica a atividade *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos* empregou o maior número de trabalhadores, no ano de 1994 esta atividade agregava 6.065 trabalhadores, passando a 6.748 em 1998 e caindo a 5.847 trabalhadores em 2003. A atividade de *agricultura, pecuária e serviços relacionados* também pode ser encontrada nos três anos, no primeiro contou com 3.007 empregados, no segundo ano 3.291 trabalhadores e em 2003 apresentou queda passando a contar com 1.734 trabalhadores. A atividade *administração pública, defesa e seguridade social* é apontada como uma das principais no ano de 1994 com 3.362 trabalhadores e em 2003 com 4.285 trabalhadores. A atividade de *construção* possui em 1994 3.203 trabalhadores, quase dobra este favor em 1998 quando agrega 6.084 trabalhadores, não constando da lista em 2003. Apenas em 1994 encontramos a atividade *fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool* com 2.089 trabalhadores, sendo assim, o bom desempenho que esta atividade obteve na variável renda média, apontado na tabela 5, pode ter ávido por conta da demissão de trabalhadores, pela terceirização de atividades ou pelo real aumento de salários.

No ano de 1998 restaram as atividades de fabricação de produtos alimentares e bebidas com 3.244 trabalhadores e *serviços prestados principalmente as empresas* com 3.985 trabalhadores. Nenhuma destas atividades foi encontrada nos demais anos sob análise.

Passam a constar na tabela 8 apenas no ano de 2003 as atividades de *comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis* com 1.691 trabalhadores e *saúde e serviços sociais* com 1.981 trabalhadores.

Utilizando a CNAE/95 de 217 até o ano 2000 e após deste ano de 223 categorias selecionamos as atividades da tabela 19.

Araçatuba – Tabela 19: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a seleção estabelecida anteriormente, para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Administração do Estado e da política econômica e social	3.353	3.050	4.285
Comércio varejista de outros produtos	3.053	3.211	3.051
Atividades de atenção a saúde	1.405	1.730	1.830
Comércio varejista não especializado	1.376	1.403	1.129
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	1.254	1.596	1.077
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	2.883	5.619	720
Fabricação de produtos alimentares	153	2.203	842
Produção de álcool	2.089	2.155	161
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra para serviços temporários	4	2.593	410
Ignorado	1.518	2	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Mais uma vez encontramos atividades que perpassam toda a série histórica. A atividade que mais empregou em 1994 e 2003 foi a *administração do Estado e da política econômica e social* com 3.353 no primeiro e 4.285 empregados em 2003, temos também a atividade do *comércio varejista de outros produtos* com 3.053 empregados em 1994, 3.211 em 1998 e 3.051 em 2003. A atividade de *produção de álcool* e o agrupamento *ignorados* constam apenas nos números de 1994. Já a atividade de *construção de edifícios e obras de engenharia civil* com 2.883 empregados em 1994 e com 5.619 trabalhadores em 1998, não perdura na listagem de 2003.

Foram encontradas apenas no ano de 1998 as atividades *seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra para serviços temporários* com 2.593 trabalhadores e *fabricação de produtos alimentares* com 2.203 empregados.

No ano de 2003 encontramos a atividade econômica de *atividades de atenção à saúde* com 1.830 trabalhadores, a atividade de *comércio varejista não especializado* com

1.129 trabalhadores e o *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados* com 1.077 empregados.

4.3 Bauru

4.3.1 Número de Empresas

O ano de 1998 apresenta um crescimento do número total de estabelecimentos formais: eram, ao todo, 5.892 estabelecimentos contra 4.517 no ano de 1994 um crescimento de 30,4%. O setor com maior participação no montante de empresas no ano de 1998 foi o comércio com 2.570 empresas ou 43,6% do total de empresas do município, diminuindo ligeiramente a importância deste setor quanto ao número de empresas, já que em 1994 este setor contava com 46,9% das empresas do município. O setor de serviços possuía em 1998 36,35% das empresas ou 2.142 dos estabelecimentos, aumentando sua participação no total de empresas do município de Bauru. Outro setor que ganhou quanto ao número de empresas foi o da construção civil que passou a representar 6% do município com 351 estabelecimentos. O maior aumento do número de empresas coube a agropecuária caça e pesca que passou a contar com aproximadamente 4,5% das empresas do município chegando a 263 estabelecimentos contra 85 empresas em 1994, registrando um aumento de 209%. A indústria por sua vez apresentou diminuição em sua participação junto ao município, ainda que tenha aumentado o número de estabelecimentos, em 1998 a indústria possuía 562 empresas o que correspondeu a 9,5%, em 1994 estes números chegavam a 489 estabelecimentos e 10,8% do número total de empresas do município.

No ano de 2003, por sua vez, observa-se queda no número absoluto de empresas em dois setores, o da construção civil que reduz sua participação a 4,2% ou 279 estabelecimentos e a agropecuária caça e pesca que apresenta pequena queda do número absoluto de estabelecimentos passando a 258 e de sua representatividade passando a 3,9% dos estabelecimentos do município. Os números totais de Bauru em 2003 chegam a 6629 empresas um aumento de 12,5% em comparação com o ano de 1998. O setor de Comércio mantém sua posição de maior detentor de empresas com 3116 estabelecimentos ou 47% das empresas, quase a mesma porcentagem de 1994, o setor de *Serviços* possuía 2378 empresas ou 35,9% do total do município, mantendo-se como o segundo maior nesta variável, mas

aumentando sua participação em relação ao total do município. A indústria, por sua vez, apesar de ter diminuído seu número absoluto de estabelecimento apresentou aumento em sua participação, passando 9% do total de empresas formais do município de Bauru ou 598 empresas ao todo, ainda sim é uma porcentagem inferior a 1994. A construção civil apresentou comportamento semelhante à indústria, obteve aumento da sua participação passando a corresponder a 4,2% do número de empresas com aumento de seu número absoluto de empresas, passando a 279 estabelecimentos. Seguindo esta tendência, o setor da agropecuária caça e pesca apresentou desempenho positivo em relação aos números de 1994, sua participação passou a 1,9% do total de estabelecimentos ou 85 empresas, para 258 estabelecimentos ou 3,9% das empresas do município. O agrupamento Outros/Ignorados não possui representantes neste ano.

Analisando a variável número de empresas (tabela 20), neste primeiro momento, através da classificação econômica de seis grandes setores elaborada pelo IBGE, verifica-se que o setor com maior número de empresas formais no ano de 1994 foi o comércio com 46,9% dos estabelecimentos do município de Bauru ou 2.120 empresas, o segundo grande setor com maior número de estabelecimentos foi o setor de serviços com 31,8% o que correspondia a 1.436 empresas, em seguida temos a indústria com 489 empresas o que correspondeu a 10,8% de todas as empresas do município, o setor da construção civil possuía 251 empresas ou 5,5% das empresas, a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca possuía 85 estabelecimentos ou 1,9% das empresas de Bauru, para finalizarmos temos o agrupamento Outros/Ignorados que possui relevância apenas no ano de 1994, neste ano o agrupamento possuía 136 empresas ou 3% de todas as empresas do município.

Bauru – Tabela 20: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	465	537	576	18	19	17	6	6	5
Comércio	2.084	2.527	3.076	26	28	29	10	15	11
Serviços	1.369	2.062	2.282	30	32	44	37	48	52
total	3.918	5.126	5.934	74	79	90	53	69	68
% em relação ao município	86,7	87	89,5	1,6	1,3	1,4	1	1,2	1

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

No decorrer da série histórica observa-se a relevante concentração de micro e pequenas empresas nos setores da indústria, comércio e serviços, no ano de 1994 havia 3.918

micro e pequenas empresas o que correspondia a 86,7% das empresas do município de Bauru, as médias correspondiam a 1,6% ou 74 empresas e as grandes a 1,2% ou 53 empresas, 472 empresas restantes o que corresponde a 10,4% das empresas do município pertenciam à construção civil e a agropecuária caça e pesca e não foram divididas pelo seu porte. A indústria possuía 465 empresas de micro e pequeno porte, 18 empresas de médio porte e seis empresas de grande porte, os serviços possuíam 1369 empresas de micro e pequeno porte, 30 de médio porte e 37 de grande porte, o comércio possuía 2084 empresas de micro e pequeno porte, 26 de médio porte e 10 de grande porte.

No ano de 1998 observa-se que concentrou ainda mais o número de empresas em estabelecimentos de micro e pequeno porte, chegou-se a 5.126 estabelecimentos destes portes, o que correspondia a 87% do número de empresas do ano em análise, empresas de médio porte aumentaram em uma unidade e passaram a corresponder a 1,3% das empresas do município ou 79 unidades, importante destacar o aumento de empresas de grande porte que passaram a 69 estabelecimentos, principalmente nas atividades de educação, saúde, atividades associativas, indústria alimentícia, produção e distribuição de energia elétrica e construção civil, a participação de empresas deste porte também subiu, chegando a 1,2% das empresas do município. Outros setores corresponderam a 5,4% ou 717 empresas. A indústria possuía 537 empresas de micro e pequeno porte, 19 empresas de médio porte e seis empresas de grande porte, os serviços possuíam 2.062 empresas de micro e pequeno porte, 32 de médio porte e 48 de grande porte, o comércio possuía 2.527 empresas de micro e pequeno porte, 28 de médio porte e 15 de grande porte. Observa-se que o aumento substancial no número de empresas no ano de 1998 faz-se primordialmente graças ao incremento de empresas de micro e pequeno porte, que aumentaram de forma destacada sua concentração no ano de 1998, o que também se observa no ano de 2003.

No ano de 2003 as empresas de micro e pequeno porte novamente são as responsáveis pelo aumento do número de estabelecimentos, sua participação no montante do município corresponde a 89,5% das empresas, sendo que seus números absolutos subiram para 5934 empresas, de 1994 a 2003 ocorre um aumento de 51,45% no número de empresas de micro e pequeno porte. Empresas de médio porte passaram a 90 unidades um aumento de 21,6% no número de empresas do começo ao fim da série histórica e as grandes empresas passaram de 53 estabelecimentos em 1994 a 68 estabelecimentos em 2003, o que representa um aumento de 28,3% no número de empresas. O setor industrial possuía em 2003 576 empresas de micro e pequeno porte, se compararmos aos números de 1994 o aumento foi de 23,9% no número de estabelecimentos, empresas de médio e grande porte deste setor

perderam uma unidade do começo ao fim do recorte temporal. Nos setores de serviços e comércio nota-se aumento no número de empresas em todos os portes, sendo que as micro e pequenas empresas do setor de serviços passaram a 2282 empresas um aumento de 66,7% no número de empresas de 1994 a 2003, as empresas médias passaram em 2003 a 44 empresas contra 30 no ano de 1994, um aumento de 46,7% no número de empresas, e estabelecimentos de grande porte passaram a 52 com um aumento de 40,5% no número de estabelecimentos. As empresas do setor de comércio passaram a 3076 no ano de 2003, o que correspondeu a um aumento de 47,6% no número de empresas comparado ao ano de 1994, empresas de médio porte apresentaram crescimento de 11,5% durante os anos selecionados o que corresponde a um aumento de três unidades, passando de 26 empresas em 1994 a 29 empresas em 2003, as empresas de grande porte deste setor passaram de 10 empresas em 1994 a 11 empresas em 2003, um aumento de 10% no número de empresas deste porte durante a série histórica. Empresas dos demais setores que não foram desagregadas pelo seu porte passaram de 472 empresas em 1994 para 537 no ano de 2003, um aumento modesto de 13,8% no número de empresas no decorrer do recorte temporal.

Fica claro que as empresas de micro e pequeno porte foram as que mais cresceram nos três setores, apresentando desempenho positivo durante toda a série histórica. Nota-se também, que o setor de serviços foi o que apresentou os maiores crescimentos no número de empresas em todos os setores e em todos os anos analisados. A indústria por sua vez, apresentou o menor crescimento no número de empresas de micro e pequeno porte, além de apresentar diminuição no número de empresas de médio e grande porte.

Utilizando a divisão de atividades econômicas CNAE/95 de 59 categorias elaboradas pelo IBGE, tentaremos pormenorizar as categorias que tiveram melhor desempenho no decorrer da série histórica no município de Bauru, ver tabela 21 abaixo. Entendemos que as principais categorias são as cinco atividades que concentram em cada ano analisado o número de empresas formais no município de Bauru.

Bauru – Tabela 21: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1.615	35,8	1.996	33,9	2.374	35,8
Saúde e serviços sociais	254	5,6	409	6,9	496	7,5
Comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	252	5,6	335	5,7	488	7,4
Alojamento e alimentação	261	5,8	371	6,3	440	6,6
Serviços prestados principalmente as empresas	230	5,1	360	6,1	355	5,4

Construção	251	5,6	351	6,0	279	4,2
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	253	5,6	239	4,1	254	3,8
Total do município	4.517	100	5.892	100	6.629	100

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Algumas atividades se repetem durante o recorte temporal, a principal, por agregar de forma latente o maior número de empresas é o *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*, no ano de 1994 esta atividade conta com 1.615 empresas o que correspondeu a 35,8% das empresas do município, em 1998 observa-se uma pequena queda na participação da atividade, contudo, aumentou o seu número absoluto de empresas, o que podemos entender como uma desconcentração no processo de abertura de empresas nesta atividade e durante este período. No período de 1998 a 2003, este segmento econômico abre mais firmas que as demais atividades e volta a aumentar sua participação no município, no final do período são 2.374 estabelecimentos ou 35,8% das firmas de Bauru. A atividade de *saúde e serviços sociais* possui 254 estabelecimentos ou 5,6% das empresas, em 1998 este número chega a 409 ou 6,9% das empresas, em 2003 esta atividade chega a 496 estabelecimentos ou 7,5% das empresas do município, diferente da atividade anterior esta apresenta crescimento durante toda a série histórica. Outra atividade com o mesmo comportamento é a de *alojamentos e alimentação* que chega em 2003 a 6,6% dos estabelecimentos ou 440 empresas. A atividade do *comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis* aparece apenas nos anos de 1994 e 2003, no primeiro ano conta com 252 estabelecimentos e no último com 488 estabelecimentos ou 7,5% dos estabelecimentos do município, aliás, esta foi o maior número de empresas que esta atividade acumulou. A atividade *comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio* aparece apenas em 1994 com 253 estabelecimentos ou 5,6% das empresas do município.

A atividade da *construção* aparece apenas no ano de 1998 e, a atividade *serviços prestados principalmente as empresas* aparece em 1998 com 360 estabelecimentos e em 2003 queda para 355 estabelecimentos ou 5,4% das empresas.

Utilizando agora a classificação de grupos de atividades econômicas segundo a CNAE/95 de 217 e 223 categorias, tentaremos chegar o mais próximo das categorias econômicas que obtiveram melhor resultado quanto à concentração do número de empresas para os anos da série histórica (tabela 22).

Bauru – Tabela 22: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista de outros produtos	897	19,9	1.204	20,4	1.538	23,2
Atividades de atenção à saúde	229	5,1	375	6,4	457	6,9
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	313	6,9	352	6	414	6,2
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação	226	5	316	5,4	390	5,9
Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores	112	2,5	150	2,5	240	3,6
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	184	4,1	269	4,6	231	3,5
Comércio varejista não especializado	196	4,3	198	3,4	187	2,8
Total do município	4.517	100	5.892	100	6.629	100

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Segundo a tabela 22, quatro atividades se repetem nos três anos analisados, sendo que quase todas têm como característica concentrarem mais empresas no decorrer do recorte temporal. A primeira e mais importante é o *comércio varejista de outros produtos* que chega em 2003 com 1.538 empresas o que correspondeu a 23,2% dos estabelecimentos, o patamar mais alto. Em seguida temos *atividades de atenção à saúde* com 229 empresas em 1994 o que representou 5,1% das empresas do município, no ano de 2003 estes números chegam a 457 empresas e 6,9% do município. A terceira atividade a se repetir é a de *restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação*, esta atividade chega em 2003 com seu maior número de empresas, ao todo são 390 estabelecimentos ou 5,9% das empresas. A última atividade a figurar nos três anos selecionados foi a de *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados*. A diferença desta atividade para as já mencionadas é a queda em sua participação junto às empresas do município no ano de 1998, embora o número de estabelecimentos tenha aumentado para 352 sua participação chega ao menor patamar 6%.

A atividade comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores consta apenas no ano de 2003, a *construção de edifícios e obras de engenharia civil*, apenas no ano de 1998 e a atividade de *comércio varejista não especializado* aparece apenas no ano de 1994.

4.3.2 Renda média

A renda média do trabalho no município de Bauru possui movimento diferente da variável número de empresas (ver tabela 23 abaixo), ou seja, começa o ano de 1994 em 5,39 salários mínimos, apresenta crescimento 1998 passando a 5,41 salários mínimos e chegando a seu patamar mais baixo no ano de 2003 com 3,96 salários mínimos, a queda foi de 26,5% do começo ao fim do recorte temporal. A quantidade total de salários mínimos pagos, ou seja, o total de salários mínimos pagos por todas as atividades também caiu de 1994 a 2003, no primeiro ano da série histórica eram injetados na economia do município de Bauru, 460.353,84 salários mínimos, passando a 455.887,29 salários mínimos em 1998 e a 264.756,61 salários mínimos em 2003, do começo ao fim da série histórica temos uma queda de 42,5% no montante de salários mínimos pagos em toda a economia formal do município de Bauru. Neste período também diminuiu o número de empregados que passou de 85.426 empregados no ano de 1994 para 66.796 empregados no ano de 2003, a massa trabalhadora sofreu redução de 21,8%.

Bauru – Tabela 23: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador de Araçatuba distribuído durante os anos de 1994, 1999 e 2003 e divididos por setor

	nº de empregados			nº absoluto de salários mínimos pagos			renda média		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	18.957	17.267	12.556	107.308,48	103.957,93	113.223,27	5,66	6,56	3,83
Construção civil	5.256	7.744	3.097	19.562,19	34.162,44	28.907,98	3,72	3,73	3,02
Comércio	20.885	21.651	16.734	86.153,86	86.276,64	85.951,06	4,13	3,97	2,67
Serviços	35.006	36.167	33.527	209.336,73	228.294,51	224.391,78	5,98	6,20	4,8
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	727	1.448	882	1.453,24	3.279,52	3.399,80	2	2,35	1,9
Outros/Ignorado	4.595	7	X	36.539,34	X	13,40	7,95	1,91	X
Total	85.426	84.284	66.796	460.353,84	455.971,04	455.887,29	5,39	5,41	3,96

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

As atividades relacionadas ao agrupamento ignorados foram as que pagaram em 1994 os melhores salários médios que foram da ordem de 7,95 salários mínimos, seguido pelo setor de serviços 5,98 salários mínimos, setor industrial 5,66 salários mínimos. Os outros setores ficaram abaixo da renda média do município para o ano de 1994, os setores da construção civil pagou em média respectivamente 3,72 salários mínimos, o comércio 4,13 salários mínimos e o setor que abarca a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca teve

as menores remunerações pagando apenas dois salários mínimos em média a seus empregados.

Já ano de 1998, o agrupamento *ignorados* perde relevância por conta de avanços do banco de dados. Neste ano o setor que melhor pagou seus empregados foi a indústria com 6,56 salários mínimos, seguida pelo setor de serviços, com 6,2 salários mínimos. Os demais setores mais uma vez pagaram a seus empregados menos que a média do município, setores como construção civil com 3,73 salários mínimos, o comércio com 3,97 salários mínimos e a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 2,35 salários mínimos, não chegaram aos 5,41 salários mínimos pagos em média no município de Bauru. Nota-se que apenas o comércio teve redução das remunerações médias de 1994 a 1998.

O bom desempenho dos grandes setores no ano de 1998 não se repete no ano de 2003, todos os setores fizeram pagamentos médios inferiores ao ano em análise anterior. Apenas o setor de serviços continua pagando remunerações médias acima da renda média do município que era em 2003 de 3,96 salários mínimos, os trabalhadores deste setor ganhavam em média a 4,8 salários mínimos, o setor industrial pagava em média a 3,83 salários mínimos, a construção civil pagava 3,02 salários mínimos, o comércio pagava 2,67 salários mínimos e a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 1,9 salários mínimos e continua a ser o setor com as piores remunerações.

A divisão dos grandes setores em 59 categorias de acordo com a CNAE/95 mostra quais foram às categorias econômicas a desembolsar os melhores rendimentos médios aos seus empregados, entendemos como melhores rendimentos médios aqueles que estiverem acima da média do município de Bauru, tabela 24.

Bauru – Tabela 24: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Eletricidade, gás e água quente	17,5	19,6	11,96
Intermediação financeira	16,37	17,81	11,82
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	8,2	11,89	7,4
Fabricação de produtos químicos	6,7	5,3	7,04
Correio e telecomunicações	10,19	7,9	6,94
Seguros e previdência complementar	8,9	11,22	6,3
Transporte aéreo	9,95	7,74	5,08
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	5,7	20,59	2,1
Fabricação de produtos do fumo	13,06	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

As atividades de *eletricidade, gás e água quente* e de *intermediação financeira* perpassam a tabela, sendo que nos anos de 1994 ofereceram 17,5 e 16,37 salários mínimos e em 2003 pagando 11,96 e 11,82 salários mínimos respectivamente, foram as atividades que melhor remuneraram seus empregados, destacando a forte queda que os rendimentos médios tiveram durante o recorte temporal. A atividade de *correio e telecomunicação* aparece nos anos de 1994 pagando em média 10,19 salários mínimos e em 2003 6,94 salários mínimos. Duas atividades a aparecer apenas no ano de 1994, a de *transporte aéreo* oferecendo rendimentos de 9,95 salários mínimos em média e a *fabricação de produtos do fumo* que pagou 13,06 salários mínimos em média a seus trabalhadores.

Duas atividades constam apenas no ano de 1998, são elas: *seguros e previdência complementar* e *fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações*, sendo que esta última pagou a seus empregados 20,59 salários mínimos, a maior renda média encontrada. Apenas a atividade de *fabricação de produtos químicos* apareceu exclusivamente no ano de 2003.

Através da CNAE/95 de 217 até o ano 2000 e após de 223 categorias tentaremos chegar mais próximo das categorias econômicas que durante os anos do recorte temporal, ofereceram o melhor rendimento médio do município em cada ano sob análise respectivamente.

Bauru – Tabela 25: Renda média das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 217 e 223 categorias, para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Telecomunicações	17,8	X	12,58
Intermediação monetária - depósitos a vista	17,16	18,75	12,25
Produção e distribuição de energia elétrica	17,5	19,6	11,96
Ensino superior	X	13,23	10,36
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	11,2	13,25	9,8
Previdência complementar	7,74	16,19	8,44
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	24,51	23,24	X
Fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio	11,61	22,65	X
Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem	19,59	2,58	X
Fabricação de máquinas para escritório	16,05	X	X
Fabricação de produtos do fumo	13,06	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A única atividade listada nos três anos analisados é a *produção e distribuição de energia elétrica* que pagou a seus empregados no ano de 1994 17,5 salários mínimos, em 1998 19,6 salários mínimos, caindo fortemente no ano de 2003 a 11,96 salários mínimos. A atividade de *fabricação de automóveis, camionetas e utilitários* aparece em 1994 e em 1998 pagando a seus empregados os melhores salários médios do recorte temporal, em 1994 pagou 24,51 salários mínimos e em 1998 23,24 salários mínimos.

As atividades de *tecelagem - inclusive fiação e tecelagem* pagando em média 19,59 salários mínimos, a *fabricação de máquinas para escritório* pagando 16,05 salários mínimos e a *fabricação de produtos do fumo* pagando em média 13,06 salários mínimos, figuram apenas nas cinco atividades com melhor remuneração no ano de 1994. As atividades de *fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio* pagando 22,65 salários mínimos em média e a atividade de *previdência complementar* que remunerou seu empregados com 16,19 salários mínimos em média, aparecem apenas no ano de 1998, aliás, a primeira destas atividades, foi a responsável pelo bom desempenho da atividade *fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações* encontrada na tabela 14. As atividades de *ensino superior* que ofereceu 10,36 salários mínimos e a *fabricação de produtos químicos inorgânicos* que pagou 9,8 salários mínimos em média a seus empregados, figuram apenas no ano de 2003. Apenas a atividade de *intermediação monetária - depósitos a vista* aparece nos anos de 1998 e 2003, sendo que no último ano esta foi a segunda atividade a oferecer os melhores rendimentos médios a seus trabalhadores.

4.3.3 Número de trabalhadores

No princípio da variável renda média podemos observar que o número de empregados decai no decorrer da série histórica, assim como a renda. Observamos que no ano de 1994 haviam 85.426 empregados no município de Bauru, decai minimamente em 1998 passando a 84.284 e, em 2003 o número de empregados na economia formal do município de Bauru era de 66.796 empregados, relacionando os números do começo ao fim do recorte temporal temos uma queda de 21,8%, o que representou uma queda de aproximadamente 20.000 postos de trabalho.

Para entender este movimento, analisaremos em um primeiro momento setor por setor, durante toda a série histórica. O setor que mais empregou foi o de serviços passando de 35.006 empregados em 1994, o que representava para o município naquele ano 41% dos empregados, para 36.167 empregados em 1998 o que representou 42,9% dos trabalhadores, findando a série histórica com 33.527 empregados, embora a quantidade de empregados tenha diminuído, na verdade uma queda de 4,2% entre 1994 e 2003, este número é bastante inferior a queda total de empregados no município, o que elevou a concentração de empregados no setor de serviços que em 2003 contou com 50,2% do total de empregados do município.

O setor de comércio, o segundo que mais empregou, iniciou a série histórica com 20.885 empregados, o que correspondia em 1994 a 24,4% dos empregados do município de Bauru. No ano de 1998 este número chegou a 21.651 empregados um aumento aproximado de 3,7% no número de postos de trabalho, o que levou o setor a ter pouco mais de 25,7% do empregados do município. No ano de 2003, houve queda no número de empregados e na quantidade de trabalhadores que regrediu a 25,1% dos empregados do município, neste ano o setor possuía 16.734 empregados, o que representou uma redução da ordem de 24,8% no número de trabalhadores deste setor de 1994 a 2003.

A indústria, terceiro maior empregador, foi o único setor que apresentou queda consecutiva no número de empregados. Este setor possuía em 1994 18.957 empregados correspondendo a 22,2% dos trabalhadores, no ano de 1998 havia, na indústria, 17.267 empregados o que lhe valeu pouco mais de 20,5% dos empregados do município, já em 2003 o setor indústria encontrava-se com 12.556 empregados ou 18,8% dos trabalhadores do município. Foram fechados no setor industrial durante toda a série histórica aproximadamente 51% dos postos de trabalho no município de Bauru.

O setor da construção civil, por sua vez, possuía em 1994 aproximadamente 6,2% dos empregados do município ou 5.256 empregados; no ano de 1998 estes números passaram a 7.744 empregados e sua maior participação na quantidade de trabalhadores chegando a 9,2%. Este setor perdeu em 2003 em relação a 1998 mais de 150% de seus empregados chegando a 3.097 funcionários e sua menor participação no total de empregados 4,6%. Do começo ao fim da série histórica a queda no número de empregados na construção civil foi de 69,3% e se tornou o setor que mais perdeu postos de trabalho durante os anos em análise.

A agropecuária teve seu auge em 1998 quando possuía 1.448 empregados, o que correspondeu a 1,7% dos trabalhadores do município. Este foi o único setor que ganhou empregados do começo ao fim da série histórica, passou de 727 empregados em 1994 a 882 empregados em 2003, um aumento de pouco mais de 21,3%. O agrupamento outros/ignorados

só possui trabalhadores no ano de 1994, nota-se que é uma quantidade relevante aproximadamente 4.600 empregados, nos anos seguintes este agrupamento desaparece. Entendemos que não houve um setor responsável pela queda abrupta do número de trabalhadores, mas sim uma pulverização das perdas de postos de trabalho pelos diferentes setores, com exceção do setor da agropecuária, extrativismo vegetal caça e pesca que no final da série histórica apresentou ganhos de trabalhadores em seus quadros. Também é destacado o mau desempenho do setor da construção civil e pelo seu tamanho o desempenho do setor industrial.

Agora buscaremos entender a participação do porte de empresas na quantidade de empregados, assim, nós utilizaremos a divisão de empresas por seu porte (tabela 26).

Bauru – Tabela 26: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			Grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	7.578	6.661	4.986	6.388	5.560	3.881	4.991	5.046	3.689
Comércio	14.931	15.119	12.369	3.007	2.804	2.017	2.947	3.728	2.348
Serviços	12.345	14.963	11.018	2.782	4.150	3.092	19.879	17.054	19.417
total	34.854	36.743	28.373	12.177	12.514	8.990	27.817	25.828	25.454
% total	40,8	43,6	42,5	14,3	14,8	13,5	32,6	30,6	38,1

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

No ano de 1994 havia 34.854 trabalhadores em micro e pequenas empresas que representou 40,8% dos postos de trabalho existentes no ano sob análise, o setor do comércio com 14.931 empregados foi o que mais possuía trabalhadores neste porte de empresa, seguidos pelos serviços com 12.345 trabalhadores e a indústria com 7.578 trabalhadores. As empresas de grande porte absorveram 32,6% dos empregados do município o que representou 27.817 trabalhadores, fica evidente que o maior número de trabalhadores em empresas de grande porte serviços está no setor de serviços com 19.879 trabalhadores, em seguida ficou a indústria com 4.991 trabalhadores e o comércio com 2.947 trabalhadores. Já as empresas de médio porte possuíam 14,3% do número de empregados do município de Bauru, dos 12.177 empregados mais da metade, ou seja, 6.388 estavam na indústria o maior empregador em empresas deste porte, na sequência temos o comércio com 3.007 trabalhadores e os serviços com 2.782 postos de trabalho. O restante dos trabalhadores 12,4% ou 10.578 trabalhadores, encontram-se em empresas de outros setores ou agrupamentos.

No ano de 1998 encontramos uma concentração ainda maior de trabalhadores em empresas de micro e pequeno porte. Os números chegam a 43,6% ou 36.743 trabalhadores, mais uma vez o setor de comércio possuía maior número de trabalhadores em empresas deste porte, ao todo eram 15.119 empregados, o setor de serviços vem em seguida com 14.963 empregados e a indústria com 6.661 empregados. As empresas de grande porte continuam com o segundo posto de maior empregadoras, com 30,6% de todos os trabalhadores do município; contudo, nota-se uma queda no número absoluto de empregados 25.828 ao todo. Assim como as micro/pequenas empresas os estabelecimentos de médio porte passam por um processo de admissão de empregados passando a 12.514 trabalhadores o que corresponde a 14,8% dos trabalhadores do município em 1998. Empresas de outros seguimentos econômicos que não os já analisados, tiveram pequena variação entre 1994 e 1998 passando a 9.199 empregados. O aumento no número de empregados observado no ano de 1998, se da, sobretudo, pelo incremento de trabalhadores em empresas de micro e pequeno porte e em empresas de médio porte, outras atividades diferentes de comércio, serviços e indústria e os estabelecimentos de grande porte apresentaram processo de demissão de trabalhadores.

Como vimos anteriormente, a diferença do número de trabalhadores entre os anos de 1998 e 2003 são bastante grandes, ressalta-se que todos os portes de empresas perdem trabalhadores em 2003, isso em comparação a 1998 e a 1994, com exceção das empresas de médio porte nos serviços. Mas a queda no número de trabalhadores concentra-se sobre tudo, em empresas de micro e pequeno porte e em empresas de outros setores diferentes de serviços, indústria e comércio. Comparando 2003 a 1994, a queda no número de trabalhadores em empresas de micro e pequeno porte foi da ordem de 22,8% passando de 34854 empregados em 94 para 28373 em 2003. A queda do número de trabalhadores de empresas dos setores da agropecuária, da construção civil e principalmente por não existir trabalhadores no agrupamento outros/ignorados, é da ordem de 166%. Em 2003, o setor que mais possuía empregados em empresas de micro e pequeno porte ainda era o comércio com 12.369 trabalhadores, o setor de serviços diminuiu a diferença, mas permanece sendo o segundo empregador em empresas deste porte com 11.018 trabalhadores e a indústria mesmo perdendo quase quatro mil postos de trabalho vem na sequência com 4.986 trabalhadores.

Em 2003 as grandes empresas se aproximam do número de empregados das micro e pequenas, as primeiras com 38,1% e as micro e pequenas com 42,5% dos trabalhadores. No ano de 2003 havia 25.454 empregados em empresas de grande porte, destes 19.417 estavam no setor de serviços, 3.689 estavam na indústria e o setor do comércio aparece com 2.348 empregados em empresas deste porte. As empresas de médio porte possuíam 13,5% dos

trabalhadores ou 8.990 empregados, sendo que a maioria estava na indústria (3.881 empregados); 3.092 trabalhadores encontravam-se nos serviços e 2.017 trabalhadores encontravam-se no comércio. Como ressaltamos anteriormente, apenas o setor de serviços apresentou aumento do número de empregados neste porte de empresas do começo ao fim da série histórica.

Deste modo, nota-se que as micro e pequenas empresas são as grandes geradoras e a absorvedoras de postos de trabalho, seguida pelas grandes empresas e só depois com grande diferença, temos as empresas de porte médio. Nota-se também que as micro/pequenas e médias empresas foram as maiores responsáveis na diminuição de postos de trabalho, as grandes empresas por sua vez foram as responsáveis por minimizar o processo de redução dos quadros de trabalhadores no município de Bauru. Aliás, durante os anos de 1994 e 1998 as micro/pequenas e as médias aumentaram a quantidade de trabalhadores em seus quadros e as grandes empresas demitiram, já no ano de 2003 este processo se inverteu, embora as grandes empresas tenham demitido, porém em ritmo muito inferior as empresas de outros portes.

Tentando buscar as atividades que mais admitiram e/ou demitiram empregados durante os anos selecionados, dividiremos os grandes setores em 59 categorias de acordo como a CNAE/95 (tabela 27).

Bauru – Tabela 27: Número de trabalhadores das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	13.163	15,4	15.083	17,9	11.418	17,1
Administração pública, defesa e seguridade social	4.955	5,8	1.079	1,3	6.917	10,4
Serviços prestados principalmente as empresas	6.308	7,4	8.245	9,8	5.342	8
Saúde e serviços sociais	3.127	3,7	3.355	4,0	3.776	5,7
Ensino	1.219	1,4	4.664	5,5	3.549	5,3
Construção	5.256	6,2	7.744	9,2	3.097	4,6
Transporte terrestre	8.163	9,6	5.446	6,5	2.725	4,1
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	5.448	6,4	4.235	5,0	2.351	3,5
Total do município de Bauru	85.426	100	84.284	100	66.796	100

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A atividade de *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos* é com certeza a que mais empregou em todos os anos analisados, contudo, o ano de 1998 marca o melhor desempenho desta atividade chegando a 15.083 trabalhadores ou 17,9% dos empregados do município, o movimento de acréscimo de trabalhadores é interrompido em

2003, quando esta atividade empregava 11.418 trabalhadores. Comparando o desempenho desta atividade com o setor comercial descrito acima, podemos concluir que esta atividade é que concentra o maior número de trabalhadores do setor, ao todo esta atividade corresponde a 68,3% dos trabalhadores comerciais. Outra atividade que encontramos com destaque nos três anos analisados foi a atividade de *serviços prestados principalmente as empresas*, mais uma vez o ano de 1998 apresentou o melhor desempenho com 8.245 trabalhadores correspondendo a 9,8% dos empregados regionais, no ano de 2003 esta atividade contou com 5.342 trabalhadores o que representou 8% dos empregados de Bauru.

As atividades de *transporte terrestre* e de *construção* aparecem na listagem apenas nos anos de 1994 e 1998, sendo que a atividade de transportes terrestres já começava a perder força de um ano para outro, neste caso 1998 não apresentou o melhor desempenho. A única atividade a constar apenas em 1994 foi à *fabricação de produtos alimentícios e bebidas* com 5.448 trabalhadores. A atividade de *ensino* aparece em 1998 com 4.664 trabalhadores e finda o recorte temporal com 3.549 trabalhadores, embora o número absoluto de empregados na atividade tenha caído de forma importante, esta atividade perde pouca participação junto ao município, passa de 5,5% para 5,3% dos empregados do município de Bauru. Duas atividades encontravam-se presentes apenas em 2003 foi a de *saúde e serviços sociais* com 3.776 trabalhadores e *administração pública, defesa e seguridade social* com 6.917 trabalhadores, assumindo o posto de segunda atividade que mais empregou.

A maioria das categorias selecionadas acima apresentou queda no número de funcionários do princípio ao fim do recorte temporal, com destaque para os movimentos da administração pública, defesa e seguridade social, que não constava na lista até o ano de 2003, se firmando como uma das principais atividades.

Na busca de refinar ainda mais os dados dividiremos os setores econômicos em 217 categorias até o ano de 2000 e de 223 categorias na sequência, veja tabela 28 abaixo.

Bauru – Tabela 28: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a CNA/95 de 217 e 223 categorias econômicas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Administração do Estado e da política econômica e social	4.915	5,8	1.037	1,2	6.901	10,3
Comércio varejista de outros produtos	5.153	6,0	7.042	8,4	5.817	8,7
Atividades de atenção à saúde	2.855	3,3	2.854	3,4	3.211	4,8
Comércio varejista não especializado	4.068	4,8	4.414	5,2	3.078	4,6
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	4.402	5,2	6.106	7,2	2.748	4,1
Outros Transportes Terrestres	3.884	4,5	4.075	4,8	2.725	4,1
Outras atividades associativas	940	1,1	2.915	3,5	2.326	3,5

Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	5.153	6	2.357	2,8	1.618	2,4
Transporte ferroviário interurbano	4.279	5	1.371	1,6	X	X
Ignorado	4.500	5,3	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A principal atividade a empregar no município é sem duvida a *administração do Estado e da política econômica e social*, que chega em 2003 a contar com 6.901 trabalhadores, observa-se que esta atividade diminui muito no ano de 1998, contudo, achamos que a ausência desta atividade em 1998 é um problema de envio de dados por parte da prefeitura, ou de captação e digitalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego ou compilação dos dados por parte do programa SGTmicro, por dois motivos, primeiro no ano de 1997 esta atividade contava com 5.329 trabalhadores e em segundo, como a maior parte dos trabalhadores de uma prefeitura (segmento com maior participação na atividade em questão) são concursados e de difícil admissão e demissão, um movimento tão abrupto de um ano para o outro só pode caracterizar alguma falha. A atividade de *construção de edifícios e obras de engenharia civil* com certeza perpassa toda a série histórica, no ano de 1994 contava com 4.402 trabalhadores, em 1998 chega ao mais alto contingente de com 6.106 trabalhadores e a concentrar 7,2% da mão de obra, em 2003 acompanhamos uma queda forte do número de trabalhadores nesta atividade chegando a 2.748 trabalhadores.

Três atividades podem ser encontradas, com destaque, apenas no ano de 1994 são elas *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados* com 5.153 trabalhadores concentrando 6% da mão de obra local, *transporte ferroviário interurbano* com 4.279 trabalhadores ou 5% da mão de obra e o agrupamento ignorado com 4.500 trabalhadores ou 5,3% dos empregados do município de Bauru. Duas atividades foram selecionadas, com destaque, apenas no ano de 1998, a primeira é *outros transportes terrestres* com 4.075 trabalhadores e 4,8% dos empregados locais, importante destacar que esta atividade contempla os seguimentos de empresas de transporte urbano e interurbano de uma forma geral, a segundo atividade é *outras atividades associativas* com 2.915 empregados ou 3,5% dos trabalhadores municipais, vale destacar que esta atividade agrega os segmentos econômicos como organizações religiosas e políticas. Apenas a atividade que contempla as *atividades de atenção à saúde* com 3.211 trabalhadores ou 4,8% da mão de obra local, destacando-se no ano de 2003.

Outras duas atividades constam apenas nos anos de 1998 e 2003, sendo que o ano de 1998 marca o melhor desempenho de ambas. A primeira é o *comércio varejista de outros*

produtos e a segunda é *comércio varejista não especializado*. Esta ultima contempla os segmentos dos hipermercados, supermercados, mini-mercados, mercearias e armazéns, lojas de conveniência e lojas de departamentos ou magazines.

4.4 Marília

4.4.1 Número de Empresas

Com base nos dados nota-se um aumento substancial de empresas no período histórico em questão. Entre os anos de 1994 e 1998, o número de estabelecimentos aumenta em mais de mil unidades; em 1994 existiam 2.846 empresas no município de Marília, em 1998 os números chegam a 3.935 empresas. Verifica-se que em 2003 o número de empresas chega a 4.846 empresas, um aumento de 70,3% no número de estabelecimentos do começo ao fim da série histórica no município de Marília.

O grande setor que mais possuía empresas no ano de 1994 era o comércio com 1.248 empresas, em seguida temos o setor de serviços com 867 empresas; à indústria com 294 empresas; a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 197 empresas; a construção civil com 150 empresas e o agrupamento outros/ignorados com 90 empresas.

O aumento do número de empresas no ano de 1998 pode ser observado em todos os grandes setores, o comércio possuía 1.573 empresas; o setor de serviços 1.316 empresas; a indústria com 369 empresas; a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 454 empresas e; a construção civil com 222 empresas. Neste ano também o agrupamento ignorados perde relevância, apura-se a ocorrência de apenas um estabelecimento. A grande surpresa do ano de 1998 foi o setor agropecuário, caça e pesca que aproximadamente dobra o número de estabelecimentos e torna-se o terceiro setor quanto a essa variável, ultrapassando inclusive a indústria.

Em 2003 mais uma vez, todos os setores apresentaram incremento de estabelecimentos em relação a 1998, o setor comercial possuía 1.978 empresas um aumento do começo ao fim do recorte temporal de 58,5%; o setor de serviços contava com 1.616 empresas, registrando um aumento de 86,4%; a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca passou a 456 empresas, aumentando o número de estabelecimentos em 131,5%, a

indústria 413 empresas, aumentando em 40,5% e; a construção civil 383 estabelecimentos que aumentou 155,3%, a maior alta registrada. Destaca-se o aumento substancial da construção civil e do setor primário e o aumento da indústria, o menor dentre todos os setores.

Comparando a participação de cada setor de 1994 a 2003, nota-se, indubitavelmente, a concentração de empresas no setor de comércio, embora este tenha passado de 43,9% para 40,8% das empresas no período, diminuindo ligeiramente a concentração de empresas neste setor, em contrapartida o setor de serviço passou de 30,5% para 33,3% das empresas no final da série histórica, os dois setores correspondem a mais de 74% das empresas do município de Marília no ano de 2003. Outros dois setores aumentaram sua participação no total de empresas da cidade, o primeiro e que mais cresceu em relação a todos os outros foi à agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca passando de 3,2% para 9,4% do total de empresas, em seguida temos o setor da construção civil passando de 5,3% para 7,9% dos estabelecimentos da cidade. Além do setor de comércio a indústria também perdeu participação no montante de empresas, passando de 10,3% em 1994 para 8,5% das empresas no ano de 2003.

As empresas dos setores da indústria, comércio e serviços, serão divididas por porte de empresas, como podemos observar na tabela 29.

Marília – Tabela 29: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	273	358	399	16	8	9	5	3	5
Comércio	1.229	1.558	1.963	14	10	7	5	5	8
Serviços	845	1.283	1.576	11	17	19	11	16	21
total	2.347	3.199	3.938	41	35	35	21	24	34
% em relação ao município	82,5	81,3	81,3	1,4	0,9	0,7	0,7	0,6	0,7

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

As micro e pequenas empresas concentram de forma esmagadora o número de estabelecimentos no município no ano de 1994, acura-se que 2.347 empresas ou 82,5% dos estabelecimentos eram de micro e pequeno porte, em 1998 este percentual cai para 81,3% tendo como número absoluto 3.199 empresas, no ano de 2003 observa-se a manutenção da participação das micro e pequenas empresas, são 3.938 estabelecimentos que apesar do aumento do número absoluto corresponderam aos mesmos 81,3%. O número de estabelecimentos de micro/pequeno porte do município de Marília aumentou no decorrer da análise, porém a participação destes portes de empresas reduz-se mais de um ponto

percentual. O principal setor a concentrar o número de micro e pequenas empresas é o comércio e em seguida os serviços.

As empresas de médio porte representavam 1,4% das empresas ou 41 empresas no ano de 1994, nos anos seguintes os números caíram para 35 empresas em 1998, mantendo-se em 2003, chegando neste último ano a representar 0,7% dos estabelecimentos, o setor industrial foi o que mais perdeu passando de 16 estabelecimentos para apenas cinco em 2003, o setor comercial passou de 14 estabelecimentos para apenas sete, os serviços em compensação passaram de 11 empresas em 94 para 19 em 2003. As empresas de grande porte por sua vez, registraram desempenho distinto e acumularam ganhos durante os anos, passando de 21 empresas em 1994, para 24 empresas e a 34 empresas em 2003, contudo, os percentuais de 2003 são idênticos à fatia de 0,7% das empresas registradas em 1994, o setor que mais acumulou ganhos no número de empresas deste porte, foram os serviços passando de 11 empresas para 21 empresas em 2003, ou seja, o incremento de grandes empresas se deu fundamentalmente nos serviços.

Empresas de outros setores foram agrupadas sem divisão de porte, e constata-se um crescimento relevante de empresas do setor de construção civil e agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca em 1994 ainda contando com o agrupamento outros/ignorados os números chegaram a 437 empresas ou 15,4% empresas, em 1998 chegaram a 677 empresas, lembrando que o agrupamento outros/ignorados praticamente não exerce mais peso, e no ano de 2003 são 839 empresas nos setores de construção civil e agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca o que lhes conferiu 17,3% das empresas do município de Marília.

Para uma análise mais apurada do comportamento do número de empresas do município de Marília utilizaremos a divisão de atividades econômicas segundo a classificação CNAE/95 de 59 categorias (tabela 30).

Marília – Tabela 30: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	996	35	1.249	31,7	1.572	32,4
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	197	6,9	454	11,5	454	9,4
Construção	150	5,3	222	5,6	383	7,9
Saúde e serviços sociais	151	5,3	281	7,1	371	7,7
Alojamento e alimentação	123	4,32	209	5,3	280	5,8
Serviços prestados principalmente as empresas	152	5,3	232	5,9	239	4,9
Total do município de Marília	2.846	100	3.935	100	4.846	100

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A maior parte das atividades selecionadas comparecem em todos os anos selecionados, sem dúvida a principal é o *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*, no ano de 1994 esta atividade possuía 996 estabelecimentos e concentrava 35% das empresas locais, os números absolutos continuam subindo chegando em 2003 a contar com 1.572 estabelecimentos ou 32,4% das empresas locais, relacionado a tabela 20 com a 19, pode-se concluir que esta atividade concentra o maior número de estabelecimentos do setor de comércio. A atividade de *agricultura, pecuária e serviços relacionados* é a segunda mais importante, nos anos de 1998 e 2003 encontramos o mesmo número de estabelecimentos, a diferença foi nas porcentagens, no último ano da série 9,4% de todas as empresas do município encontravam-se nesta atividade. A atividade da *construção* corresponde, neste nível de desagregação, ao setor de construção civil, por tanto segue o mesmo movimento já descrito para o setor. A atividade de *saúde e serviços sociais* é a última a perpassar toda a tabela, esta atividade dobra o número de empresas, passa de 151 estabelecimentos em 1994 para 371 estabelecimentos em 2003, chegando ao final do recorte temporal a concentrar 7,7% do número de estabelecimentos.

A atividade de *serviços prestados principalmente as empresas* concentra de forma destacada empresas até o ano de 1998 quando atinge 232 estabelecimentos ou 5,9% das empresas locais, no ano seguinte deixa de figurar na lista das principais atividades nesta variável. A atividade de *alojamento e alimentação* aparece apenas em 2003 com 280 estabelecimentos ou 5,8% do total de empresas do município de Marília.

Com destaque para as principais atividades dos grandes setores do comércio e agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, nota-se que nestes setores algumas poucas atividades concentram a maior parte dos estabelecimentos, como é o caso das atividades comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos e agricultura, pecuária e serviços relacionados. Fica destacada a falta de mobilidade das categorias econômicas que mais possuem empresas no município de Marília, elas se alteram pouco no decorrer dos anos.

Para acompanhar de forma verticalizada o movimento apontado acima lançaremos mão da CNAE/95 de 217 categorias até 1998 e 223 categorias no ano de 2003.

Marília – Tabela 31: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista de outros produtos	520	18,3	675	17,2	925	19,1
Atividades de atenção à saúde	142	5	270	6,9	351	7,2

Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	206	7,2	244	6,2	325	6,7
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	112	3,9	167	4,2	321	6,6
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação	99	3,8	266	3,2	256	5,3
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	119	4,2	162	4,1	178	3,7
Produção mista: lavoura e pecuária	48	1,7	212	5,4	42	0,9
Comércio varejista não especializado	122	4,3	133	3,4	122	2,5

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Nesta divisão CNAE/95, encontramos um número maior de atividades. A maior parte delas é encontrada apenas em um dos anos selecionados. As atividades que se repetem são três; a primeira, que congrega o maior número de empresas, é o *comércio varejista de outros produtos*, através da tabela acompanhamos um crescimento contínuo das unidades chegando em 2003 com 925 estabelecimentos concentrando 19,1% dos estabelecimentos municipais. Outra é a *atividades de atenção à saúde*, também apresentando crescimento contínuo chega em 2003 com 351 empresas ou 7,2% dos estabelecimentos locais. A atividade de *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados*, assim como as anteriores, pode ser observada em todos os momentos da tabela 31 e aumenta seus números absolutos, contudo, difere das demais quanto às porcentagens, em 2003 esta atividade contou com 6,7% das empresas locais e em 1994 este número chegou a 7,2%.

As atividades de *comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo* e *comércio varejista não especializado* possuem destaque apenas em 1994 e contam no máximo com 4,3% das empresas locais cada uma. A atividade *produção mista: lavoura e pecuária* com 212 estabelecimentos e 5,4% das empresas locais, aparece apenas no ano de 1998. Em 2003 temos apenas uma atividade exclusiva a *construção de edifícios e obras de engenharia civil* com 321 estabelecimentos. A única atividade encontrada em 1998 e 2003 é a de *restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação* que embora tenha diminuído suas unidades chega ao final da série histórica com 256 estabelecimentos ou 5,6% do total de empresas do município de Marília.

4.4.2 Renda Média

Assim como nas cidades anteriores, a variável renda média provém da divisão do número de trabalhadores total do município e de cada setor, pelo número de salários mínimos pagos em cada setor e pelo total de salários mínimos injetados em toda a economia formal do município de Marília. A tabela 22 abaixo aponta os números da série histórica.

Marília – Tabela 32: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador, distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003 e divididos por setor

	nº de empregados			nº absoluto de salários mínimos			Renda média		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	13.465	11.353	10.497	59.090,04	53.869,28	40.369,64	4,39	4,74	3,85
Construção civil	2.026	3.705	2.176	6.444,79	13.145,75	5.725,65	3,18	3,55	2,63
Comércio	11.138	12.030	9.356	35.740,05	41.924,96	22.544,48	3,21	3,49	2,41
Serviços	12.585	19.233	18.503	62.351,92	114.893,03	84.655,47	4,95	5,97	4,58
Agropecuária extrativismo vegetal, caça e pesca	1.481	2.231	1.085	5.088,46	4.175,88	1.745,18	3,44	1,87	1,61
Outros/Ignorado	4.509	1	X	25.589,12	X	X	5,68	X	X
Total	45.204	48.553	41.617	194.304,38	228.009,90	155.040,42	4,3	4,70	3,73

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A renda média total da cidade de Marília no ano de 1994 foi de 4,30 salários, a maior parte dos grandes setores econômicos pagavam rendas médias abaixo deste montante, assim, os trabalhadores do setor de *construção civil* possuíam remuneração média de 3,18 salários sendo a pior renda média da cidade, as atividades relacionadas ao *comércio* pagavam 3,20 salários em média; já a *indústria* pagava 3,41 salários em média e o setor *agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca* pagava 3,44 em média aos seus funcionários. Os grandes setores que destoavam desses números foram o de *serviços*, que pagava em média 5,70 salários a seus empregados e o agrupamento *Outros/Ignorados* que pagava 5,77 salários em média. Estes dois últimos setores foram os responsáveis por elevar a renda média da cidade no ano de 1994.

No ano de 1998, a renda média da cidade de Marília subiu para 4,7 salários. Sendo que o grande setor que pagava os piores salários foi o de agropecuária, extrativismo vegetal caça e pesca com uma renda média de 1,87 salários, seguido pelo setor de construção civil com 3,55 salários, setor de comércio 3,49 salários, e o setor industrial que subiu significativamente para 4,74 salários pagos em média para seus empregados. O setor de serviços continuava em 1998 sendo o que pagava as melhores remunerações médias a seus funcionários respectivamente 5,97 salários e foi o setor que obteve o maior acréscimo na

renda média paga a seus empregados de forma importante. O agrupamento denominado Outros/Ignorados perdeu força depois das mudanças metodológicas já descritas, perdendo significativamente sua importância nem sendo relacionado seus números.

Em 2003 a renda média do município cai para 3,73 salários mínimos, esta tendência de queda foi seguida por todos os setores, inclusive se comparado aos dados de 1994, a indústria, por exemplo, passou de 4,4 salários mínimos em 1994 para oferecer 3,85 salários mínimos em 2003, a construção civil passou de 3,2 salários mínimos para 2,63 salários mínimos, o comércio de 3,2 para 2,4 salários mínimos, a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca passou de 3,4 salários para 1,61 salários e se tornou o setor a oferecer as piores remunerações médias no município. Junto com a indústria o setor de serviços ofereceu renda média superior à renda média oferecida no município, os trabalhadores dos serviços receberam em média 4,6 salários mínimos e foram os que receberam os melhores salários.

Na busca de um melhor exame dos grandes setores, estes serão decompostos em 59 atividades econômicas, as principais estão destacadas na tabela 33.

Marília – Tabela 33: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Intermediação financeira	16,88	17,32	11,83
Eletricidade, gás e água quente	X	13,3	9,39
Seguros e previdência complementar	5,94	7,43	7,24
Educação	6,56	9,65	6,74
Administração pública, defesa e seguridade social	6,46	5,7	5,39
Transporte aéreo	24,72	27,11	X
Total do município de Marília	4,3	4,67	3,73

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Algumas atividades se repetem e a principal delas é a *intermediação financeira* que em 1994 pagou a seus trabalhadores em média 16,88 salários mínimos, em 1998 observa-se o maior patamar com 17,32 salários mínimos, estes rendimentos caem no ano de 2003 para 11,83 salários mínimos. As atividades de *seguros e previdência complementar* e *educação*, também constam nos três anos selecionados e mais uma vez 1998 apresenta as melhores rendas médias, o que entendemos ser uma tendência do município.

A *administração pública, defesa e seguridade social* consta apenas nos dados dos anos de 1994 pagando 6,46 salários mínimos e em 2003 5,39 salários mínimos em média. A atividade de *transporte aéreo* aparece apenas em 1994 e 1998 oferecendo as melhores rendas

médias de todo o recorte temporal, esta atividade não é mais encontrada no município de Marília no ano de 2003. A atividade de *eletricidade, gás e água quente* aparece nos anos de 1998 e 2003, sendo que há uma queda nos rendimentos de um ano a outro.

As 59 atividades serão decompostas em 217 até 98 e a 223 categorias em 2003, selecionaremos as cinco principais para os anos de 1994, 98 e 2003 (tabela 34).

Marília – Tabela 34: Renda média das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 217 e 223 categorias, para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Intermediação monetária - depósitos a vista	17	17,79	12,45
Previdência complementar	1,83	2,28	9,41
Produção e distribuição de energia elétrica	X	13,3	9,39
Ensino superior	X	10,62	8,18
Seguros de vida e não-vida	6,16	7,78	7,86
Movimentação e armazenamento de cargas	8,65	8,25	6,49
Transporte aéreo, não-regular	29,12	27,11	X
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	20,8	17,87	1,94
Serviço de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	8,41	4,68	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Apenas a atividade de *intermediação monetária – depósitos a vista* aparece em todos os anos da tabela 34, mais uma vez é no ano de 1998 que encontramos a melhor renda média com 17,79 salários mínimos. As atividades de *produção e distribuição de energia elétrica e ensino superior* aparecem apenas nos anos de 1998 e 2003, seguindo a tendência de achatamento salarial no ano de 2003. As atividades de *transporte aéreo, não regular*, que engloba segmentos como as empresas de táxi aéreo, e *fabricação de produtos químicos inorgânicos* aparecem apenas em 1994 e 1998, contudo, é no ano de 1994 que encontramos as melhores rendas médias, quebrando uma das tendências municipais.

As atividades de *serviço de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado, movimentação e armazenamento de cargas, previdência complementar e de seguros de vida e não-vida*, apresentaram números relevantes em apenas um dos anos selecionados.

4.4.3 Número de Trabalhadores

O município de Marília apresentou no período de 1994 a 1998 um acréscimo de trabalhadores em sua economia formal da ordem de pouco mais de 3.300 empregados, passando de 45.204 para 48.553. No ano de 2003 o número de trabalhadores diminuiu passando para 4.1617 empregados, a queda do número de empregados de 1994 a 2003 gira em torno de 7,9%.

Marília – Tabela 35: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	4.185	4.720	3.384	4.269	2.895	2.203	5.011	3.716	4.910
Comércio	8.505	9.933	7.469	1.456	901	493	1.177	1.196	1.394
Serviços	5.995	7.882	6.465	1.034	1.605	1.306	5.556	9.746	10.732
total	18.685	22.557	17.318	6.759	5.401	4.002	11.744	14.658	17.036
% total	41,3	46,5	41,6	15	11,1	9,6	26	30,2	40,9

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

As micro e pequenas empresas (tabela 35) detêm a maior parte dos trabalhadores durante toda a série histórica, em 1994 eram 18.685 trabalhadores o que correspondeu a 41,3% da massa trabalhadora no período, em 1998 eram 22.557 trabalhadores ou 46,5% dos trabalhadores, esta foi a maior concentração de trabalhadores em micro e pequenas empresas, em 2003 a porcentagem ficou pouco acima das de 1994 chegando a 41,6% dos trabalhadores, porém os números absolutos caíram a 17.318 empregados em empresas de micro e pequeno porte. O segundo porte de empresa a que mais empregou no município foi o das grandes empresas, em 1994 eram 11.744 trabalhadores alocados em empresas deste porte o que correspondeu a 26% dos trabalhadores, no ano de 1998 eram 14.658 trabalhadores chegando a empregar 30,2% dos trabalhadores, ao inverso de outros portes de empresas, as grandes mantiveram o processo de acúmulo de empregados chegando em 2003 a 17.036 trabalhadores correspondendo a 40,9% deles. Nota-se que em 2003 o número de trabalhadores em micro e pequenas empresas e o em grandes empresas são muito próximos, a diferença não chega a 300 trabalhadores. As médias empresas por sua vez, foram as únicas a perderem empregados nos três anos em análise, em 1994 possuíam 6.759 trabalhadores o que lhe valeu 15% dos empregados, em 1998 os números caíram para 5.401 trabalhadores ou 11,1% dos empregados, em 2003 os trabalhadores alocados nestas empresas chegaram a 4.002 correspondendo a 9,6% dos trabalhadores do município de Marília.

Empresas de outros setores possuíam, em 1994, 17,7% dos trabalhadores ou 8.016 empregados; desses, 2.026 estavam na construção civil, 1.481 na agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, e 4.509 empregados no agrupamento outros/ignorados, ou seja, mais da metade dos empregados estavam em uma categoria que perdera força no decorrer do recorte temporal, reflexo disto aparece nos números de 1998, encontrava-se na construção civil 3.705 trabalhadores e na agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca 2.231 trabalhadores somando neste ano 5.937 trabalhadores. Em 2003 estes setores perdem ainda mais representatividade chegando a 3261 trabalhadores que correspondiam a 7,8% dos empregados do município, a construção civil possuía 2176 trabalhadores um aumento pequeno se comparado anos números de 1994 e a agropecuária chega a 1085 trabalhadores, o menor número durante a série histórica.

Em relação aos outros setores a indústria foi o único que apresentou queda durante toda a série histórica, passou de 13.465 trabalhadores em 1994, para 11.353 trabalhadores em 1998 e a 10.497 trabalhadores em 2003, este setor empregava 29,8% da mão de obra do município em 1994 chegando a 2003 correspondendo a 25,2% dos trabalhadores. Os setores do comércio e dos serviços atingiram seus picos de empregados em 98, o comércio passou de 11.138 trabalhadores em 1994, para 12.030 trabalhadores em 1998 e para 9.356 trabalhadores em 2003, sua porcentagem de trabalhadores também caem, em 1994 correspondia a 24,6% e em 2003 a 22,5% dos trabalhadores do município. O setor de serviços manteve durante toda a série histórica o posto de maior empregador, além de ter concentrado ainda mais o número de trabalhadores, em 1994 eram 12.585 trabalhadores o que lhe valeu 27,8% dos trabalhadores, em 1998 havia 19.233 trabalhadores e em 2003 este setor chegou a 18.503 trabalhadores ou 44,5% dos trabalhadores do município de Marília encontravam-se neste setor.

Observa-se que o aumento substancial de empregados no município entre 1994 e 1998 ocorre sobre tudo, no setor de serviços. Em relação a 2003 todos os setores perderam empregados se comparado a 1998, o único a perder durante toda a série foi a indústria. Fica claro também a importância das empresas de grande porte, que criaram postos de trabalho em um período de diminuição dos quadros de trabalhadores, chegando inclusive, a dividir importância com as micro/pequenas empresas, que em 1994 concentrava de forma destacada os empregos do município.

Verticalizando a análise das atividades que mais empregavam, observamos a tabela 36, que aponta as principais categorias econômicas.

Marília – Tabela 36: Número de trabalhadores por atividades econômicas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	7.715	17,07	8.413	17,33	6.640	15,96
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	5.395	11,93	4.543	9,36	5.641	13,55
Administração pública, defesa e seguridade social	2.592	5,73	3.301	6,80	4.321	10,38
Saúde e serviços sociais	1.787	4,0	1.942	4,0	3.789	9,1
Educação	416	0,9	4.554	9,38	2.469	5,93
Construção	2.026	4,5	3.705	7,63	2.176	5,2
Transporte terrestre	2.149	4,75	2.033	4,2	1.563	3,8
Ignorado	4.388	9,71	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Nota-se que no final da série histórica três atividades, uma comercial, outra industrial e a um pública, concentraram de forma destacada o número de trabalhadores na economia local, quase 40% dos trabalhadores estão nestas atividades. As atividades de *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*, *fabricação de produtos alimentares e bebidas* e *administração pública, defesa seguridade social*, concentrando a maior parte dos trabalhadores durante toda a série histórica, porém é necessário destacar o crescimento abrupto da atividade ensino, que anteriormente não figurava entre as principais atividades e em 1998 passou a empregar quase 10% da mão-de-obra formal de Marília e tornou-se uma das atividades que mais empregava no ano em questão, ressaltamos também que esta atividade apresenta queda em seus quadros no ano de 2003, mas ainda figura entre as principais do município nesta variável.

A atividade de *saúde e serviços sociais* consta apenas na listagem do ano 2003, importe ressaltar que esta atividade aparece com grande relevância empregando 9,1% dos trabalhadores em 2003. As atividades de *construção*, *transporte terrestre* e o agrupamento *ignorados* apenas aparecem em um ano da série histórica.

Para entender de forma mais apurada o movimento das principais atividades que absorviam a mão-de-obra, dividiremos as 59 atividades em 217 até o ano de 1998 e em 223 categorias no ano de 2003 (tabela 37).

Marília – Tabela 37: Número de trabalhadores por atividades de acordo com a CNA/95 de 217 e 223 atividades econômicas para os anos de 1994, 1999 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Fabricação de outros produtos alimentícios	4.842	10,7	4.017	8,3	5.363	12,8
Administração do Estado e da política econômica e social	2.586	5,7	3.292	6,8	4.321	10,4
Atividades de atenção à saúde	1.672	3,7	1.863	3,8	3.609	8,7
Comércio varejista de outros produtos	3.528	7,8	3.711	7,6	3.184	7,6
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	1.423	3,2	3.058	6,3	1.804	4,3
Ensino superior	X	X	3.436	7,1	1.654	4,0
Outros transportes terrestres	2.149	4,75	2.033	4,2	1.563	3,8
Comércio varejista não especializado	1.981	4,4	1.955	4,0	1.396	3,4
Ignorado	4.388	9,7	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Acompanhando o movimento das atividades não podemos deixar de apontar a importância da indústria de alimentos, através da atividade *fabricação de outros produtos alimentícios*, para o município de Marília, durante todo o recorte temporal esta atividade figura como a principal atividade empregadora do município, sendo que em 2003 ela chega a concentrar 12,9% dos trabalhadores o que correspondeu a 5.363 trabalhadores do município. Conforme apontamos anteriormente a atividade de *Administração do Estado e da política econômica e social* ganha força e torna-se a segunda maior empregadora no ano de 2003.

Duas atividades possuem movimento interessante por perderem empregados, mas continuar na lista das mais importantes nos anos de 1998 e 2003, são elas *comércio varejista de outros produtos* e *construção de edifícios e obras de engenharia civil*. A atividade de *ensino superior* aparece apenas em 1998, contudo ela fica muito próxima para constar no ano de 2003; ao todo, esta atividade teve 1.654 empregados e concentrou 4% dos trabalhadores, números insuficientes para figurar na lista. A atividade de *atividades de atenção à saúde* foi uma das mais importantes no ano de 2003, contando com 3.609 trabalhadores ou 8,67% dos trabalhadores municipais. As atividades de *outros transportes terrestres*, *comércio varejista não especializado* e o agrupamento ignorado, aparecem apenas em 1994. Vale destacar que o agrupamento *ignorados*, embora muito forte em 1994, perde atividades agregadas a ele, sendo insignificante em 1998 e desaparecendo das codificações feitas pelo SGTmicro em 2003.

4.5 Presidente Prudente

4.5.1 Número de Empresas

Acompanhado e analisando agora a variável número de empresas do município de Presidente Prudente, observamos um aumento contínuo dos números, em 1994 havia no município 3.868 empresas, no ano de 1998 havia 4.441 empresas, registrando assim um aumento de 14,8%, no ano seguinte o aumento foi maior chegando em 2003 a 5.340 empresas, se comparamos este número com o princípio do recorte temporal o aumento foi da ordem de 38%.

No ano de 1994 o setor que mais possuía empresas era o comercial com 1.736 estabelecimentos detendo 44,9% dos estabelecimentos do município, em seguida temos o setor de serviços com 1.240 estabelecimentos ou 32,1% dos estabelecimentos, o setor industrial com 373 estabelecimentos ou 9,6% dos estabelecimentos, o setor da construção civil com 242 estabelecimentos ou 6,3% dos estabelecimentos e o setor da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 199 ou 5,1% dos estabelecimentos do município de Presidente Prudente. Neste ano o agrupamento Outros/Ignorados possuía 78 estabelecimentos congregados a ele, contudo no decorrer da série histórica este agrupamento deixa de obter empresas agregadas a ele e desaparece.

Em 1998 acompanhamos crescimento dos números de estabelecimentos de todos os setores, as posições não se alteram, portanto, o comércio conta com 1.986 estabelecimentos reduzindo minimamente sua participação para 44,7%, os serviços contavam com 1.509 estabelecimentos aumentando sua participação para 34%, a indústria com 378 estabelecimentos reduzindo sua participação em mais de um ponto percentual chegando a 8,5%, a construção civil chega a 291 estabelecimentos e a 6,6% e o setor da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca chega a 273 estabelecimentos e conta com 6,1% dos estabelecimentos do município de Presidente Prudente.

No ano de 2003 observa-se que todas as atividades acompanham o movimento de aumento dos números de estabelecimentos do município, a posição dos setores permanecem inalteradas, nada obstante, no decorrer da série contata-se o aumento relevante das empresas na construção civil, este setor obteve crescimento de aproximadamente 61%, chegando em 2003 a 390 estabelecimentos ou 7,3% das empresas, com menos expressão, mas com o segundo maior crescimento do número de estabelecimentos temo o setor da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 46,7% de crescimento chegando em 2003 com 292 estabelecimentos, o setor do comércio obteve 45,5% de crescimento de seus estabelecimentos,

consolidando sua posição de maior setor quanto ao número de empresas, chegando a 2.527 estabelecimentos ou 47,3% das empresas do município, em seguida temos o setor de serviços com crescimento de 39,3%, seus números absolutos chegam a 1.728 estabelecimentos, o que lhe valeu 34% dos estabelecimentos do município. A indústria foi o setor que menos cresceu, de 1994 a 2003 aumentou em 8% o número de estabelecimentos industriais, chegando a 403 estabelecimentos no final do recorte temporal. Apenas o setor industrial e de serviços obtiveram crescimentos no número de empresas inferior ao crescimento da cidade.

A tabela 38 traz os números de empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, segundo o porte da empresa, assim, acompanharemos em que porte de empresas ocorreram os aumentos mais significativos do número de estabelecimentos.

Presidente Prudente – Tabela 38: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	358	369	389	15	9	11	0	0	3
Comércio	1.710	1.964	2.509	20	18	15	6	4	3
Serviços	1.198	1.465	1.682	25	23	27	17	21	19
total	3.266	3.798	4.580	60	50	53	23	25	25
% total	84,4	85,5	85,8	1,55	1,13	0,99	0,59	0,56	0,47

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

De forma direta podemos notar a proeminência do número de estabelecimentos de micro/pequeno porte, responsáveis pela maioria acentuada do número de empresas nos setores. No ano de 1994 eram ao todo 3.266 estabelecimentos deste porte, nos anos seguintes estes números aumentam, chegando em 1998 a 3.798 estabelecimentos e a 4.580 estabelecimentos no ano de 2003, é neste ano que as micro e pequenas empresas obtêm 85,8% das empresas do município, esta foi a maior participação deste porte de empresas. O setor que mais possuía empresas deste porte foi o de comércio, chegando em 2003 a ter mais da metade dos estabelecimentos de micro/pequeno porte.

As médias empresas respondiam por 1,55% das empresas do município no ano de 1994, esta porcentagem equivaleu a 60 estabelecimentos, a maioria estava no setor de serviços, ao todo eram 25 empresas deste porte neste setor. Em 1998 os números das médias empresas caíram, chegando a 50 estabelecimentos a maioria ainda nos serviços. Em 2003 o número de média empresa voltou a subir chegando a 53 estabelecimentos, números inferiores

ao primeiro ano analisado. O setor de serviços manteve sua posição chegando a 27 empresas, nota-se que esta foi a maior concentração de empresas durante toda a série histórica em um setor, o comércio ainda mantém o segundo maior número de empresas deste porte chegando a 15, o pior desempenho deste setor durante a série histórica. A indústria, assim como o setor de serviços, apresenta aumento do número de médias empresas, ao todo foram 11 estabelecimentos, número inferior a 1994.

As grandes empresas, por sua vez, apresentaram aumento de dois estabelecimentos de 1994 a 1998, chegando neste último ano a 25 empresas, este número de empresas se manteve no final do recorte temporal. Em 1994 haviam 17 estabelecimentos de grande porte nos serviços, passando a 21 empresas em 1998 e decaindo a 19 empresas em 2003. O pior desempenho cabe ao setor comercial, que apresentou decréscimo do número de estabelecimentos durante todo o período, em 1994 eram seis estabelecimentos em 1994, passaram a quatro em 1998 e a três no ano de 2003. A indústria não possuía estabelecimentos de grande porte nos anos de 1994 e 1998, as primeiras indústrias deste porte surgiram em 2003, ao todo eram três estabelecimentos.

Após observarmos o comportamento do número de estabelecimentos em grandes setores e depois através do porte de empresas, lançaremos mão da divisão CNAE/95 de 59 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003 (tabela 39).

Presidente Prudente – Tabela 39: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1.226	31,7	1.428	32,2	1.851	34,7
Comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	321	8,3	384	8,6	462	8,7
Construção	242	6,3	291	6,6	390	7,3
Saúde e serviços sociais	245	6,3	302	6,8	379	7,1
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	197	5,1	270	6,1	288	5,4
Serviços prestados principalmente às empresas	214	5,5	260	5,9	254	4,8

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A tabela 39 mostra uma estabilidade no tempo quanto às atividades que concentram o maior número de empresas. Como em municípios anteriores a atividade de *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos* detêm o maior número de estabelecimentos chegando em 2003 a concentrar 34,7% das empresas do município prudentino. Outra atividade do comércio tem destaque é o *comércio e representação de*

veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis, mais uma vez o ano de 2003 apresenta o melhor desempenho para as atividades, aliás, esta é uma tendência para as atividades que perpassam toda a tabela. Outras duas atividades encontradas nos três anos analisados são a *construção civil e saúde e serviços sociais*, as duas atividades possuem números muito parecidos chegando em 2003 a concentrar no mínimo 7,1% das empresas do município.

A atividade de *serviços prestados principalmente às empresas* foi selecionada apenas no ano de 1994. Já a atividade de *agricultura, pecuária e serviços relacionados* foi selecionada nos anos de 1998 e 2003, embora o último ano não tenha sido o de melhor desempenho foi o que apresentou o maior número absoluto de estabelecimentos, ou seja, aumentou o número de empresas desta atividade, mas não no mesmo ritmo das demais.

Com a tabela acima confirmamos a importância do setor comercial, sobre tudo da atividade *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos* que permaneceu no topo da lista durante toda a série histórica. Para chegarmos mais próximo das principais atividades, vamos pormenorizar a divisão dos setores em 217 e 223 atividades econômicas de acordo com a CNAE/95, estes números serão apresentados na tabela 40 abaixo.

Presidente Prudente – Tabela 40: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas através da CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista de outros produtos	636	16,4	785	17,7	1.068	20,0
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	322	8,3	305	6,9	378	7,1
Atividades de atenção à saúde	238	6,2	289	6,5	365	6,8
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	184	4,8	237	5,3	344	6,4
Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores	154	4,0	190	4,3	286	5,4

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Fica claro que as principais atividades se mantêm, mais que isso, do começo ao fim do recorte temporal a maioria das atividades selecionadas aumentam seu número de empresas e aumentam sua participação junto ao município caracterizando uma concentração ainda maior de empresas em poucas atividades econômicas, com exceção da atividade de *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados*, embora tenha aumentado o número de absoluto de empresas, diminuiu sua participação junto ao município. Confirma-se que as empresas comerciais são as que concentram o maior número de empresas na economia

prudentina, os demais setores aparecem com números bastante reduzidos de atividades, sendo que o setor industrial não tem atividades na lista.

4.5.2 Renda Média

A análise do comportamento da mão-de-obra no município de Presidente Prudente, começa pela renda média oferecida, primeiramente pelos grandes setores e pelas atividades econômicas divididas pela CNAE/95 a seus funcionários. A renda média é média em salários mínimos, com seus valores referentes a cada ano analisado. Sendo assim, a tabela 41 nos traz os números totais de salários pagos por setor, os números de trabalhadores por setor e a divisão destas duas variáveis formando a renda média.

Presidente Prudente – Tabela 41: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador, distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003 e divididos por setor

	nº de empregados			nº absoluto de salários mínimos			renda média		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	8.470	6.495	9.090	36.960,61	31.961,05	29.301,70	4,36	4,92	3,22
Construção civil	8.598	6.664	1.789	23.806,24	28.693,69	6.021,92	2,77	4,31	3,37
Comércio	14.510	14.450	10.679	53.513,34	52.815,38	27.008,41	3,69	3,66	2,53
Serviços	19.407	24.137	21.552	95.145,39	148.421,00	90.356,81	4,90	6,15	4,19
Agropecuária extrativismo vegetal, caça e pesca	765	733	573	3.062,00	1.994,56	1.569,04	4,00	2,72	2,74
Outros/Ignorado	3.506	9	X	24.193,54	21,33	X	6,90	2,37	X
Total	55.256	52.488	43.683	236.681,12	263.907,01	154.257,88	4,28	5,03	3,53

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Analisando a tabela 41, nota-se a queda relevante das três variáveis abarcadas na tabela e, desde já, salientamos que o número de trabalhadores será analisado separadamente na sequência, assim como nas outras cidades. O número absoluto de salários mínimos pagos apresenta crescimento de 1994 a 1998 chegando neste último a 263.907,01 salários mínimos, contudo estes números caem drasticamente no ano de 2003, chegando a 154.257,88 salários mínimos, ou seja, deixam de circular na cidade aproximadamente 82.423,24 salários mínimos. A renda média apresenta movimento semelhante, passa de 4,28 salários mínimos em 1994

para 5,03 salários mínimos em 1998 e em 2003 estes números não ultrapassam 3,53 salários mínimos em média.

A maioria dos setores apresentou redução dos rendimentos pagos a seus empregados no final da série histórica, com exceção da construção civil, que pagava 2,77 salários mínimos em 1994 e passou a 3,37 salários mínimos em 2003. Durante toda a série histórica o setor que pagou as melhores rendas médias foi o de serviços, em 1994 um assalariado deste setor recebia 4,90 salários mínimos, em 1998 ofereceu a melhor remuneração chegando a 6,15 salários mínimos e a 4,19 em 2003, aliás, este setor apresentou em todos os momentos analisados renda média superior a do município. No ano de 1994 o setor indústria oferecia o segundo melhor rendimento do município ao todo eram 4,36 salários mínimos, após aumento no ano seguinte este setor fecha o recorte temporal pagando 3,22 salários mínimos. A agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca pagava em 1994 4 salários mínimos a seus empregados após forte queda no ano de 1998 chegando a pagar seu empregados com 2,72 salários mínimos, este setor no ano de 2003 quase que mantém a renda média do ano anterior passando a remunerar seus empregados com 2,74 salários mínimos, para uma seqüência de queda, este movimento de leve aumento torna-se relevante, aliás, este foi o único setor que manteve sua renda média pra o ano de 2003. O setor do comércio se destaca por ser o que pior remunerou seus empregados no final da série histórica selecionada, este setor pagou em 1994 3,69 salários mínimos a seus funcionários e no ano de 2003 pagou apenas 2,53 salários mínimos, a pior renda do ano.

Os grandes setores acima analisados serão decompostos em 59 categorias econômicas de acordo com a CNAE/95 (tabela 42) e posteriormente em 217 e 223 atividades econômicas também em relação à CNAE/95 (tabela 43), assim, poderemos observar as principais atividades econômicas responsáveis por elevar a renda média da cidade.

Presidente Prudente – Tabela 42: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Intermediação financeira	14,79	17,09	11,70
Captação, tratamento e distribuição de água	16,37	16,86	11,51
Transporte aéreo	17,11	11,23	7,80
Eletricidade, gás e água quente	7,98	8,86	6,58
Seguros e previdência complementar	8,75	10,21	6,08
Renda média do município	4,28	5,03	3,53

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A variável anterior mostrou pequena variação das principais atividades selecionadas, nesta variável e com este recorte de 59 categorias de acordo com a CNAE/95, nota-se que a mobilidade é ainda menor, as atividades se repedem em toda a tabela 32. Gostaríamos de destacar as atividades *intermediação financeira e captação, tratamento e distribuição de água*, estas atividades pagaram a seus empregados no ano de 2003 as melhores rendas médias, acima de 11 salários mínimos. Faz-se mister, ressaltar o latente achatamento dos rendimentos médios nas principais atividades do município, acompanhando uma tendência local.

Para trabalharmos com um montante de atividades que não torne o trabalho oneroso, decidimos que o limite para entrar na lista será de seis salários mínimos para todos os anos, assim a tabela 43 apresenta as seguintes atividades.

Presidente Prudente – Tabela 43: Renda média das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Intermediação monetária - depósitos a vista	14,99	17,35	11,89
Geração, purificação e distribuição de água	16,37	16,86	11,51
Previdência privada	8,04	14,66	8,11
Transporte aéreo, regular	3,72	7,36	7,80
Telecomunicações	13,73	12,49	7,36
Transporte aéreo, não-regular	37,21	70,47	X
Fabricação de cimento - inclusive clínquer	8,32	15,22	2,83
Atividades de agências de notícias	14,42	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A tabela 43 traz um número maior de atividades que concentraram as principais rendas médias do município. Apenas duas atividades se repetem durante toda a série histórica, são elas a *intermediação monetária – depósitos a vista* e a *geração, purificação e distribuição de água*, estas atividades tiveram desempenho bastante parecido com um período de aumento salarial de 1994 a 1998, e uma queda significativa de 1998 a 2003.

O *transporte aéreo, não-regular* foi a principal atividade da economia local até 1998 quando pagou a seus empregados em média 70,47 salários mínimos. A *previdência privada* ganha destaque a partir de 1998, tendo uma importante queda em 2003, mas se mantendo entre as principais atividades do ano. A atividade de *telecomunicações* aparece primeiro em 1994 pagando 13,73 salários mínimos em média, aparecendo novamente apenas em 2003 pagando em média 7,36 salários mínimos. Algumas atividades aparecem apenas em um dos anos selecionados, em 1994 temos as *atividades de agência de notícias*, em 1998 a *fabricação de cimento - inclusive clínquer* e em 2003 temos a atividade *transporte aéreo, regular*.

As atividades com maior destaque em 1998 pagavam em média a seus trabalhadores rendas acima de dez salários mínimos, em 2003 apenas duas atividades se encontram acima deste valor, das demais atividades selecionadas uma pagava pouco mais de oito salários mínimos e as demais abaixo deste valor. Mais um indício do achatamento salarial, encontrado também nas demais economias das cidades médias selecionadas.

4.5.3 Número de Trabalhadores

O número de trabalhadores do município de Presidente Prudente será analisado em um primeiro momento através do porte das empresas nos setores da indústria, comércio e serviços, na tabela 44. Os grandes setores serão divididos em 59 categorias econômicas (tabela 45) e mais tarde em 2117 e 223 categorias econômicas (tabela 46), ambas as divisões de acordo com a CNAE/95.

Presidente Prudente – Tabela 44: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	4.382	3.951	3.068	4.088	2.544	2.704	0	0	3.318
Comércio	11.276	11.839	8.961	1.849	1.660	1.021	1.385	951	697
Serviços	9.283	10.343	8.038	2.207	2.039	1.975	7.917	11.755	11.539
total	24.941	26.133	20.067	8.144	6.243	5.700	9.302	12.706	15.554
% total	45,1	49,8	45,9	14,7	11,9	13	16,8	14,1	35,6

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Analisando a tabela 44, nota-se a relevância, assim como nas demais cidades, das empresas de micro/pequeno porte, em 1994 este porte de empresa abarcava 45,1% dos trabalhadores do município e o equivale a aproximadamente 25 mil empregados. O setor responsável por agregar a maioria dos empregados era o comercial, que contava com 11.276 trabalhadores, o setor de serviços aparecia em seguida com 9.283 trabalhadores e o setor industrial contava com 4.382 trabalhadores. No ano de 1998 com exceção da indústria que reduziu seu quadro de trabalhadores a 3.951 empregados, os outros dois setores apresentaram aumento, o comércio possuía 11.276 trabalhadores e os serviços com 10.343, estes acréscimos

foram os responsáveis por aumentar a participação das micro e pequenas empresas junto ao município, ao todo eram 26.133 trabalhadores neste porte de empresa o que lhe valeu 49.8% dos trabalhadores. Em contrapartida, o ano de 2003 não se apresentou favorável a este porte de estabelecimento, os números de empregados caíram para 20.067 trabalhadores e o seu percentual ficou próximo a 46%, todos os setores apresentaram redução, o comércio perdeu quase três mil empregados e chegou a 8.961 trabalhadores, o setor de serviços passou a contar com 8.038 trabalhadores e a indústria contou com 3.068 trabalhadores.

As médias empresas tiveram movimento diferente das micro e pequenas, o número de trabalhadores diminuiu de forma contínua no decorrer da série histórica, em 1994 este setor contava com 8.144 trabalhadores com uma participação de 14,7% dos empregados do município, sendo que a indústria empregava mais da metade destes trabalhadores, ao todo eram 4.088 empregados, os serviços empregavam 2.207 trabalhadores e o comércio 1.849 trabalhadores. Em 1998 as médias empresas chegaram a sua menor participação com 11,9% ou 6.243 trabalhadores, mais uma vez a indústria foi o setor que mais empregou com 2.544 trabalhadores, os serviços com 2.039 trabalhadores e o setor comercial com 1.660 trabalhadores. Contrariando o movimento de queda, o setor industrial foi o único que apresentou acréscimo de trabalhadores no ano de 2003, este setor chegou a 2.704 empregados, o setor de serviços e de comércio continuou perdendo mão-de-obra, o primeiro tinha em seus quadros 1.975 empregados e o segundo 1.021 empregados. No ano de 2003 as médias empresas chegaram ao menor número de trabalhadores, este porte de empresa contava com apenas 5.700 empregados, contudo, sua participação junto ao município aumentou para 13%, o que para nós significa que a queda do número de empregados neste porte de empresa foi inferior aos demais portes.

Para finalizar temos as grandes empresas, que possuíam números completamente diferentes dos demais portes de empresas. As grandes empresas do município de Presidente Prudente apresentaram aumento contínuo de empregados, em 1994 eram 9.302 trabalhadores o que correspondia a 16,8% dos empregados, no ano de 1998 eram 12.706 trabalhadores, apresentando uma queda na participação para 14,1%, todavia, no ano de 2003 as grandes empresas passaram a contar com 15.554 trabalhadores, o que lhes valeu 35,6% dos empregados do município. Durante todo o recorte temporal o setor de serviços foi o grande responsável por absorver trabalhadores neste porte de empresa, ao todo foram 7.917 trabalhadores em 1994, subiu de forma relevante para 11.755 trabalhadores em 1998 e caindo para 11.539 trabalhadores em 2003. O setor comercial apresentou queda durante todo o período, pois em 1994 este setor chegou a 1.385 trabalhadores, em 1998 eram 951

trabalhadores e, em 2003, ele chegou à menor participação, com 697 empregados. A indústria, por sua vez, não possuía empregados em grandes empresas nos anos de 1994 e 1998, contudo, no ano de 2003 este setor contou com 3.318 empregados, sendo o setor responsável por aumentar a participação das grandes empresas junto ao número de empregados do município de Presidente Prudente.

Para selecionarmos as atividades que mais empregavam durante o período histórico analisado, será utilizada a CNAE/95 de 59 atividades econômicas.

Presidente Prudente – Tabela 45: Número de trabalhadores nas categorias econômicas selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias econômicas nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	8.491	15,37	9.054	17,2	6.905	15,8
Administração pública, defesa e seguridade social	X	X	3.377	6,4	5.085	11,6
Educação	X	X	4.763	9,1	4.240	9,7
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	X	X	X	X	3.826	8,8
Transporte terrestre	4.747	8,59	3.292	6,3	2.669	6,1
Comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	3.666	6,63	X	X	X	X
Construção	8.598	15,56	6.664	12,7	X	X
Ignorado	3.481	6,30	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Embora tenha perdido mais de 1.500 empregados do começo ao fim da série histórica, a atividade *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos* manteve o posto de maior empregadora, seguida desta vez, pela *administração pública, defesa e seguridade social*, que apresentou ganho de empregados durante todo o período. As atividades relacionadas com a *educação* e com a *fabricação de produtos alimentícios e bebidas* também apresentaram desempenhos importantes, a primeira aparecendo na lista desde 1998. A atividade de *transporte terrestre* perpassou toda a lista, embora tenha perdido postos de trabalho durante o período. A atividade de *construção* foi a que mais empregou em 1994, a partir deste ano ela começa a perder trabalhadores e não entra mais na lista em 2003.

Com a divisão das 59 atividades em 217 até o ano de 1998 e de 223 atividades no ano de 2003 segundo a CNAE/95, buscaremos através dos números da tabela 36 apontar quais atividades são responsáveis por concentrar o maior número de empregados.

Presidente Prudente – Tabela 46: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a CNAE/95 de 217 e 223 categorias econômicas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Administração do Estado e da política econômica e social	2.602	4,7	3.377	6,4	5.085	11,6
Comércio varejista de outros produtos	3.956	7,2	4.285	8,2	3.540	8,1
Ensino superior	X	X	3.681	7,0	3.248	7,4
Outros transportes terrestres	4.744	8,6	3.292	6,3	2.669	6,1
Atividades de atenção à saúde	X	X	X	X	2.356	5,4
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	7.930	14,4	6.156	11,7	X	X
Ignorado	3.481	6,3	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

O movimento de ascensão da atividade de *administração do Estado e da política econômica e social* em todos os anos analisados lhe confere o posto de maior empregador do município, chegando em 2003 a concentrar 11,6% dos trabalhadores locais. A atividade de *comércio varejista de outros produtos* apesar de apresentar queda em seus quadros termina a série histórica concentrando 8,1% dos trabalhadores ante 7,2% de 1994. *Outros transportes terrestres* aparecem na listagem de todos os anos, contudo, apresenta queda importante no número de seus empregados começa o período com 4.744 trabalhadores o que se traduz em 8,6% dos trabalhadores locais, chegando em 2003 com 2.669 empregados ou 6,1% dos trabalhadores locais.

Dentro das atividades de educação, a que mais concentra empregados é a de *ensino superior* que aparece em 1998 e se mantém em 2003 com pequena diminuição de postos de trabalho. Dentro da atividade de construção temos a *construção de edifícios e obras de engenharia civil*, que influencia o movimento da primeira. A atividade de *atividades de atenção à saúde* aparece apenas em 2003 com 2.356 trabalhadores e 5,4% dos empregados locais.

4.6 São José do Rio Preto

4.6.1 Número de Empresas

Para finalizarmos o trabalho de descrição e de análise, ainda que superficial, apresentamos os números do município de São José do Rio Preto. A primeira variável

analisada é a de número de empresas, esta variável apresentou aumento no período. No ano de 1994 o município contava com 5.673 empresas, em 1998 este número saltou para 7.417 estabelecimentos e chegou em 2003 a 9.474 estabelecimentos, registra-se um aumento de 67% no período. Em 1994 o setor que apresentou o maior número de estabelecimentos foi o comercial com 2.443 estabelecimentos concentrando 43,1% das empresas do município, em seguida temos o setor de serviços com 1.619 estabelecimentos ou 28,5% das empresas, a indústria contava com 785 estabelecimentos ou 13,8% das empresas, 364 estabelecimentos faziam parte do setor da construção civil o que lhe valeu 6,4% das empresas, o setor que menos possuía estabelecimentos foi o da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca com 230 estabelecimentos ou 4,1% das empresas do município. Neste ano em particular temos o agrupamento outros/ignorados com 232 estabelecimentos e 4,1% das empresas do município, como já mencionado anteriormente, este agrupamento de atividades econômicas deixa de ter destaque nos anos seguintes, inclusive desaparecendo no ano de 2003.

No ano 1998 notamos a mesma tendência de concentração das empresas, com uma pequena modificação de setores. O comércio mais uma vez, é o setor com maior número de estabelecimentos chegando a 3.268 empresas o que correspondeu a mais de 44% das empresas do município, não obstante temos o setor de serviços com aproximadamente 34% das empresas do município chegando a um total de 2.513 estabelecimentos, as empresas industriais somavam 947 unidades ou 12,8% das empresas. O setor da construção civil perde seu posto de quarto maior concentrador de empresas para o setor da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca que contava com 343 estabelecimentos e a construção civil contou com 340 estabelecimentos, a diferença mínima não é capaz de alterar suas porcentagens e ambos detêm 4,6% dos estabelecimentos do município. O único setor a reduzir os números absolutos de empresas foi o setor da construção civil. Levando em conta apenas a participação junto ao município de São José do Rio Preto, encontramos dois setores que apresentaram queda, a indústria e a construção civil.

Em 2003 mais uma vez o setor comercial apresentou o maior número de empresas eram 4.476 estabelecimentos, o aumento absoluto de empresas neste setor lhe rendeu 47,2% das empresas, aumentando ainda mais a concentração de estabelecimentos neste setor. O setor de serviços possuía 3.225 estabelecimentos ou 34% das empresas, este setor também aumentou sua participação no montante de empresas do município. A indústria por sua vez, acompanhou a tendência dos setores já mencionados e passou a contar com 1.114 estabelecimentos ou 11,8% das empresas, contudo, houve redução na sua participação junto ao município. A construção civil apresentou diminuição nos números de empresas e na sua

participação junto ao município, chegando a 329 estabelecimentos ou 3,5% das empresas, deixando este setor com o menor número de empresas da cidade, tendência já observada no ano de 1998. Para finalizar a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca passou a contar com 330 estabelecimentos ou 3,5% das empresas, embora observamos aumento nos números absolutos de empresas em relação ao ano de 1994, observa-se a diminuição da participação deste setor em relação a São José do Rio Preto.

A tabela 47 traz os números das empresas alocadas pelo seu porte divididas entre os setores da indústria, comércio e serviços.

São José do Rio Preto – Tabela 47: Número de empresas em cada setor segundo o porte da empresa nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	749	929	1.093	36	18	21	0	0	0
Comércio	2.399	3.224	4.431	29	32	32	15	12	13
Serviços	1.547	2.432	3.122	31	37	56	41	44	47
total	4.695	6.585	8.646	96	87	109	56	56	60
% total	82,8	88,8	91,3	1,7	1,2	1,2	1	0,8	0,6

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

A maior parte das empresas era de micro e pequeno porte, ao todo encontramos 4.695 empresas destes portes, estes números absolutos corresponde a 82,8% de todos os estabelecimentos do município de São José do Rio Preto em 1994. O setor comercial foi onde mais se encontraram empresas deste porte, ao todo eram 2.399 unidades, depois temos o setor de serviços com 1.547 estabelecimentos e a indústria com 749 estabelecimentos. Empresas de médio porte eram 96, o que representava 1,7% dos estabelecimentos, o setor industrial contava em 1994 com 36 médias empresas, os serviços 31 e o comércio 29 unidades. Estabelecimentos de grande porte eram 56 ou aproximadamente 1% de todos os estabelecimentos do município, a maioria deles estava concentrada no setor de serviços, eram ao todo 41 empresas de grande porte neste setor, o comércio contava com 15 estabelecimentos deste porte, no ano sobe análise a indústria não contava com estabelecimentos deste porte.

O restante das empresas encontrava-se em setores como a construção civil, agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca e no agrupamento outros/ignorados, ao todo eram 826 estabelecimentos nestes setores o que representou no ano 14,6% das empresas do município.

No ano de 1998, as empresas de micro e pequeno porte concentraram ainda mais o número de empresas, pois somavam, ao todo, 6.585 empresas, o que correspondia a 88,8% de todos os estabelecimentos do município. A maior parte das micro e pequenas empresas estavam no setor do comércio, ao todo eram 3.224 estabelecimentos, o setor de serviços também apresentou um aumento chegando a 2.432 empresas, o setor industrial por sua vez, passou a 929 empresas. O número de empresas de médio porte caiu para 87, o único setor selecionado a perder empresas foi o industrial passando a contar com 18 estabelecimentos deste porte, o comércio aumentou apenas três estabelecimentos, por fim o setor de serviços apresentou crescimento de seis empresas, chegando a 37 empresas de médio porte. Empresas de grande porte mantiveram os números do ano anterior em 56 unidades, o setor de serviço apresentou acréscimo de três empresas e chegou a 44 grandes empresas, e o setor comercial perdeu três empresas e ficou com 12 estabelecimentos de grande porte. Empresas de outros setores chegaram a 659 estabelecimentos, apresentando assim, redução em relação ao ano anterior.

O ano de 2003 marca um período de aumento nos números se comparado a 1998, exceção apenas às médias empresas que passam a contar com 109 estabelecimentos. Todavia, vamos comparar o ano de 2003 principalmente com o ano de 1994 para entendermos o comportamento da variável no princípio e no fim da série histórica. Assim, o número de micro e pequenas empresas passam de 4.695 em 1994 para 8.646 empresas no ano de 2003, o que marca um aumento de 84,1% no número de estabelecimentos durante os dez anos analisados. Em 2003 empresas deste porte ampliaram sua concentração passando a representar 91,3% do número de empresas do município. O setor que mais cresceu no período foi os serviços com um aumento de 101,8% acima, inclusive, do aumento constatado nos números de micro e pequenas empresas do município, ou seja, este setor gerou a maior parte dos empreendimentos de micro e pequeno porte e chegou a 3.122 estabelecimentos. O setor que mais possuía empresas deste porte ainda era o comércio com 4.431 estabelecimentos, o que correspondeu a um aumento de 84,7%. A indústria apresentou aumento de 45,9% e chegou em 2003 a 1.093 empresas de micro e pequeno porte.

As empresas de grande porte mantiveram os números de 1998 em 60 estabelecimentos sendo que 47 no setor de serviços e 13 no setor do comércio. Como dito anteriormente, as empresas de médio porte apresentaram aumento de treze empresas do começo ao fim do recorte temporal, o setor de serviços foi o que apresentou a maior alta e chegou a 56 empresas, o comércio aumentou seus números em três unidades e chegou a 32 estabelecimentos, a indústria foi o único setor que perdeu empresas deste porte passando de

36 empresas em 1994 para 21 em 2003. Empresas de outros setores também apresentaram queda e terminaram a série histórica com 659 estabelecimentos o que correspondeu a 7% do montante total de estabelecimentos do município de São José do Rio Preto.

A conclusão que chegamos passa por afirmar que o aumento do número de empresas no município de São José do Rio Preto no período histórico concentra-se em empresas de micro e pequeno porte e do setor de comércio, uma vez que, os aumentos deste setor ultrapassaram os dos demais setores incluindo aí, o aumento do número de empresas do município, contudo, o setor que obteve o melhor desempenho foi o setor de serviços, pois apresentou o maior crescimento no período.

Na busca das principais atividades econômicas responsáveis pelo desempenho relatado, nós dividiremos os grandes setores em 59 categorias de acordo com a CNAE/95 elaborada pelo IBGE, gerando a tabela 48 abaixo.

São José do Rio Preto – Tabela 48: Número de empresas e percentual em relação ao município das categorias selecionadas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1.701	30,0	2.362	31,8	3.317	35,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	379	6,7	545	7,3	725	7,7
Saúde e serviços sociais	273	4,8	544	7,3	643	6,8
Alojamento e alimentação	197	3,5	336	4,5	448	4,7
Serviços prestados principalmente as empresas	249	4,4	393	5,3	434	4,6
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	363	6,4	361	4,9	434	4,6
Construção	364	6,4	340	4,6	329	3,5

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Três das atividades selecionadas se mantém no decorrer dos anos como as mais importantes. As atividades que se destacam por concentrar o maior número de empresas são *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*, que durante toda a série histórica possuiu mais de 30% do número de empresas do município, sendo seu auge no ano de 2003, onde detinha 3.317 estabelecimentos ou o que correspondeu a 35% do número total de estabelecimentos. Depois temos mais uma atividade comercial o *comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis* passando de 379 empresas em 1994 a 725 empresas em 2003. A atividade de *saúde e serviços sociais* é a última encontrada em toda a tabela, nota-se que esta atividade tem o melhor desempenho em

1998 quando concentra 7,3% das empresas locais, em 2003 aumenta o número de unidades, mas concentrou 6,8% das empresas do município rio-pretense.

Outra atividade comercial que obteve destaque durante a série histórica, foi o *comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio*, seu melhor desempenho foi no primeiro ano diminuindo sua participação na localidade, embora em 2003 esta atividade obtém o maior número absoluto de estabelecimentos. A atividade de *serviços prestados principalmente as empresas* aparece em 1994 e 2003, neste último ano com o maior número de estabelecimentos ao todo 434, porém foi em 1998 que concentrou o maior número de empresas com 5,3%. A atividade de *construção* aparece apenas em 1994 e a de *alojamento e alimentação* aparece apenas em 2003.

Para a confecção da tabela 49 utilizaremos a divisão CNAE/95 de 217 categorias econômicas até o ano de 1998 e por 223 categorias até o ano de 2003.

São José do Rio Preto – Tabela 49: Número de empresas e percentual em relação ao município utilizando a CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista de outros produtos	841	14,8	1.337	18,0	2.025	21,4
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	445	7,8	480	6,5	609	6,4
Atividades de atenção à saúde	255	4,5	511	6,9	599	6,3
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação	174	3,1	302	4,1	409	4,3
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	207	3,6	271	3,7	385	4,1
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	278	4,9	268	3,6	286	3,0

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Mais uma vez, nota-se claramente que as atividades econômicas que mais concentram empresas se repetem ano após ano com mínimas alterações. O setor de comércio se destaca quanto ao número de estabelecimentos em todas as divisões e em todos os anos, sendo que as atividades, *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados* e *comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo* são as grandes responsáveis pelo elevado número de estabelecimentos deste grande setor. *Atividades de atenção à saúde* perpassam toda a tabela chegando em 2003 com 599 estabelecimentos e 6,3% das empresas locais.

A atividade de *restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação* consta a partir de 1998, quando tinha 302 estabelecimentos, em 2003 este número sobe para 409 concentrando 4,3% dos estabelecimentos locais. A atividade de *construção de edifícios e obras de engenharia civil* perde participação durante a série histórica.

4.6.2 Renda média

Seguindo a mesma metodologia empregada para analisar os municípios anteriores, a tabela 40, nos traz a divisão de grandes setores desenvolvida pelo IBGE, o número de empregados na economia rio-pretense, o número absoluto de salários mínimos pagos em cada setor, lembrando que o valor do salário mínimo corresponde ao ano em questão, e a divisão destas duas variáveis nos fornece a renda média do pessoal ocupado.

Em um primeiro momento notamos a queda relevante dos rendimentos médios no ano de 2003 em comparação com os demais anos do recorte temporal. No ano de 1994 temos um total de 94.710 trabalhadores empregados em São José do Rio Preto, este número se altera minimamente no ano de 1998 e decresce bruscamente no ano de 2003 chegando a 77.666 empregados, gostaríamos de deixar claro que esta variável será analisada de forma individual no decorrer do trabalho. O número total de salários mínimos injetados na economia rio-pretense segue o mesmo comportamento, em 1994 desembolsava-se 432.585,62 salários mínimos na economia local, em 1998 este montante se eleva chegando a 475.490,34 salários mínimos e no ano de 2003 injeta-se apenas 290.043,00 salários mínimos. A renda média como é de se esperar passa de 4,57 salários mínimos por trabalhador no ano de 1994 para 5,02 salários mínimos no ano de 1998 e cai no ano de 2003 a 3,73 salários mínimos. Acompanha-se assim além de uma queda no número de trabalhadores e no número de salários mínimos pagos no município um achatamento salarial da massa trabalhadora.

São José do Rio Preto – Tabela 50: Número de empregados, número absolutos de salários mínimos pagos e renda média do trabalhador, distribuído durante os anos de 1994, 1998 e 2003, divididos por setor

	nº de empregados			nº absoluto de salários mínimos			renda média		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	21.219	18.163	13.467	78.624,50	75.986,13	40.451,75	3,71	4,18	3,00
Construção civil	10.113	8.494	3.227	42.571,17	35.360,49	9.995,81	4,21	4,16	3,10

Comércio	23.865	26.091	22.074	94.326,39	101.616,15	60.135,87	3,95	3,89	2,72
Serviços	33.506	40.769	38.110	181.249,31	257.618,46	176.399,03	5,41	6,32	4,63
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	1.356	1.188	788	5.310,36	4.815,90	3.060,54	3,92	4,05	3,88
Outros/Ignorado	4.651	22	X	30.503,89	93,21	X	6,56	4,24	X
Total	94.710	94.727	77.666	432.585,62	475.490,34	290.043,00	4,57	5,02	3,73

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Alisando a tabela 50 de forma verticalizada, temos no ano de 1994 o setor de serviços desembolsando o maior número de salários mínimos o que lhe valeu também o título de setor que pagava os melhores rendimentos médios a seus empregados. A construção civil pagava a seus empregados 4,21 salários mínimos e figurou como segundo setor com melhor renda média, porém já abaixo da renda média da cidade que ficou em torno de 4,57 salários mínimos. O comércio pagou renda média a seus trabalhadores de 3,95 salários mínimos, o setor da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca pagou 3,92 salários mínimos e a indústria pagou em 1994 o pior rendimento médio do município chegando a 3,71 salários mínimos. O agrupamento outros/ignorados possui importância relevante no ano de 1994, sendo que as atividades que lhe compõem desembolsaram 30.585,62 salários mínimos o que valeu a melhor renda média da cidade 6,56 salários mínimos, contudo este agrupamento perde importância nos anos seguintes sendo ainda computado no ano de 1998 e perdendo totalmente a importância no ano de 2003, inclusive deixando de aparecer no cruzamento de dados do SGT 6.02 micro.

O ano de 1998 marca os maiores níveis médios salariais em quase todos os setores, o setor de serviços mantém seu posto e eleva a renda média do trabalhador a 6,32 salários mínimos, a construção civil diminui sua renda média e chega a pagar 4,16 salários mínimos. A indústria aumenta os rendimentos dos trabalhadores chegando a 4,18 salários mínimos e torna-se o segundo setor com melhor rendimento; mesmo assim, fica abaixo da renda média do município que, no ano em questão, ficou em torno de 5,02 salários mínimos. Outro setor a subir a renda média do trabalhador foi à agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca pagando 4,05 salários mínimos, o comércio foi o setor que menos pagou a seus empregados chegando a 3,89 salários mínimos em média a seus funcionários, sendo o único setor a pagar menos de quatro salários mínimos em média.

No ano de 2003, como já dito anteriormente, observa-se um nítido processo de achatamento dos rendimentos da massa trabalhadora, chegando a números inferiores a 1994.

Os serviços continuam a desembolsar as melhores rendas médias 4,63 salários mínimos, uma queda de 14,4% em comparação com 1994. Junto com o setor de serviços temos a agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca oferecendo 3,88 salários mínimos e ficando acima da renda média do município que gira entorno de 3,7 salários mínimos. A construção civil mantém o seu ritmo de queda nos rendimentos, oferecendo no final do recorte temporal a renda média de 3,10 salários mínimos, a queda de 1994 a 2003 fica em torno de 26,4%. A indústria por sua vez, chega a pagar apenas três salários mínimos a seu empregados e a queda gera em torno de 20%. Por fim temos o setor comercial oferecendo os piores rendimentos do município, em média se pagava nas atividades comerciais um rendimento de 2,72 salários mínimos em 2003, a queda foi de 31,1% de 1994 a 2003 e se torna o setor com a pior baixa salarial do município de São José do Rio Preto.

Os grandes setores analisados anteriormente serão divididos em 59 categorias econômicas de acordo com a CNAE/95 na tabela 51 abaixo.

São José do Rio Preto – Tabela 51: Renda Média em salários mínimos das categorias selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 categorias econômicas nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Intermediação financeira, exceto seguros e previdência privada	12,98	15,39	13,61
Fabricação de maquinas para escritório e equipamentos de informática	9,36	11,52	11,29
Transporte aéreo	11,68	10,77	10,53
Atividades auxiliares da intermediação financeira	6,21	9,65	9,10
Seguros e previdência privada	8,23	8,53	8,28
Eletricidade, gás e água quente	X	13,26	8,08
Atividades de informática e conexas	8,96	9,77	6,87

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Foram selecionadas na tabela 51 sete atividades, sendo que três se repetem durante toda a série histórica entre as principais atividades. A primeira e pagando os melhores salários médios é a *intermediação financeira, exceto seguros e previdência privada* pagando em 2003 a seus empregados 13,61 salários mínimos, depois temos a *fabricação de maquinas para escritório e equipamentos de informática* pagando 11,29 salários mínimos em média, nota-se que a uma melhora nos rendimentos destas duas atividades de 1994 a 2003, embora o ano em que encontramos as melhores remunerações foi o de 1998. A atividade de *transporte aéreo* também aparece nos três anos tendo uma pequena variação negativa no recorte temporal.

A atividade de *seguros e previdência privada* aparece durante a serie histórica com estabilidade nos rendimentos médios oferecidos. A atividade de *atividades de informática e*

conexas também aparece em toda série histórica com pequena variação nos rendimentos médios entre os anos de 1998 e 2003. As demais atividades têm destaque apenas em um dos anos selecionados.

Chama atenção a relativa estabilidade entre as atividades que em média melhor remuneraram seus empregados. Nota-se que nas atividades que se repetem a variação de um ano ao outro são pequenas, principalmente se lembrarmos do desempenho das outras cidades médias. Outro indicio de estabilidade é o reduzido número de empresas selecionadas neste nível de desagregação econômica. Este comportamento diferente da economia local, uma vez que o achatamento salarial de 1998 a 2003 é claro.

Repetindo a metodologia de análise das outras cidades médias, dividiremos os grandes setores econômicos em 217 atividades de acordo com a CNAE/95, para os anos de 1994 e 1998, no ano de 2003 os grandes setores serão divididos em 223 atividades de acordo com a CNAE/95, para a confecção da tabela 52.

São José do Rio Preto – Tabela 52: Renda média das categorias selecionadas de acordo a CNAE/95 de 217 e 223 categorias para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	1998	2003
Transporte aéreo, não-regular	6,84	11,36	20,08
Intermediação monetária - depósitos a vista	14,73	17,04	12,22
Telecomunicações	7,81	6,48	9,61
Produção e distribuição de energia elétrica	X	13,92	8,83
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	11,85	19,47	21,6
Transporte aéreo, regular	17,06	14,00	X
Intermediação monetária - outros tipos de depósito	10,54	11,56	4,8
Consultoria em equipamentos de informática	15,50	7,9	4,5
Fabricação de máquinas para escritório	18,84	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Diferente da tabela anterior verifica-se uma diversificação das atividades que melhor remuneravam em cada ano. Apenas três atividades se destacam durante toda série histórica, mas principalmente em 2002, são elas: *intermediação monetária - depósitos a vista*, chegando em 2003 a pagar em média 12,22 salários mínimos, o pior desempenho para a atividade, a *fabricação de produtos químicos inorgânicos*, que em 2003 remunerou seus empregados com 21,6 salários mínimos em média e, a atividade de *transporte aéreo, não-regular*, chegando em 2003 a pagar 20,08 salários mínimos a seus trabalhadores.

A atividade de *produção e distribuição de energia elétrica* consta nos anos de 1998 e 2003, com queda nos rendimentos no último ano. A atividade de *telecomunicações* aparece durante toda a série histórica, sendo que em 2003 pagou em média 9,61 salários mínimos. A atividade de *fabricação de máquinas para escritório* surge apenas em 1994, remunerando seus empregados com 18,84 salários mínimos em média. A atividade de *consultoria em equipamentos de informática* tem seu melhor desempenho em 1994, quando ofereceu em média a seus empregados 15,5 salários mínimos.

4.6.3 Número de trabalhadores

Uma parcela significativa do número de trabalhadores da cidade de São José do Rio Preto esta expressa na tabela 53 abaixo. Não estão computados os números dos setores da construção civil e agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, que serão analisados separadamente.

São José do Rio Preto – Tabela 53: Número de trabalhadores por porte das empresas nos anos de 1994, 1998 e 2003

Porte das empresas	micro e pequenas			médias			grandes		
	1994	1998	2003	1994	1998	2003	1994	1998	2003
Indústria	11.503	12.578	9.188	9.716	5.585	4.279	0	0	0
Comércio	17.001	20.166	17.715	3.157	3.300	2.364	3.707	2.625	1.995
Serviços	13.709	18.126	15.207	2.876	3.921	3.679	16.921	18.722	19.224
total	42.213	50.870	42.110	15.749	12.806	10.322	20.628	21.347	21.219
% total	44,6	53,7	54,2	16,6	13,5	13,3	17,02	22,5	27,3

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Analisando a tabela 53, nota-se a relevância, assim como nas demais cidades, das empresas de micro/pequeno porte, em 1994 este porte de empresa abarcava 44,6% dos trabalhadores do município e o equivale a aproximadamente 42.213 mil empregados. O setor responsável por agregar a maioria dos empregados era o comercial, que contava com 17.001 trabalhadores, o setor de serviços aparecia em seguida com 13.709 trabalhadores e o setor industrial contava com 11.503 trabalhadores. No ano de 1998 todos os setores sob análise

apresentaram aumentos de empregados, a indústria passou a contar com 12.578 trabalhadores, o comércio possuía 20.166 trabalhadores e os serviços com 18.126, o desempenho positivo dos três setores elevou o número de micro/pequenas empresas a 50.870 empregados ou 53,7% dos trabalhadores do município. Em contra partida, o ano de 2003 não se apresentou favorável a este porte de estabelecimento, os números de empregados caíram para 42.110 trabalhadores e o seu percentual ficou próximo a 54,2%, ou seja, embora o número total de empregados tenha chegado ao número mais baixo da série histórica, esta é a maior percentagem de trabalhadores em micro/pequenas empresas durante o período, o que aponta uma queda ainda maior de trabalhadores em outros níveis de estabelecimentos. Todos os setores apresentaram redução, o comércio perdeu quase dois mil e quinhentos empregados e chegou a 17.415 trabalhadores, o setor de serviços passou a contar com 15.207 trabalhadores e a indústria contou com 9.188 trabalhadores.

As médias empresas tiveram movimento diferente das micro e pequenas, o número de trabalhadores diminuiu de forma continua no decorrer da série histórica, em 1994 este setor contava com 15.749 trabalhadores com uma participação de 16,6% dos empregados do município, sendo que a indústria empregava mais da metade destes trabalhadores, ao todo eram 9.716 empregados, os serviços empregavam 2.876 trabalhadores e o comércio 3.157 trabalhadores. Em 1998, as médias empresas detinham 13,5% ou 12.806 trabalhadores; mais uma vez, a indústria foi o setor que mais empregou com 5.585 trabalhadores, os serviços com 3.921 trabalhadores e o setor comercial com 3.300 trabalhadores. No ano de 2003, todos os setores apresentam queda no número de trabalhadores, a indústria chegou a 4.276 empregados, o setor de serviços tinha em seus quadros 3.679 empregados e, o comércio, 2.364 empregados. Ao todo se encontravam nas empresas de médio porte 10.322 empregados ou 13,3% dos trabalhadores do município no ano de 2003.

Para finalizar temos as grandes empresas que apresentaram pequena variação no número de empregados, em 1994 eram 20.628 trabalhadores o que correspondia a 17,02% dos empregados, no ano de 1998 eram 21.347 trabalhadores, apresentando um aumento na participação para 22,5%, no ano de 2003 as grandes empresas passaram a contar com 21.219 trabalhadores, o que lhes valeu 27,3% dos empregados do município. Durante todo o recorte temporal o setor de serviços foi o grande responsável por absorver trabalhadores neste porte de empresa, ao todo foram 16.921 trabalhadores em 1994, subindo para 18.722 trabalhadores em 1998 e para 19.224 trabalhadores em 2003. O setor comercial apresentou queda durante todo o período, em 1994 este setor chegou a 3.707 trabalhadores, em 1998 eram 2.625 trabalhadores e em 2003 chegou a menor participação com 1.995 empregados. A indústria não

possuía estabelecimentos deste porte no município de São José do Rio Preto durante o recorte temporal, logo não haviam empregados neste porte de indústria.

Para selecionarmos as atividades que mais empregavam durante o período histórico analisado, utilizaremos para confecção da tabela 54 a CNAE/95 de 59 atividades econômicas.

São José do Rio Preto – Tabela 54: Número de trabalhadores em categorias econômicas selecionadas de acordo com a CNAE/95 de 59 atividades econômicas nos anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	15.390	16,2	16.421	17,3	14.609	18,8
Administração pública, defesa e seguridade social	3.674	3,9	5.065	5,3	4.896	6,3
Educação	1.240	1,3	4.022	4,2	4.144	5,3
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.712	1,8	2.223	2,3	1.642	2,1
Transporte terrestre	4.747	8,6	3.646	3,8	3.015	3,9
Comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis	4.266	4,5	5.259	5,6	4.043	5,2
Construção	10.113	10,7	8.494	9,0	3.227	4,2
Ignorado	4.291	4,5	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

As atividades de *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos* foram, sem dúvida, as que mais empregaram na economia local em todos os anos analisados, embora seja notória a diminuição de postos de trabalho nesta atividade, sendo 1998 o ano com melhor desempenho nos números absolutos. Outra atividade que perpassa todo o recorte temporal é a de *transporte terrestre*, 1994 foi o melhor ano para a atividade com 4.747 trabalhadores acumulando 8,6% dos empregados locais, chegando em 2003 com 2.669 trabalhadores ou 6,1% dos trabalhadores do município.

As atividades de *administração pública, defesa e seguridade social e educação* possuem maior destaque nos anos de 1998 e 2003, ambas concentram mais empregados no último ano. A *construção* tem um grande peso até o ano de 1998, sendo 1994 o melhor desempenho da atividade. A atividade de *comércio e representação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis* é encontrado durante toda a série histórica concentrando de 4,5 a 5,2% dos trabalhadores do município de Rio Preto.

O agrupamento *Ignorados*, consta na tabela 54 apenas no ano de 1994 com seis por cento dos empregados locais.

Com a divisão das 59 atividades em 217 até o ano de 1998 e de 223 atividades no ano de 2003 segundo a CNAE/95, buscaremos através dos números da tabela 55 apontar quais atividades são responsáveis por concentrar o maior número de empregados.

São José do Rio Preto – Tabela 55: Número de trabalhadores por categorias de acordo com a CNAE/95 de 217 e 223 categorias econômicas para os anos de 1994, 1998 e 2003

	1994	%	1998	%	2003	%
Administração do Estado e da política econômica e social	3.662	3,9	5.056	5,3	4.895	6,3
Comércio varejista de outros produtos	6.552	6,9	7.842	8,3	8.473	10,9
Ensino superior	417	0,4	2.017	2,1	2.096	2,7
Outros transportes terrestres	4.393	4,6	3.646	3,8	3.015	3,9
Atividades de atenção à saúde	6.973	7,4	7.184	7,6	7.513	9,7
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	8.462	8,9	7.580	8,0	2.941	3,8
Comércio varejista não especializado	4.353	4,6	3.789	4,0	2.226	2,9
Ignorado	4.291	6,3	X	X	X	X

Fonte: RAIS/CAGED

Organização: Luis Fernando Rosalino

Analisando a tabela 55, podemos observar que as principais atividades se repetem no recorte temporal começando com a *administração do Estado e da política econômica e social*, esta atividade começa o recorte sendo, das atividades selecionadas no ano, a sétima que mais empregava, se mantém na lista em 1998 e torna-se a terceira maior empregadora em 2003, concentrando 4.895 trabalhadores ou 6,3% dos empregados do município. O *comércio varejista de outros produtos* se mantém com certa estabilidade, figurando sempre entre a segunda ou terceira atividade que mais empregou, seu auge foi em 2003 com 8.473 empregados ou 10,9% dos trabalhadores do município. A atividade de *outros transportes terrestres* que engloba empresas de ônibus, por exemplo, começou o recorte com seu nível mais alto de concentração com 4.393 trabalhadores e 4,6% dos trabalhadores locais e, finda o recorte com o pior desempenho, são 3.015 trabalhadores que corresponderam a 3,9% dos empregados locais.

A atividade de *ensino superior* aparece com desempenho importante a partir de 1998 com 2.017 empregados, em 2003 os números absolutos aumentam para 2.096 trabalhadores e a atividade passa a concentrar 2,7% dos empregados locais, sendo que junto com as atividades de *administração do Estado e da política econômica e social* e *atividades de atenção a saúde*, são as únicas atividades com peso relevante a aumentar o número de trabalhadores no município de São José do Rio Preto. A atividade de *atividades de atenção a saúde* tem grande

destaque durante todo o período sob análise, o ano de melhor desempenho foi o de 2003 com 7.513 empregados concentrando 9,7% dos empregados.

A atividade de *construção de edifícios e obras de engenharia civil* também figura entre as principais atividades, seu melhor desempenho foi em 1994 quando chegou a concentrar 8.462 empregados respondendo por 8,9% dos trabalhadores, entendemos que esta atividade seja a responsável pelo comportamento observado na tabela anterior da atividade de construção, ambas obtêm seus melhores resultados em 1994 e decaem na seqüência dos anos. Outra atividade com desempenho parecido foi o de *comércio varejista não especializado*, o melhor ano foi o de 1994 quando a atividade possuía 4.353 empregados concentrando 4,6% dos trabalhadores .O agrupamento Ignorados figura na lista apenas em 1994.

Após esta extensa descrição dos dados apresentados faremos, no capítulo 5, análises dos dados empíricos à luz de teorias que privilegiam as mudanças sociais e econômicas transcorridas no final do século passado e que continuam a se processar neste começo de século XXI, tanto em países capitalistas centrais quanto em países situados na periferia do sistema. Utilizaremos, ainda, alguns indicativos do panorama econômico e social do Brasil. Neste capítulo buscamos analisar as economias locais em conjunto, privilegiando a inter-relação entre os dados empíricos das cidades médias.

5 – OS NOVOS ARRANJOS CAPITALISTAS E AS ECONOMIAS LOCAIS

As modificações ocorridas nas relações de produção e consumo ao longo do século XX²³, com o advento de um novo conjunto de técnicas e tecnologias ligado à informação e à produção, possibilitaram mudanças substanciais nas relações sociais, econômicas e de produção do espaço.

Buscando interpretações científicas recentes, debruçamo-nos sobre as teorias econômicas vigentes que enfocam, entre outros aspectos, o aumento substancial da importância do setor de serviços ligado ao mercado financeiro, à prestação de serviços para empresas e àqueles de caráter público; do setor de comércio; do setor industrial ligado à alta tecnologia, como a biotecnologia, a microeletrônica, a computação, as telecomunicações/rádiodifusão, os transportes, entre outras, frente a setores tradicionais basicamente ligados à indústria manufatureira.

Nosso objetivo, com isso, é entender ou ter pistas do comportamento das economias locais, buscando compreender a emergência de certos setores e se há a conformação dos principais setores das cidades de São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, com os principais setores apontados nas recentes teorias econômicas, ou se o comportamento econômico destas cidades está mais próximo das características da economia nacional.

Como uma das fontes deste arcabouço teórico, lançamos mão de Castells (1999), que aponta como motivo das mudanças:

Em resumo, uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições como do gerenciamento empresarial, visava quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, freqüentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público. A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação. (CASTELLS, 1999, p. 36).

²³ O tema das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista foi explorado por diversos autores, enfatizando um amplo leque de desdobramentos para as relações sociais e econômicas de produção e, por conseguinte, as relações de produção do espaço. Destacaremos, para este tema, Benko (1996), Bihr (1998), Castells (2001), Offe (1989) e Santos (2000).

O autor apresenta, como fatores que motivaram este novo momento de acumulação, a dificuldade de criar novas formas de ganho na produtividade e expropriação do trabalhador, a necessidade de ampliação e diversificação do consumo, a busca de ganhos de produtividade territoriais, com o investimento público em infra-estrutura e, primordialmente, a busca de formas mais eficazes de obtenção de lucro nas diferentes esferas econômicas e sociais. A discussão sobre necessidades, surgidas no decorrer do século XX, dentro do modo de produção, será retomada no decorrer da redação.

A solução encontrada foi a criação de um novo conjunto técnico relacionado, sobretudo, com a informação e os fluxos derivados da sua maior velocidade, acessibilidade e a possibilidade de alcance territorial. Intensificou-se, em decorrência disso, a capacidade de realizar trocas (de informações, mercadorias, serviços, pessoas, capitais etc.) cada vez mais rápidas e se ofereceu às empresas capacidade de mudanças significativas em diversos níveis da organização interna possibilitando, inclusive, a saída de setores da planta industrial, um novo padrão de localização e forma das plantas industriais, no maquinário, a produção flexível, a redução de estoques etc. Tais mudanças impactaram diretamente nas relações trabalhistas, sobretudo com a intensificação da terceirização, mecanização da produção, polivalência do empregado, multifuncionalidade do maquinário, achatamento na renda, entre outras, e nos territórios de produção, de acumulação e consumo.

Faz-se mister destacar algumas características do novo sistema vigente e seus desdobramentos para a organização da produção e das relações de troca e consumo, tentando explicar a preeminência de certas atividades em economias, como as das cidades selecionadas.

5.1 Sobre o sistema técnico atual

A capacidade do capitalismo se desvencilhar de crises conjunturais e estruturais há tempos já foi destacada. Exemplo dessa capacidade foi a superação do pacto fordista (com sua linha de produção rígida), ou seja, da produção em massa de produtos estantartizados, das unidades industriais verticalizadas, das relações trabalhistas com forte influência dos sindicatos, do padrão de consumo, do Estado tipo keynesiano com uma gama considerável de direitos trabalhistas. Estas são algumas características do conjunto técnico e social que permeavam o capitalismo até meados do século XX (BIHR, 1998).

Após a segunda metade do século XX, o capital passa a buscar novos arranjos produtivos visando o lucro. Para isso, enfatizou, especialmente, a precarização dos direitos trabalhistas, a busca da polivalência do empregado e do maquinário, vencimentos mais baixos (principalmente nos países periféricos), a mecanização da produção entre outras formas de ampliar os ganhos produtivos frente ao trabalhador (BENKO, 1996; BIHR, 1998). A mão-de-obra passa a se relacionar com "um sistema flexível, auto-regulado, de máquinas polifuncionais, utilizando meios de circulação materiais e imateriais (informacionais), descentralizados e interativos (telemáticas em redes)" (LOJKINE, 1992, apud SANTOS, 2002, p.73). Os empregados responsáveis por um número reduzido de tarefas dão lugar a empregados polivalentes, responsáveis por programar, reajustar, ou oferecer assistência técnica às máquinas multifuncionais, de forma rápida, com certa independência e de forma eficiente.

Não é nossa intenção discurrir sobre as mudanças no mundo do trabalho ocorridas ao longo da história do sistema de acumulação vigente. Contudo, esperamos que, ao compreender esses desdobramentos, estejamos munidos de massa crítica para apreender, com qualidade, o comportamento dos dados sobre os trabalhadores da economia formal das cidades médias.

Buscando caracterizar, ainda que brevemente, uma outra parcela da esfera produtiva, discurreremos sobre o conjunto técnico atual, baseados em autores como Benko (1996), Castells (1999) e Santos (2002) entendendo, assim, que sistemas técnicos são “formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discursos e interlocução” (SANTOS, 2002). Cada sistema técnico possui um determinado arranjo com técnicas e tecnologias²⁴ que influenciam as trocas de informação, as relações produtivas, as relações de comunicação entre os homens, impactando de forma indireta ou direta o trabalho no meio geográfico.

Para melhor entender as transformações nos sistema técnico, destacamos cinco categorias de produtos e serviços atuais. Estes conjuntos foram apresentados por Santos (2002) citando Scardigli, para quem são exemplos do meio técnico-científico-informacional:

- 1) inovações ligadas à mídia rádio-televisiva (rádio e televisões locais, vídeo, televisão por cabo...); 2) novos serviços ligados à rede telefônica (secretária eletrônica, tele-alarmes, fax, reuniões à distância...); 3) microcomputadores e computadores domésticos, utilizados em jogos, na gerência das atividades e do orçamento doméstico, no aprendizado, como carnê de endereços...); 4) produtos novos nascidos da combinação das três precedentes categorias (videotexto, teletexto, bancos de dados,

²⁴ Utilizamos os conceitos de técnica e tecnologia de Benko (1996).

transferências bancárias eletrônicas...); 5) produtos que invisivelmente incorporam componentes eletrônicos (máquinas fotográficas, câmaras cinematográficas, jogos, aparelhos domésticos automóveis...). (SANTOS, 2002, p. 178)

O autor destaca um conjunto de produtos que auxiliaram na ampliação da comunicação em escala local ou global, intensificando as trocas de informações, mercadorias, capitais, relações pessoais e profissionais e a criação de novas necessidades de consumo. Esses novos produtos são ligados substancialmente às tecnologias da informação, processamento e comunicação que Castells (1999) pontua como sendo:

...o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica. [...] a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações. (CASTELLS, 1999, p. 48)

Na ponta dos avanços tecnológicos, estão aqueles relacionados com as transações de informação, sobretudo visando sua produção, codificação, armazenamento, transmissão, recepção e sigilo, codificação de matéria viva, e interação entre máquinas e organismos biológicos. Gerando a necessidade de objetos relacionados à linguagem digital e às infra-estruturas atualizadas e adaptadas a ela. Para Castells:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamentos/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. [...] As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. [...] Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). (CASTELLS, 1999, p. 50 e 51).

As tecnologias recentes de informação, processamento e comunicação, criaram necessidades de novos serviços e novos objetos. Não só pela aplicação na produção, lazer ou comunicação, mas também pelas necessidades que essas mercadorias têm em serem completadas, reutilizadas e/ou adaptadas de acordo com as necessidades humanas e em aplicações distintas. Elas possibilitaram a difusão do processo produtivo pelo globo e o desmembramento da função de comando da função de produção, aumentaram consideravelmente os serviços e mercadorias oferecidas para empresas, profissionais liberais, atividades de lazer e cotidiano, bem como favoreceram/possibilitaram o desmembramento de atividades anteriormente interiorizadas pelas unidades fabris.

Seguindo esta linha de raciocínio, Sassen (1998) assegura que:

Em um país após o outro presenciamos o declínio ou a diminuição das indústrias manufatureiras, acompanhado de um crescimento do setor de prestação de serviços [...]. Quer se trate da indústria manufatureira ou do armazenamento dos produtos fabricados, as empresas estão usando mais serviços legais, financeiros, publicitários, de consultoria e de contabilidade. (SASSEN, 1998, p. 78).

A autora destaca a relação entre crescimento do setor de serviços e segmentação de etapas da produção, enfatizando os processos decorrentes da possibilidade de terceirização da produção. Buscando mais eficiência produtiva e maiores lucros, as indústrias buscam a terceirização, que tratam de segmentos particulares da produção e reprodução ampliada do capital.

O autor Claus Offe (1989) confirma que as mudanças nas relações de produção possibilitaram a diminuição de postos de trabalho na manufatura, mas ele destaca ainda que foi criado um desequilíbrio nos níveis de emprego, que o crescimento do trabalho e do setor de serviços ocorreu porque havia necessidade de se criar atividades que interferissem “mediatizando, regulando e normalizando as condições, o desenrolar e as conseqüências do trabalho na produção” (OFFE, 1989, p. 24). Assim, o crescimento dos serviços seria uma decorrência da, se podemos chamar assim, crise de condução e/ou alocação do trabalho social e do trabalhador, perante uma estrutura produtiva ainda em consolidação. As técnicas e tecnologias do arranjo produtivo atual permitiram o desmembramento de ramos da produção que, conseqüentemente, geraram arranjos trabalhistas distintos do período anterior, criaram a possibilidade da emergência dos prestadores de serviço em detrimento da segurança e dos direitos trabalhistas oferecidos na indústria.

Tal crescimento das relações supracitadas acarreta implicações relevantes para a massa de trabalhadores e para o setor de serviços, pois de forma abrupta, foi criado um leque relevante de atividades que tinham, como consumidores, desde empresas complexas até usuários residenciais. Offe (1989) e, mais tarde, Castells (2001) apontam como desdobramento do crescimento do setor de serviços, a falta de normativas técnicas para serem adotadas para a execução do trabalho. Ou seja, o empregado ou prestador de serviços acaba por definir a melhor maneira de desempenhar sua função, possibilidade esta que só existe em razão da multifuncionalidade e necessidade/possibilidade de usos, por parte do usuário das novas tecnologias. O segundo desdobramento é a dificuldade de precisar quando, em que lugar, ou que tipo de serviço será requisitado. Lembra Offe que diversos serviços são prestados por organizações públicas ou por empregados de forma esporádica, sem necessariamente ser remunerado ou oficializado.

Fica clara a precarização das funções que se desvencilharam da manufatura e que não há uma racionalidade de oferta de demanda. Sendo assim, não há perspectivas exequíveis para ganhos futuros, pois no lugar dos critérios de racionalidade econômica e estratégica, anteriormente encontrados nas indústrias ou em um ambiente melhor/maior regulado e legislado, surgem estimativas da demanda e dos ganhos.

Como terceira consequência do crescimento do setor de serviços, ou até mais que os desdobramentos da precarização das relações trabalhistas, criou-se a necessidade de “serviços do tipo pedagógicos, terapêuticos, policiais, que garantam e mediatizem o sentido comunicativo de todo o conjunto, sem o que a própria ‘ordem’ da sociedade do trabalho será prejudicada” (OFFE, 1989). Essas atividades regulam e/ou previnem possíveis pressões sociais, qualificando o trabalhador para aumentar seu portfólio de serviços oferecidos, minimizando os efeitos da falta de normativa na renda cotidiana, do aumento do desemprego, da falta de investimentos públicos para sanar as demandas coletivas etc. Cria-se uma estrutura pública e privada de defesa da ordem e da propriedade privada.

Ficam claros os motivos do crescimento das atividades terciárias nesse momento do sistema produtivo, pois eles nascem de um novo arcabouço técnico e tecnológico que impacta diretamente nas relações de produção, na manipulação deste arcabouço e, portanto, nas relações trabalhistas e no espaço. Um conjunto amplo de atividades de prestação de serviços foi criado e o trabalhador que passa a desempenhar essas funções lida com um outro ambiente de labuta e relações sociais, criando demanda para atividades ligadas à educação, saúde, proteção e repressão.

Desta forma, o setor de serviços se desenvolve, contudo, não atingindo o globo de forma una, mas selecionando localidades que possuem/oferecem condições estruturais e conjunturais capazes de suprir as necessidades do processo produtivo que se desenha. Tais processos são mais visíveis em cidades intimamente ligadas aos mercados globais. No caso do Brasil, entre outros países, essas áreas são preferencialmente as metrópoles, suas áreas metropolitanas e cidades muito próximas a estas. Neste ponto, dialogamos com Sassen, quando ela afirma que:

É importante reconhecer que esse crescimento dos serviços [...] é evidente nas cidades em níveis diferentes do sistema urbano de uma nação. Algumas dessas cidades atendem a mercados regionais ou subnacionais, outras se voltam para os mercados nacionais e outras satisfazem os mercados globais. (SASSEN, 1998, pg. 76).

As cidades se diferenciam pelos mercados que atendem; a demanda cria, em consequência, o tipo de serviço realizado nas diferentes localidades do globo. Ou seja,

quanto mais heterogêneo e mundializado for o consumidor, será o serviço e maior a inserção da localidade na economia mundial. Os territórios com maior inserção mundial possuem vantagens sobre os demais, pois são nesses territórios que o aparato mais moderno do capital se instala, em serviços do mercado financeiro, de marketing, designer, consultorias, auditores, gerenciamento, laboratórios modernos de pesquisa, corpo de cientistas, serviços de processamento, armazenamento e distribuição de informação, serviços anexos a estes etc.

No caso do Estado de São Paulo, isso já ficou claro quando Lencioni e Negri apontaram que o processo de desconcentração ficou em um raio de 150 km da capital paulista, ou quando Sassen aponta São Paulo, capital, como a única cidade mundial brasileira.

5.2 Renda e porte das empresas no Brasil

As teorias econômicas que enfocam o comportamento capitalista internacional nos ajudaram a entender os motivos para a hegemonia do setor de serviços, os motivos para o achatamento da renda, como algumas atividades sobressaem neste novo momento capitalista, a diminuição das plantas industriais, a secção dentro e fora da planta industrial de parcelas da produção, entre outros processos. Contudo, alguns processos verificados escapam das teorias enfocadas e contêm características locais e nacionais. Por este motivo, decidimos buscar explicações sobre a economia nacional e buscar pistas para algumas constatações verificadas nos dados empíricos das cidades médias estudadas.

Observando o comportamento das empresas locais notamos o amplo destaque das micro e pequenas empresas, do achatamento substancial da renda do trabalhador de 1998 para 2003 e a eminência de algumas atividades distintas das privilegiadas pelo capital internacional.

Primeiro, destacamos a grande concentração de empresas de micro e pequeno porte. Vale destacar que estamos trabalhando com a classificação do SEBRAE sobre porte de empresas, que tem por base o número de funcionários de um estabelecimento.

Entre os fatores de emergência das micro e pequenas empresas podemos apontar, mais uma vez, a nova estrutura produtiva que emerge das possibilidades criadas pelas tecnologias da informação. Com a possibilidade de desmembramento e saída de algumas atividades produtivas das indústrias, as plantas industriais diminuíram, surgindo assim, ambiente

favorável para o aparecimento de micro e pequenas empresas. A prestação de serviços e a terceirização da produção é outro fator que abre possibilidade para as micro e pequenas empresas (MPEs).

Como acabamos de ver, este cenário está muito ligado à dinâmica capitalista internacional, mas, no Brasil, as MPEs se aproveitam, de forma geral, destas possibilidades? Quais as características gerais das MPEs dos setores de serviços, indústria e comércio no Brasil?

Para responder a estas questões e para entender os motivos para tamanha concentração de estabelecimentos de pequeno e micro porte, vamos utilizar trabalhos de órgãos oficiais, como o IBGE e SEBRAE, e de alguns autores que têm contribuição para esse entendimento.

Todos são unânimes em confirmar a concentração do número de empresas nesses portes. Para o IBGE²⁵, as empresas, que são muito importantes para a economia nacional, servem de:

[...] colchão amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte. (IBGE, 2003, p.15).

Analisando esta explicação e relacionando-a às teorias econômicas que explicam o desenvolvimento capitalista, podemos afirmar que as mudanças no modo capitalista criaram as possibilidades para o desenvolvimento das empresas de menor porte. Para o IBGE, essas empresas nascem para minimizar os efeitos das mudanças no modo de produção, absorvendo uma parcela da mão-de-obra capaz de criar sua própria empresa e outra que, em geral, possui pouca qualificação. Esta última pode, inclusive, vir a fazer parte do processo produtivo por meio da sua alocação em empresas terceirizadas, ou ainda, ser substituída no processo de mecanização da produção.

O IBGE aponta outras causas para o surgimento, ou melhor, crescimento das MPEs no país. Essas causas estão relacionadas à dinâmica capitalista brasileira e influenciam a explicação acima. Para este órgão, o principal impulso no crescimento desse grupo de empresas está na crise econômica atravessada pelo país na década de 1980²⁶. Como alternativa ao desaquecimento da economia e à crescente massa desempregada, as empresas de pequeno e médio porte seriam uma alternativa de ocupação e renda.

²⁵ IBGE, 2003.

²⁶ IBGE, 2003, p. 15.

Segundo o IBGE, diante deste cenário, o Estado nacional elaborou uma série de medidas no intuito de legalizar e criar subsídio a este porte de empresa. A primeira medida foi diferenciar essas empresas pelo Estatuto da Microempresa (Lei 07.256 de 27 de novembro de 1984) e da inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988 (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica). Mais tarde, em 1990, ocorreu a criação do SEBRAE, com funções mais amplas que o órgão anterior, denominado Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE – criado em 1972; a criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil; a Lei n.º 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES – que diferenciou e diminuiu a carga tributária/fiscal incidentes nessas empresas; a Lei n.º 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que prevê tratamento favorecido às MPEs nos campos previdenciário, trabalhista, creditício e desenvolvimento empresarial, não abrangidos pela lei do SIMPLES.

Durante o desenvolvimento desta dissertação acompanhamos a aprovação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresas ou Supersimples. A parte tributária desta lei começa a vigorar no dia 1º de junho de 2007. Em artigo publicado *on-line*, no dia 14 de dezembro de 2006, o jornal Folha de São Paulo destaca “um regime tributário diferenciado que prevê a unificação e simplificação de seis impostos e contribuições federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSL e INSS), além do ICMS (Estados) e ISS (municípios)”, intensificando os incentivos jurídicos e tributários para as empresas desse porte.

O SEBRAE²⁷ aponta outro motivo para o crescimento das empresas de micro e pequeno porte na indústria, comércio e serviços. Para o SEBRAE, as MPEs aumentam em número devido ao mercado consumidor local, já que a grande maioria dessas empresas atende às necessidades do mercado local. Vale destacar que a fonte de dados utilizada pelo IBGE e pelo SEBRAE para a elaboração de suas pesquisas é o banco de dados RAIS, o mesmo que utilizamos.

Analisando o desempenho das indústrias, o SEBRAE entende que as MPEs do setor industrial destinam sua produção ao atendimento das necessidades básicas da população local (por exemplo, construção e reparação de moradias, artigos do vestuário, alimentos, madeira, papel, produtos químicos). Importante destacar que as empresas têm sua escala de atuação no

²⁷ SEBRAE, 2006.

local. Observando as principais atividades e o mercado que a maior parte delas abrange, entendemos que esse porte de empresa de capital local dificilmente está relacionado ao grande capital global, com tecnologia de ponta e não são responsáveis pela produção de mercadorias de alta tecnologia.

Segundo o SEBRAE, as empresas de médio e grande porte da indústria exigem um capital maior; trabalham com produtos melhor elaborados, mas estão, em sua grande maioria, vinculadas ao mercado local e regional. As principais atividades entre as médias e grandes indústrias em 2004 são de construção civil, indústria de alimentos e bebidas, indústria de couros e calçados, fabricação de produtos químicos, fabricação de borrachas e plásticos e a indústria de confecção e têxtil. Importante ressaltar que as duas primeiras atividades concentram 31% das indústrias de médio e grande porte no Brasil, e elas estão muito vinculadas ao mercado local e nacional.

No setor de comércio, o SEBRAE destaca as atividades comerciais de varejo voltado ao atendimento das necessidades básicas da população local. Enfoca ainda que os principais produtos comercializados são: varejo de alimentos, vestuário e de materiais de construção. Os principais estabelecimentos comerciais no Brasil, em 2004, são: os minimercados (área de venda de até 300 metros²) e mercearias (11%), o varejo do vestuário (11%), o varejo de materiais de construção (7%), farmácias e perfumarias (5%), o comércio de autopeças (5%) e o comércio varejista de artigos e equipamentos para escritório e de informática (3%).

Ainda no setor comercial, o SEBRAE aponta que nas médias e grandes empresas,

[...] em geral, verificam-se atividades que requerem elevado volume de recursos e/ou que envolvem grandes escalas de operação, tais como: mercados (de 300 a 5.000 m), o comércio atacadista em geral, a venda de produtos de elevado valor unitário (por exemplo: veículos e eletrodomésticos) e hipermercados²⁸. (SEBRAE, 2006, p.16).

As principais atividades comerciais são:

[...] os mercados de 300 a 5.000 m (28%), o comércio de veículos (8%), o varejo do vestuário (6%), o varejo de materiais de construção (4%), o atacado de produtos alimentícios diversos (3%) e o varejo de eletrodomésticos (3%). (p. 18)

As empresas do setor comercial que imperam na economia brasileira, em 2004, estão ligadas ao comércio varejista, ao atendimento da população, em qualquer porte de empresas. Mesmo em estabelecimentos de médio e grande porte, que possuem potencial de atendimento regional, os produtos vendidos estão relacionados ao consumo básico da população.

²⁸ Estabelecimentos com mais de 5000 m² de área de venda (IBGE, 2004).

No setor de serviços predominam estabelecimentos com escalas muito reduzidas de atuação, com uma ampla variedade de “produtos”. O SEBRAE destaca que,

[...] é forte a presença de empreendimentos constituídos por profissionais liberais das mais diversas categorias, por exemplo, advogados, contadores, arquitetos, engenheiros e outros; que encontram na abertura de sua empresa uma forma de oferecer seus serviços no mercado. Trata-se da divisão de serviços prestados às empresas, que responde por 33% das MPEs de serviços. A divisão de serviços às empresas e a de alojamento e alimentação (lanchonetes, restaurantes, hotéis e pensões) respondem por mais da metade das MPEs de serviços. Os serviços de transporte terrestre (11%), de informática (7%), as atividades recreativas, culturais e desportivas (7%) e os serviços pessoais (5%), completam a lista dos principais segmentos de serviços das MPEs, no Brasil. (SEBRAE, 2006, p. 18).

O setor de serviços foi o mais privilegiado pelas mudanças capitalistas, segundo as teorias econômicas anteriormente enfocadas. Nota-se que, na realidade nacional, podemos constatar, assim como foi apontado para o global, a emergência de atividades terceirizadas desempenhadas por profissionais liberais, tendo como público alvo as empresas e/ou outros consumidores. No caso brasileiro, esses profissionais utilizam a abertura de empresas como forma de oferecer seus trabalhos de forma legal. O SEBRAE também constata o grande número de atividades ligadas à recreação, cultura e desporto. Estas atividades foram salientadas por Offe (1989).

Nas médias e grandes empresas do setor de serviços, têm destaque as atividades de “intermediação financeira”. Segundo o órgão, este segmento trabalha com amplo conjunto de atividades terceirizadas e com filiais, sendo este, o principal motivo para tamanho número de estabelecimentos.

Outra conclusão interessante do SEBRAE é que a maior parte dos médios e grandes empreendimentos do setor de serviços se assemelha às atividades desempenhadas por MPEs, mas com maior número de empregados e em escalas de atuação maiores. E, para todos os portes, o mercado consumidor local é o principal.

As principais atividades desempenhadas no setor de serviços estão relacionadas à prestação de serviços a outras empresas, alimentação e pouso, transporte terrestre e viagens, informática, recreação, cultura e desportes.

Com os estudos do IBGE e do SEBRAE podemos ter um perfil das principais micro, pequenas, médias e grandes empresas no país. Neste cenário, algumas características das empresas nacionais tiveram destaque, como a relevância e dependência do mercado consumidor local; a presença destacada de atividades que exigiam pouca qualificação técnica; a maior parte das MPEs são de atividades que exigem um pequeno dispêndio de capitais, não

exigindo grandes quantias externas ao local; as principais atividades do setor de serviços, de uma forma geral, está em conformidade com as expectativas e as constatações das teorias econômicas contemporâneas; empresas do setor de comércio, serviço e indústria não estão, em sua maioria, voltadas para atendimento das necessidades internacionais do capital ou mesmo ao mercado internacional, entre outras.

Mas antes de relacionarmos estas constatações empíricas e teóricas com a realidade local, gostaríamos de entender o comportamento da renda do trabalhador brasileiro. Constatamos que, no primeiro período da pesquisa, ou seja, de 1994 a 1998, ocorre aumento da renda do trabalhador. No período seguinte de 1998 a 2003, nas cinco cidades estudadas, há uma forte queda da renda do trabalhador.

Para tentar entender esta constatação empírica do comportamento da variável renda média no primeiro período da pesquisa, utilizamos Montali (2000). Segundo esta autora, há dois fatores importantes para entender o comportamento do número de trabalhadores e da renda dos mesmos na década de 1990, no Brasil. O primeiro diz respeito aos períodos de crise e crescimento da economia nacional. Em segundo lugar, a autora, *apud* Pochmann (1997a), destaca que os períodos de dinamismo econômico são marcados também pelo aumento da renda do trabalhador. O período de 1993 a 1996 é de crescimento e marca uma recuperação da renda e do número de empregados assalariados na economia nacional e local. Este processo ocorre devido ao crescimento econômico pelo qual o país passou.

Na ótica da autora, em conformidade com outros pesquisadores, as políticas macroeconômicas neoliberais do Estado que vão ao encontro da desestabilização produtiva e abertura econômica do Brasil, também podem gerar circunstâncias negativas ao trabalhador:

Os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional. (MONTALI, 2000, p. 3 – 4, *apud* POCHMANN, 1997).

Este cenário, segundo Dedecca (2006), concordando com Baltar (2005), vai, de fato, alterar a estrutura de remuneração da massa assalariada.

As novas condições de inserção no mercado de trabalho, ainda segundo Baltar (2005), associaram-se a transformações na estrutura de remunerações. Observou-se uma ampliação acentuada de ocupados nas faixas de remunerações mais baixas. Houve aumento significativo na proporção de pessoas ganhando menos de três salários mínimos, sendo que quase três quartos do total de ocupados, em 2003, tinham remuneração inferior a um salário mínimo. (DEDECCA, 2006, p.4).

Estes autores deixam claro que, de uma forma geral, a abertura econômica nacional do começo da década de 1990 é um importante fator para explicar o achatamento da renda do trabalhador. Aliando a política neoliberal à crise econômica mundial asiática de 1998, que atingiu o Brasil, temos um cenário de perdas para o trabalhador.

Para Dedecca, esses processos incidem de forma a reordenar o mercado de trabalho:

Uma mudança radical na composição da ocupação com diminuição da participação dos jovens e redução do emprego nas grandes empresas. No que se refere à posição na ocupação, o reordenamento alimentou um aumento expressivo dos empregados sem carteira de trabalho assinada e do trabalho autônomo. Tal movimento, entretanto, começou a ser parcialmente revertido em 2004, com a expansão do emprego com carteira assinada. (DEDECCA, 2006, p.4).

Não há dúvida, pelas explanações desses autores, que o mercado de trabalho se altera após a abertura econômica. Há a diminuição de postos de trabalho em empresas de grande porte, há entraves para a absorção da mão-de-obra jovem e da mão-de-obra com baixa qualificação, há diminuição do trabalho formal e há queda nos rendimentos dos trabalhadores. Embora não faça parte do recorte temporal da pesquisa, é importante ressaltar que na visão do autor, ocorre, a partir de 2004, um movimento de expansão do emprego formal.

Não podemos negligenciar a influência do Plano Real na renda e no número de trabalhadores formais, contudo, não nos aprofundaremos nesta discussão por conta da amplitude do tema e pelos objetivos desta pesquisa, nos contentaremos em ressaltar, pela ótica do DIEESE²⁹ (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), que o país acompanhou a geração de postos de emprego, o aumento da renda real do trabalhador, a diminuição da inflação, entre outros resultados positivos de 1994 a 1995. O DIEESE aponta neste estudo que os resultados positivos foram regredindo no decorrer da década de 1990 a medida que o governo federal respondia as crises externa do capitalismo com aumento dos juros e, a conseqüente retração econômica:

Para evitar a fuga de capitais, o governo brasileiro promove, a cada crise, uma elevação drástica da taxa de juros, numa tentativa de assegurar os investimentos estrangeiros no país, manter a política de sobrevalorização do real e conter a saída de reservas internacionais. Essas medidas tiveram repercussões negativas sobre a atividade econômica e ocasionaram sucessivos aumentos no patamar de desemprego no país. (DIEESE, 2004, p. 2)

Como vimos em outros autores as medidas adotadas pelo governo federal no combate as crises econômicas e a evasão de capitais externos geraram um ambiente de recessão

²⁹ DIEESE, 2004.

econômica, aliado a políticas neoliberais como o processo de abertura econômica brasileira, junto com a necessidade de ganhos de produtividade, a aplicação da mecanização e informatização, a grande oferta de trabalhadores desempregados, a precarização das relações trabalhistas, as crises econômicas, as ações governamentais, entre outras, vão influenciar na diminuição da renda e do aumento do número de trabalhadores desempregados na segunda metade da década de 1990.

Com este panorama das relações capitalistas na escala mundial e nacional, tentaremos ler os dados empíricos das economias formais das cidades de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

5.3 Os principais setores, categorias e atividades econômicas das cidades médias

Com o cenário descrito vamos relacionar os principais setores, categorias e atividades econômicas das localidades selecionadas. Faremos uma relação dessas atividades com as atividades privilegiadas nos estudos e teorias acima descritas. Esperamos ter pistas, confirmações ou refutar a idéia que a economia local segue as tendências do capitalismo global e/ou os processos ocorridos no Brasil após a década de 1990. Este exercício destacará, também, semelhanças e diferenças entre as economias locais.

Nas cidades médias estudadas, acompanhamos um processo de aumento do número de micro e pequenas empresas. Esta não é uma característica singular, pois ela ocorre em todas as cidades estudadas e durante toda a série histórica.

Começando pela indústria, observamos que São José do Rio Preto possui o maior número de unidades produtivas desse porte, passando de mil; Bauru fica em segundo, com 576 indústrias de micro e pequeno porte; as demais cidades possuem por volta de 390 unidades.

O comportamento do número de indústrias de médio porte é distinto entre as cidades. Temos nas cidades de Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, a diminuição de unidades até 1998. Já em 2003, observamos uma recuperação das unidades perdidas entre 1994 e 1998. Nas outras cidades o número de empresas de médio porte é inferior ao início da série histórica.

As indústrias de grande porte são minoria nas cidades, sendo que em São José do Rio Preto não há grandes indústrias; na maioria das cidades o número de grandes empresas desse setor aumenta entre 1994 e 2003.

No setor comercial das cidades médias, notamos que, mais uma vez, o número de micro e pequenas empresas é muito superior, sendo São José do Rio Preto o município com o maior número, alcançando mais de 4.400 empresas com este porte, seguida por Bauru com pouco mais de 3.000 empresas, Presidente Prudente com 2.509 empresas e Marília e Araçatuba tendo por volta de 1.900 empresas cada uma.

Diferente do comportamento das micro e pequenas, as empresas de médio porte, na maior parte das cidades, regrediram de 1994 a 2003; apenas em Bauru e São José do Rio Preto o número de empresas comerciais médias aumentou, sendo que na primeira havia 29 empresas em 2003 e, na segunda, 32 empresas. As grandes empresas comerciais tiveram comportamentos díspares entre as cidades. Em Araçatuba, o número de unidades se manteve em 4 de 1994 a 2003; em Bauru, acompanhamos o aumento do número de unidades de 1994 a 2003; neste último ano, encontramos 11 empresas, mostrando queda em relação a 1998, quando havia 15 empresas; Marília apresentou aumento, passando de 5 empresas para 8 em 2003; Presidente Prudente foi a localidade onde encontramos a maior queda, pois do começo ao fim do recorte temporal, a cidade perdeu metade de suas empresas comerciais de grande porte, chegando a 3 empresas em 2003; São José do Rio Preto, embora tenha perdido empresas, foi a cidade com o maior número de estabelecimentos comerciais de grande porte, chegando em 2003 com 13 empresas.

O setor de serviços foi o que apresentou as maiores altas em relação a esta variável de 1994 a 2003. De forma destacada, em todas as cidades acompanhamos um aumento expressivo do número de micro/pequenas empresas do segmento de serviços. Mais uma vez, São José do Rio Preto e Bauru tiveram o maior número de empresas deste porte, sendo que a primeira possuía por volta de 3.100 empresas e a outra por volta de 2.300 empresas; as demais cidades ficaram por volta de 1.500 micro e pequenas empresas do setor de serviços. As empresas de médio porte cresceram em quase todas as cidades, apenas Araçatuba registrou decréscimo no número de estabelecimentos, passando de 16 empresas em 1994 para 11 empresas em 2003; São José do Rio Preto, com 56 empresas em 2003 e Bauru, com 44 empresas no mesmo ano, tiveram os melhores resultados.

O comportamento das grandes empresas de serviços surpreende: em todas as cidades acompanhamos aumento. Em Marília e Araçatuba as empresas desse porte quase dobraram, sendo que o primeiro município terminou o recorte temporal com 21 empresas e o segundo

com 18 empresas; Presidente Prudente tinha, em 2003, 19 grandes empresas no setor; São José do Rio Preto possuía, em 2003, 47 empresas; e Bauru foi o município com maior número de empresas deste porte neste setor, com 52 estabelecimentos.

De forma porcentual, também há o predomínio das empresas de micro e pequeno porte, com exceção de Marília, onde a participação das empresas caiu, embora tenha sido queda de um ponto porcentual. Nos demais municípios, observamos aumento na participação de micro e pequenas empresas em suas economias. No município de São José do Rio Preto encontramos a maior porcentagem de micro e pequenas empresas, pouco mais de 91%; as outras cidades apresentavam por volta de 80% de micro e pequenas empresas em sua economia formal.

As empresas de médio porte tiveram redução em sua participação em todas as economias locais. Já o número de empresas de grande porte, de 1994 a 2003, apresentou pequenas oscilações entre as cidades, basicamente, mantendo as porcentagens do começo da série histórica.

Analisando o número de empresas pelos setores da CNAE/95 de 59 categorias, encontramos nas cinco localidades uma destacada semelhança entre as categorias principais, que no caso da variável número de empresas, entendemos ser as atividades que mais possuem unidades. Encontramos em todas as localidades as categorias *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*; *comércio e representação de veículos automotores e motocicletas*; *comércio a varejo de combustíveis*; *serviços prestados principalmente às empresas*; *alojamento e alimentação*; e *saúde e serviços sociais*.

A categoria de *agricultura, pecuária e serviços relacionados* somente aparece nas cidades de Presidente Prudente, Araçatuba e Marília, mostrando a importância do setor primário para essas cidades. A categoria de *comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio* aparece apenas em Bauru e São José do Rio Preto, mostrando a importância do setor atacadista e a posição privilegiada na rede urbana do interior paulista.

Para verificar a importância dessa categoria nas cidades estudadas e entendermos melhor quais as atividades principais quanto ao número de empresas, vamos verticalizar a análise desta variável utilizando a CNAE/95 de 217 e 223 atividades.

Três atividades são comuns em todas as cidades: *comércio varejista de outros produtos*; *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados*, e *atividades de atenção à saúde*.

Para entendermos quais ramos econômicos encontramos nestas três atividades, vamos pormenorizá-las de acordo com a CNAE explicitando, e dessa forma, quais atividades cotidianas podemos encontrar. Na divisão *comércio varejista de outros produtos*, temos: produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, de perfumaria, cosméticos, máquinas e aparelhos de usos doméstico e pessoal, discos e instrumentos musicais, móveis, artigos de iluminação e outros artigos para residência, material de construção, ferragens, ferramentas manuais, produtos metalúrgicos, vidros, espelhos e vitrais, tintas, madeiras, equipamentos para escritório, informática, comunicação, inclusive suprimentos, livros, jornais, revistas, papelaria e gás liquefeito de petróleo (GLP).

No *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados*, encontramos: tecidos, artigos de armarinho, artigos do vestuário e complementos, calçados, artigos de couro e viagem.

Na *atividade de atenção à saúde* os ramos e atividades encontradas são: atendimento hospitalar, atendimento a urgências e emergências, atenção ambulatorial, serviços de complementação diagnóstica ou terapêutica, atividades de outros profissionais da área de saúde e outras atividades relacionadas com a atenção à saúde.

A atividade de *construção de edifícios e obras de engenharia civil* só não figura entre as principais atividades do município em Araçatuba. A atividade *comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores*, apenas não aparece nos municípios de Marília e São José do Rio Preto. A atividade de *restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação* aparece nos municípios de Bauru, Marília e São José do Rio Preto. Para finalizar, temos a única atividade que não pertence aos setores do comércio ou de serviços: a atividade de *produção mista: lavoura e pecuária*, em Araçatuba e Marília.

Na listagem das principais atividades das cidades médias selecionadas, não encontramos nenhuma diretamente ligada à indústria. A atividade de *atenção à saúde* figura em todas as listas e foi enfocada pelas interpretações de Offe (1989).

Fica claro, também, que não encontramos serviços tidos como de ponta na lista das principais atividades locais. Mas é latente a importância do setor de serviços e comércio que atende às necessidades básicas do mercado local. A maior parte das atividades selecionadas é diretamente focada em atender à demanda da população dos municípios.

Não constam na lista das principais atividades, aquelas relacionadas às técnicas e tecnologias apontadas por Castells, Santos ou Benko. Inclusive, quando pormenorizamos a lista de atividades através da CNAE de 223 atividades, *atividades de serviços prestados principalmente às empresas* não aparecem na lista. Também não aparecem atividades

relacionadas à *prestação de serviços em informática*. O amplo destaque é para as atividades ligadas ao mercado local.

Nos capítulos anteriores destacamos a influência do setor primário para a história destas cidades e para o desenvolvimento econômico das mesmas. Ao analisarmos os principais setores quanto ao número de empresas, observamos que nas cidades de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília há atividades, com destaques locais, diretamente ligadas ao setor primário. Em Araçatuba, por exemplo, encontramos a atividade *pecuária*, mostrando o destaque, de forma histórica, que esta atividade econômica tem no município.

Diante destas conclusões, achamos interessante trazer para discussão a variável renda média do trabalhador. Gostaríamos de descobrir quais os setores que pagam, em média, as melhores remunerações.

Comparando as cidades médias e seus principais grandes setores econômicos quanto à renda média, notamos que todos passam por um processo de achatamento salarial entre os anos de 1998 e 2003. Esta constatação vai ao encontro das análises resgatadas sobre a economia nacional, que passou por um processo de redução salarial após um breve período de elevação da renda da população. Os principais motivos estão relacionados aos ajustes que a economia nacional fez durante a década de 1990 e começo do século XXI e a crise mundial que afetou o país no final do século XX. Estas adaptações são voltadas para a obtenção de melhor produtividade, lucros e sustentação da política econômica adotado pelo Brasil com o Plano Real.

Em todas as cidades, o setor de serviços foi o que melhor remunerou sua mão-de-obra e isto se repete em todos os anos da série histórica selecionada. Em três cidades médias, no ano de 1994, a indústria foi o segundo setor com melhores remunerações, apenas nas cidades de Araçatuba e São José do Rio Preto a construção civil foi o segundo setor econômico com maiores rendimentos. Em 2003, apenas em São José do Rio Preto a indústria não foi o segundo setor com melhores remunerações oferecidas; aliás, no ano em questão, esse setor foi apenas o quarto a melhor remunerar no município, ficando atrás dos setores de serviços, de agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca e do setor da construção civil. Gostaríamos de lembrar que este município apresentou os melhores números quanto ao PIB (Tabela 7), ao crescimento do PIB do setor secundário (tabela 8) e na indústria de transformação (tabela 9). Mas possui a indústria que paga os menores vencimentos a seu trabalhador.

Com a ajuda da CNAE/95, de 59 categorias econômicas, podemos observar uma diversificação nas categorias que melhor remunera seus empregados durante a série histórica,

sendo que apenas a categoria de *intermediação financeira* é encontrada em todas as cidades do princípio ao fim da série histórica.

Outras duas categorias se destacam nos cinco municípios escolhidos, mas em anos distintos; são elas: *eletricidade, gás e água quente e seguros e previdência complementar*. Duas destas atividades são ligadas ao mercado financeiro e são atividades prioritariamente ligadas a correntistas locais. Chama atenção a atividade de seguros e previdência complementar que surge para atender um mercado consumidor que está desamparado ou descrente com a seguridade social e com a proteção à propriedade privada oferecida pelo Estado.

A categoria *transporte aéreo* também se destaca, sendo encontrada em quatro cidades, com exceção apenas de Araçatuba, embora todas as cidades estudadas possuam rotas regulares para pousos e decolagens. Importante destacar o decréscimo das rendas dos trabalhadores desta atividade no decorrer do tempo.

As atividades que abarcam os serviços públicos prestados por empresas públicas, de capital misto, ou empresas privadas que oferecem serviços públicos, também aparecem com destaque. Encontramos desde a *administração pública* até os *correios*. Em Araçatuba, encontramos três categorias destes serviços e foi o município com maior número desse tipo de atividade.

O município de São José do Rio Preto possui três categorias bastante ligadas às atividades e à tecnologia relacionadas como de ponta. São elas: *atividades auxiliares da intermediação financeira, atividades de informática e conexas e fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática*. Esta última também se destaca na cidade de Bauru. As duas primeiras categorias dizem respeito à prestação de serviços diferenciados para o setor financeiro e para informática e atividades conexas a elas. Vamos dividir ainda mais essas atividades e buscar as que possuem maior impacto na economia local.

Utilizando a CNAE/95 de 217 e de 223 atividades econômicas, notamos uma grande diversificação nas atividades entre as cidades médias. Mais uma vez, destacamos que não há predominância de uma ou outra atividade que seja comum a todas as cidades estudadas. A atividade que mais se repete é a de *produção e distribuição de energia*, atividade que aparece em quase todas as cidades, mas apenas em Presidente Prudente esta consta na lista das principais atividades locais.

Diante da dificuldade de encontrar um padrão de atividades que se repetem, vamos destacar aquelas atividades que entendemos se relacionarem com as técnicas e tecnologias enfatizadas. Seleccionamos em Araçatuba as atividades de *relações exteriores, defesa, justiça*,

segurança e ordem pública e seguro de vida e não-vida; em Bauru, encontramos *as telecomunicações, previdência complementar e a fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio*; em Marília, as atividades de *transporte aéreo, não-regular, a previdência complementar, serviço de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado e a atividade de seguro de vida e não-vida*; em Presidente Prudente, destacamos as atividades de *agências de notícias, previdência privada, telecomunicações, transporte aéreo não-regular e transporte aéreo regular*; e, em São José do Rio Preto, destacamos a atividade de *consultoria em equipamentos de informática, intermediação monetária - outros tipos de depósito, telecomunicações, transporte aéreo não-regular, transporte aéreo regular*.

A alta remuneração também foi encontrada em atividades de prestação de serviços tidos como de ponta, no qual encontramos desde atividades de relações exteriores, passando por arquitetura especializada, previdência complementar e transporte aéreo.

Também podemos notar que, em todas as cidades, as atividades que melhor remuneravam em 1994 diminuíram os vencimentos de seus empregados em 2003, algumas não mais existiam no último ano da série histórica. Notamos, também, que aumentaram as disparidades entre as atividades com maiores salários e as com menores salários dentro da listagem, ou seja, mesmo entre as atividades com melhor remuneração há grandes diferenças. Observa-se ainda que, em 2003, dificilmente uma atividade ofereceu rendimentos médios de mais de 20 salários mínimos.

Mais uma vez, o comportamento das cidades médias se aproximou do ocorrido no país. No primeiro período da nossa pesquisa, que vai de 1994 a 1998, observamos aumento nos rendimentos da população, acompanhando um momento de crescimento econômico nacional e ganhos salariais reais possibilitado pela política econômica. No segundo período, justamente de crise econômica internacional e nacional, observamos queda relevante nos rendimentos médios do trabalhador das cidades estudadas.

A variável *renda média* é construída, como já vimos, dividindo os salários pagos em toda a economia local, pelo número de trabalhadores desta mesma economia. Já vimos que os salários tendem a diminuir, mas e o número de trabalhadores? Para findarmos com as variáveis empíricas da pesquisa e traçarmos as atividades com maior relevância local, vamos analisar agora a variável *número de empregados*. Em todas as cidades pesquisadas, encontramos queda no número de trabalhadores de 1994 a 2003.

A maior parte da mão-de-obra está em estabelecimentos de micro e pequeno porte. Contudo, esta concentração na variável número de trabalhadores mostra-se menor que em

outras variáveis aqui analisadas. Inclusive, encontramos casos em que as empresas de grande porte têm peso relevante na economia local.

Nas cidades de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto encontramos, no ano de 1994, índices acima de 40% de concentração da massa trabalhadora em empresas de micro e pequeno porte. De 1998 a 2003, acompanhamos uma queda importante da massa trabalhadora nas cinco cidades. As piores quedas foram encontradas em micro e pequenas empresas, ou seja, há indícios que estas empresas foram as mais atingidas pelo processo de achatamento da renda do trabalhador e pela diminuição do consumo local. No último ano da série histórica, apenas Araçatuba e São José do Rio Preto apresentaram aumento da porcentagem de trabalhadores neste porte de empresa. Vale ressaltar que as micro e pequenas empresas estão voltadas a atender o mercado local.

O setor econômico que mais possui empregados em micro e pequenas empresas é o comercial. Esta regra é válida para todas as cidades e para todo o recorte temporal estudado.

As empresas de porte médio apresentaram seus melhores resultados na variável *número de trabalhadores* no ano de 1994. Este cenário foi observado em todas as cidades. As menores quedas na participação deste porte de estabelecimento ocorreram nas cidades de Bauru e Presidente Prudente. Nestas cidades e mais em São José do Rio Preto, os trabalhadores das empresas médias correspondiam por volta de 13% dos empregados formais de cada município no final da série histórica.

Ainda, nesse porte de empresa, acompanhamos uma maior concentração de empregados do setor industrial. Em todas as cidades, este setor econômico prevalece sobre os demais. Contudo, acompanhamos em todas as cidades uma redução importante do número de empregados nas indústrias médias. Destacamos que, na maior parte das cidades, acompanhamos um aumento pequeno do número de empregados em estabelecimentos de serviços de médio porte.

Distintas do comportamento das empresas de micro, pequeno e médio porte, têm as empresas de grande porte outro comportamento. Em todas as cidades, essas empresas aumentaram substancialmente o número absoluto de seus empregados e sua participação junto ao mercado de trabalho. As exceções foram Bauru e São José do Rio Preto onde, no final da série histórica, houve uma pequena diminuição do número absoluto de trabalhadores entre 1998 e 2003. Nas cidades de Marília e Bauru, o número de empregados nesse porte de empresa aproxima-se do dos trabalhadores de empresas de micro e pequeno porte. Presidente Prudente e Araçatuba não conseguem o mesmo desempenho e a porcentagem de trabalhadores em grandes empresas fica por volta de 30%. Em Rio Preto, encontramos a

menor participação das grandes empresas, chegando a concentrar pouco mais de 27% de trabalhadores.

Os números mostram a importância das empresas de grande porte. Entre os grandes estabelecimentos, o setor que se destaca é o de serviços. Fica claro que o setor industrial não representa a maior parte dos trabalhadores em grandes empresas: em São José do Rio Preto, por exemplo, não há empresas industriais de grande porte. As demais cidades têm por volta de um quinto ou um quarto de trabalhadores nesse porte de empresas. Porém, o resultado é melhor que o do setor comercial, que concentra um número ainda menor de trabalhadores.

Buscando as principais categorias econômicas empregadoras entre as cidades, utilizaremos a CNAE/95 de 59 categorias. Encontramos em todas as cidades médias estudadas as atividades de *construção, comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos e administração pública, defesa e seguridade social*. As duas últimas ocupam papel de maior destaque, concentrando por volta de 25% dos empregados locais.

Interessante notar que a construção perde força em todas as cidades no ano de 2003, saindo da lista das cinco principais categorias daquele ano. A categoria *transporte terrestre* aparece com destaque em quatro cidades, não se destacando apenas em Araçatuba. A categoria *saúde e serviço social* também consta em quatro cidades, apenas não figurando nas principais categorias de Presidente Prudente.

Apenas as cidades de Araçatuba e Bauru possuem a atividade de *serviços prestados principalmente às empresas*, ainda que somente em Bauru esta categoria econômica perdure entre as principais durante todos os anos da série histórica.

As categorias se repetem nas economias locais, mas gostaríamos de destacar o município de Araçatuba que, assim como na variável número de empresas, teve na manufatura de produtos primários ou na produção de matérias primas, destaque quanto ao número de trabalhadores a concentrar. Encontramos neste município as categorias *fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool* e a categoria *agricultura, pecuária e serviços relacionados*.

Pormenorizando ainda mais a economia municipal, através da CNAE/95 de 217 e 223 atividades, observamos que a produção de álcool realmente congrega um leque grande de trabalhadores no ano de 1994 no município de Araçatuba. A atividade de *seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra para serviços temporários* também tem destaque em

Araçatuba. Levando em conta o peso da produção de álcool no município e as características do trabalho nesta atividade³⁰, entendemos que essas atividades estão relacionadas.

Comparando de forma geral as cidades estudadas, encontramos quatro atividades concentrando trabalhadores em todas elas: *administração do Estado e da política econômica e social, atividades de atenção à saúde, comércio varejista de outros produtos e construção de edifícios e obras de engenharia civil*.

Em todas as cidades, as atividades relacionadas à administração do Estado, as relações políticas e sociais e as atividades ligadas à saúde foram as que mais empregaram no final da série histórica, mostrando o peso das atividades relacionadas ao setor público no emprego formal local. Temos, também, entre as atividades que se repetem, uma ligada ao comércio e outra à construção civil. Contudo, observamos que esta última decai bastante de 1998 a 2003.

As atividades de transporte também são encontradas em quase todas as economias locais, com exceção de Araçatuba, que não possui nenhuma atividade deste tipo dentre as principais selecionadas.

No município de Marília encontramos a atividade de fabricação de outros produtos alimentícios. Esta atividade tem peso relevante no emprego da mão-de-obra durante toda a série histórica, ainda que, esta não seja uma constatação nova³¹.

Não encontramos, nesta atividade, a supremacia das micro e pequenas empresas, embora o número de empresas com este porte seja amplamente elevado e concentre o maior número de trabalhadores, mas observamos que as grandes empresas são significativas quanto ao emprego local. O local também é o maior mercado consumidor das atividades que concentram o maior número de empregados.

³⁰ Thomaz Jr., 2002.

³¹ Mourão, 1994.

6 CONCLUSÃO

As mudanças na estrutura produtiva balizam o comportamento do setor manufatureiro e do território da produção, haja vista que possibilitou o distanciamento das relações de comando e de produção. Como vimos anteriormente, as mudanças viabilizaram/potencializam, entre outros processos, o de saída das unidades industriais da região metropolitana paulista, a terceirização, o aumento dos profissionais liberais, priorizou o setor de serviços, priorizou determinadas atividades e, no caso brasileiro, concentrou empresas em micro e pequeno porte, e achatou a renda do trabalhador, entre outros resultados.

Os processos ligados às tendências do capital internacional pouco interferiram nos parques industriais das cidades médias estudadas, principalmente no mercado consumidor que estas cidades atendem. Destacando que nos faltou subsídios para afirmarmos, de forma mais contundente, a adição de tecnologia por parte das empresas durante o período estudado.

Nessas localidades, imperam as empresas de capital local e os setores industriais, de serviços e do comércio estão ligados ao mercado consumidor circunscrito e ao beneficiamento da produção primária regional, não estando relacionadas ao processo de desindustrialização vivido pela capital paulista e seu entorno.

Difícilmente podemos encontrar no leque das principais atividades locais, aquelas que se relacionam com os processos capitalistas de vanguarda, não que essas atividades não existam nas cidades médias. Mas as atividades que mais concentram as empresas têm como foco o mercado local, são voltadas para o consumo local e ligadas a ramos tradicionais, tais como construção, mercearias, indústria de bebidas, saúde, educação, etc. Entendemos que se beneficiam da centralidade exercida com seu entorno, seja ele agrário e/o dentro da rede urbana. Entendemos também que, se por um lado, estar distante da capital dificultou a ampliação e diversificação do parque industrial local, por outro, ajuda a explicar e fortalecer a centralidade das cidades médias, criando condições para diversificação e ampliação do setor de serviços e não perdendo de vista a forte influência das necessidades locais.

O mercado consumidor local é o principal motivo para a hegemonia do número de empresas de micro e pequeno porte em todos os setores analisados. Essas empresas são constituídas pelo capital local, empregando mão-de-obra de baixa qualificação, oferecendo baixas remunerações e, em sua maioria, atendem com serviços ou mercadorias básicas o mercado consumidor que as circundam. Estes portes de empresas são fundamentais para as economias locais. Nas duas maiores cidades estudadas, Rio Preto e Bauru, as MPEs chegam a concentrar 90% das empresas. Nas demais cidades, este número fica mais próximo de 80%.

Importante destacar que as MPEs foram as únicas a aumentar seu número cidade após cidade, setor após setor, ano após ano. Em nenhuma localidade estudada houve redução de empresas desse porte. Os melhores desempenhos cabem às cidades de São José do Rio Preto e Bauru, e o setor que mais cresceu foi o de serviços.

As empresas de médio porte tiveram redução em sua participação em todas as economias locais. Já o número de empresas de grande porte, de 1994 a 2003, apresentou pequenas oscilações entre as cidades, basicamente, mantendo as porcentagens do começo da série histórica. Mais uma vez, São José do Rio Preto e Bauru tiveram os melhores desempenhos, salientando que a primeira cidade não possui indústria de grande porte.

Analisando o número de empresas pelos setores da CNAE/95 de 59 categorias, encontramos nas cinco localidades uma destacada semelhança entre as categorias principais. Encontramos, em todas, o *comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos*; *comércio e representação de veículos automotores e motocicletas*; *comércio no varejo de combustíveis*; *serviços prestados principalmente às empresas*; *alojamento e alimentação*; e *saúde e serviços sociais*.

Embora as principais atividades se repitam, é na divisão da CNAE/95 que observamos a distinção entre cidades. Em Araçatuba, Marília e Presidente Prudente encontramos, entre as principais atividades, a *agricultura, pecuária e serviços relacionados*, destacando a relação destes municípios com a produção do campo. Já em Bauru e São José do Rio Preto encontramos a atividade de *comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio*, atividade esta ligada ao setor atacadista que se serve da forte centralidade encontrada nestas duas cidades.

Quando ampliamos a divisão de atividades econômicas, com o auxílio da CNAE/95 de 217 e 223 atividades, ficou muito evidente a importância do mercado local e do setor comercial. Todas as atividades que se repetem em pelo menos três cidades são destinadas a atender a população. Três atividades são comuns em todas as cidades: *comércio varejista de outros produtos*; *comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados* e; *atividades de atenção à saúde*. Três atividades são encontradas em pelo menos três cidades, são elas: *construção de edifícios e obras de engenharia civil*; *a atividade de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação* e; *comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores*.

Diferindo das atividades acima citadas, temos apenas Araçatuba e Marília. Ambas possuem atividades ligadas ao setor primário, sendo que Araçatuba conta com duas atividades ligadas à produção agropecuária.

Com os dados de número de empresas, notamos uma forte tendência local em seguir o comportamento da economia nacional. Observamos a preeminência das micro e pequenas empresas, a diminuição de médios estabelecimentos e a estagnação do número dos grandes. Observamos que as principais atividades têm como escala de atuação o local. Que são atividades que necessitam de pequenas quantias de capitais. São atividades que não necessitam de mão-de-obra qualificada.

Na variável número de empresas, observamos grande semelhança entre as principais atividades encontradas no país e as encontradas nas cidades estudadas. Este é um dos motivos para o achatamento da renda do trabalhador. Podemos juntar a isso o processo de abertura econômica brasileira, atrelado à busca incessante de ganhos de produtividade, a aplicação da mecanização e informatização, a grande oferta de trabalhadores desempregados, a precarização das relações trabalhistas, as crises econômicas, o comportamento da economia durante o Plano real, entre outras, que vão influenciar na diminuição da renda do trabalhador, bem como no número de trabalhadores das empresas formais até o ano de 2003.

Para nós, a maior parte das razões para o achatamento da renda do trabalhador pode ser observada com mais frequência nas localidades privilegiadas pelo capital, que possui as condições históricas para se adaptar ao novo arranjo produtivo capitalista. Mas a busca de maiores lucros, a adição de maquinário, a busca de melhor produtividade, entre outros, mesmo sendo para atender o mercado local, leva a uma diminuição dos rendimentos médios.

É latente que a renda média apresente um achatamento real dos salários em todas as cidades estudadas, entre os anos de 1998 e 2003, com indícios de seguir as tendências da economia nacional e se adaptando a novos padrões de remuneração. Principalmente se levarmos em conta que os rendimentos médios locais sobem de 1994 a 1998, período de crescimento econômico e de aumento nos rendimentos médios segundo Montali (2000) e o DIEESE (2004).

Um fato particular que observamos foi que as melhores remunerações são encontradas no setor de serviços, mesmo que as principais teorias econômicas vigentes apontem que o achatamento da renda ocorre, entre outros motivos, pela saída do trabalhador das indústrias, com perda de benefícios e de melhores rendimentos, sendo absorvido pelo setor de serviços. Em todas as cidades o setor de serviços remunera acima da renda média local em todos os anos das séries históricas. Observamos que os piores rendimentos ficam a cargo dos trabalhadores vinculados ao setor comercial, de construção e as atividades primárias.

O setor industrial na maior parte das cidades foi o segundo a oferecer melhores rendimentos. Gostaríamos de destacar São José do Rio Preto, mesmo sendo a cidade com maior população, que está melhor localizada dentro dos eixos de penetração da indústria no Estado de São Paulo e que teve o maior crescimento do PIB do setor secundário, entre as localidades escolhidas, foi o município em que encontramos as piores rendas médias da indústria.

Dentro da prestação de serviços, encontramos com melhores remunerações os empregados ligados a atividades financeiras prioritariamente ligadas a correntistas locais. Inclusive chama à atenção a atividade de seguros e previdência complementar que surge para atender um mercado consumidor que está desamparado ou descrente com a seguridade social e com a proteção à propriedade privada oferecida pelo Estado.

Interessante destacar empresas que oferecem serviços públicos, sejam elas privadas, de capital misto ou que façam parte do Estado. Estas atividades, durante toda a série histórica, apresentou boas remunerações. A cidade média que dependeu mais deste tipo de atividade foi Araçatuba. No leque de principais atividades ela possui três.

Se relacionarmos as atividades mais modernas e as que melhor remuneram em médias, temos em São José do Rio Preto o melhor desempenho. Encontramos duas categorias ligadas à prestação de serviços diferenciados para o setor financeiro e para informática e atividades conexas a elas. Nesta cidade e em Bauru, encontramos uma atividade ligada ao mercado de escritórios e à informática.

No maior desmembramento da economia destas cidades, não encontramos um padrão de atividades que se repetem. Notamos a ocorrência de alguns ramos econômicos ligados a telecomunicação, notícia, fabricação de produtos com pouca tecnologia, transporte e atividades ligadas ao sistema financeiro, que ganham destaque.

Dentro da atividade de produção de mercadorias, encontramos os melhores rendimentos na fabricação de produtos modernos com a fabricação de equipamentos de telefonia, radiofonia, transmissores de televisão e rádio, até a produção de produtos com pouca capacidade técnica, como a produção de cimento e clínquer. Mas não observamos, nesta listagem, atividades de manufatura de produtos agrícolas locais. Observamos, também, atividades com um grande potencial de atender mercados regionais, como é o caso de transporte aéreo, serviços de engenharia e arquitetura, assessoramento técnico, agência de notícias etc.

A ocorrência de atividades que podem estar ligadas a novos arranjos capitalistas é muito superior ao encontrado na variável anterior. Mas nesta variável, como em outras

anteriores, as principais atividades estão relacionadas ao atendimento das necessidades do mercado consumidor local.

Para finalizarmos as variáveis empíricas e sabermos onde se concentra a maior parte dos trabalhadores formais das cinco cidades médias estudadas, concluiremos com os dados da variável número de trabalhadores.

De forma geral e latente observamos, em todas as cidades, quedas relevantes do número de trabalhadores do começo ao fim da série histórica. As principais quedas ficam a cargo de empresas de micro e pequeno porte. Importante esta constatação, pois as MPEs são relevantes para a economia local, uma vez que, concentram a maior parte da população ativa com carteira assinada.

Um dos motivos para essa queda está na relação com as variáveis anteriores. Vimos que empresas desses portes são em grande número e estão diretamente ligadas ao mercado local. Notamos que os números de trabalhadores nas MPEs caem a partir do ano de 1998 chegando, em várias localidades, a terem os piores desempenhos em 2003, acompanhando a queda na renda média das cidades e do país. Entendemos que, pela grande dependência desses portes de empresas do mercado local, as quedas de renda média são bastante sentidas, refletindo-se no número de trabalhadores alocados. Outro indício da relação de trabalhadores com o desempenho local é a relevância do setor comercial, amplamente voltado para atender as necessidades da população, este setor é o que mais emprega em empresas de micro e pequeno porte.

As empresas de médio porte congregaram o menor número de trabalhadores, destacando, neste caso, as indústrias. Durante o recorte temporal observamos a queda do número de empresas deste porte, sendo que, para nós, a ampla gama de processos enfrentados pelo setor produtivo, pelas tendências nacionais de diminuição de médias empresas, pela recessão do país e dos mercados locais depois de 1998, são fatores relevantes para entendemos o pequeno número de trabalhadores e as quedas destes números em empresas de médio porte.

Dentro das empresas de grande porte, o número de trabalhadores aumentou ou caiu muito pouco. O setor de serviços é o que apresenta os melhores números, principalmente por conta das atividades de administração pública que, em algumas cidades, é a maior empregadora, e as atividades de outros transportes terrestres, de atenção à saúde e ensino superior. Fora do setor de serviços temos as atividades de comércio varejista e de construção civil com relevante peso.

Como vimos, as grandes empresas possuem um relevante papel nas economias locais. Este bom desempenho está ligado não só pelo mercado local, porque este apresenta um ambiente de queda de renda e de diminuição dos trabalhadores, justamente quando as grandes empresas ganham força. Entendemos que a centralidade exercida pelas cidades médias é fundamental para explicar o bom desempenho. Lembrando que, segundo o SEBRAE, as grandes empresas não são de capitais locais e visam uma escala que vai além da local. Sendo assim, achamos interessante relacionarmos à centralidade exercida por essas cidades com a figura 2 que representa o PIB per capita e a figura 3 que representa o IDH. Estes indicadores são problemáticos por conta das generalizações e restrições de análise, mas podem ser indicativos de um potencial de compra da população que vive em municípios sob a área de influência das cidades médias. De qualquer forma, as grandes empresas atraem uma parcela do mercado consumidor regional e auxiliam no bom desempenho desse porte de empresas.

Existem territórios privilegiados pelo capital em que podemos encontrar, de forma latente, os processos e as atividades descritas como características do modo de produção em sua fase contemporânea. Vimos que a desconcentração industrial limitou-se a uma breve área do estado paulista e do território nacional, não atingindo as cidades médias estudadas nesta pesquisa, o que limitou as possibilidades de industrialização do Oeste paulista; vimos que o capital local foi e é o grande responsável pelos setores produtivo, comercial e de serviços locais. Vimos, ainda, que os desdobramentos da abertura econômica, das crises mundiais e da política econômica do Estado brasileiro, até para responder as crises internacionais, foram amplos na economia nacional, tendo, inclusive, desdobramentos nas economias locais. Constatamos condições favoráveis para o aumento substancial das micro e pequenas empresas; a importância do mercado consumidor local para as principais atividades comerciais, industriais e dos serviços; o surgimento e a consolidação de condições para o achatamento da renda do trabalhador; bem como a diminuição dos postos de trabalho na economia formal.

Todas essas constatações ajudam a entender a mudança do perfil econômico das cidades médias estudadas. As economias locais não mais dependem exclusivamente do beneficiamento da produção primária regional, embora em Araçatuba esta atividade tenha peso relevante. O capital local é o grande financiador do setor produtivo. O setor de serviços, indústria e comércio tem como principais clientes o mercado consumidor local e regional, mesmo que as atividades não sejam de capital local. As economias locais estão mais atreladas aos processos e aos cenários que se desenham no capitalismo brasileiro, seja no período e nas circunstâncias de achatamento da renda do trabalhador, como na hegemonia das MPEs e na

preeminência de determinadas atividades. As principais atividades desenhadas pelo modo de produção do pós II Guerra Mundial podem ser encontradas, em partes, nas economias locais, estando mais relacionadas à saída, ausência, ou mesmo ineficiência do Estado em suprir as necessidades da população, ou estando em conformidade com as atividades levantadas por Offe (1989). As matérias primas produzidas nas regiões de governo dessas cidades são, em linhas gerais, semelhantes às encontradas na década de 1980, com destaque para a pecuária, a produção de biomassa que cresce em todas as regiões.

As principais atividades econômicas das cidades de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto são, em linhas gerais, muito semelhantes. Mas observamos diferenças entre as cidades em algumas atividades que surgem com importância em umas e não em outras. Observamos que entre elas há uma diferença substancial do número de empresas e do número de trabalhadores, mas todas passam por um achatamento dos rendimentos dos trabalhadores. Observamos diferenças nas regiões que circundam as cidades. Observamos que, apesar do processo de formação e consolidação dessas cidades serem parecidos, desde o colono até a diferenciação de culturas, elas se diferenciam e possuem uma dinâmica econômica particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

AMORIM FILHO, Oswaldo. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades Médias Brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 01-34.

ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo Valente. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades Médias Brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.79-128.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois.** São Paulo: Editora UNESP/Edusp, 2002.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: Editora UNESP/Edusp, 2001.

As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001 / IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/11092003microempresa.shtm>>. Acesso em: 5 jun. de 2007.

BARQUERO A. V. **Política económica local: la respuesta de las ciudades a los desafios del ajuste productivo.** Madrid: Ediciones Pirámide, S.A., 1993.

BEDÊ, Marco Aurélio (coordenador). **Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil.** 1ª ed. - São Paulo: SEBRAE, 2006. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/Geral/visualizadorConteudo.aspx?cod_areaconteudo=158&cod_pasta=802>. Acesso em: 8 mar. 2007

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa.** São Paulo: Boitempo, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMIN, Álvaro A. Desregulamentação do mercado de trabalho e ação sindical no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças Sociais após a redemocratização**. São Paulo: Cortez, 2001. p.247-272.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

DEDECCA, Cláudio Salvadori et al. Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 mai. 2007

DEGASPARI, Silvia D. et al. **Apostila de normalização documentária**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2006. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/biblioteca/normalizacaobib.html>>. Acesso em: 7 jun. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Estudos e Pesquisas**. DIEESE, nº1, 2004.

DOMINGUES, Muricy. **O Setor secundário no espaço urbano de Bauru**. Bauru: FASC, 1983.

DUNDES, Ana Cláudia. O poder local e a indústria: uma análise do discurso desenvolvimentista prudentino. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP, 2001.

DUNDES, Ana Cláudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente – SP**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ELIAS, Denise de Souza. **Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**. Ceará. Universidade Estadual do Ceará. 2006. (Relatório de pesquisa. Xerografado).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SP). **Características gerais do processo de industrialização paulista**. São Paulo: SEADE, 1998.

IPEA; IBGE; UNICAMP/IE/NESUR; SEADE. **Redes urbanas regionais: Sudeste**. Brasília: IPEA, 2001. (Série: Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, v. 5).

LEME, Ricardo Carvalho. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente (1975-1996)**. Presidente Prudente : [s.n.], 1999.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 38, 1994.

LIBÓRIO, Marília Gomes Campos. **Situação atual do mercado de trabalho em Presidente Prudente**. São Paulo: [s.n.], 1976.

LOSBAK, C. J (org). **Nos trilhos da Memória: ferro e sangue**. História de vida de ferroviários da estrada de ferro Noroeste do Brasil e RFFSA. 2004.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 50, p. 83-102, mar. 1976.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo. **A formação de um eixo de desenvolvimento entre os municípios de São José do Rio Preto e Mirassol – SP**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100004>. Acesso em: 10 mar. 2007.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A indústria do Oeste Paulista: o caso de Marília**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NEGRI, Barjas; PACHECO, C. A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n° 38, p. 62 – 82, 1994.

OFFE, Klaus. **Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Cap.1.

RIBEIRO, Ana Paula. Lei da micro empresa ajuda a “destravar” o país, afirma Lula. **Folha Online**, Brasília, 14 dez. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113146.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

SALLUM Jr., Brasília. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista (1888 – 1930)**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SPOSITO, Eliseu S. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: FCT/GAsPERR, 1999.

SPOSITO, Eliseu S. **Relatório final de pesquisa submetido à avaliação do programa de políticas públicas da FAPESP**. Presidente Prudente: [s.n.], 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: FCT, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão arranha o céu: a lógica da reprodução monopolista da cidade.** 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média.** Presidente Prudente: FCT/PPGG, 2002.

TARTAGLIA, J.C. (org.). **Modernização e desenvolvimento do interior de São Paulo.** São Paulo: Editora Unesp, 1988.

THOMAZ Júnior, Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume. FAPESP, 2002.

WHITACKER, Arthur Magon.. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP.** Presidente Prudente: [s.n.], 2003.